

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Antropologia

Beatriz Judice Magalhães

**LIMINARIDADE E EXCLUSÃO: os catadores de
materiais recicláveis e suas relações com a sociedade
brasileira**

Belo Horizonte

2012

Beatriz Judice Magalhães

**LIMINARIDADE E EXCLUSÃO: os catadores de
materiais recicláveis e suas relações com a sociedade
brasileira**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais
como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre
em Antropologia

Área de concentração: Antropologia Social

Orientadora: Prof^a Deborah de Magalhães Lima.

Belo Horizonte

2012

306 **Magalhães, Beatriz Judice**

M188I Liminaridade e exclusão [manuscrito] : os catadores de materiais recicláveis
2012 e suas relações com a sociedade brasileira / Beatriz Judice Magalhães. – 2012.

131 f.

Orientadora: Deborah de Magalhães Lima

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências.

1. Antropologia - Teses. 2. Catadores de lixo - Teses. 3. Catadores de lixo – Aspectos sociais I. Lima, Deborah de Magalhães. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Beatriz Judice Magalhães

**LIMINARIDADE E EXCLUSÃO: os catadores de materiais recicláveis e suas
relações com a sociedade brasileira**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais
como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre
em Antropologia

Deborah de Magalhães Lima (Orientadora)- UFMG

Sonia Maria Dias – UFMG

Ruben Caixeta de Queiroz- UFMG

Andres Zarankin- Suplente- UFMG

Para meus pais, que me deram o estímulo e a compreensão fundamentais;

Para Cecília (in memoriam);

Para os catadores de materiais recicláveis, que, nas palavras de Danielle Mitterrand (1924-2011) “com a nobreza de nada destruir e sim adaptar, mostram para o mundo que é possível governá-lo de outra maneira, com respeito e gratidão à vida”.

AGRADECIMENTOS

Sucedeu um dia que eu descobrisse a Antropologia, e que dessa descoberta nascesse um caminho possível. Agradeço, aqui, a todos os que contribuíram para que esta possibilidade se concretizasse:

Meus pais, Laura e Leonardo, pelo apoio e entusiasmo incondicionais; meus avós, Maria Helena e Edson, pelo estímulo e conforto que só os avós carinhosos são capazes de fornecer; meus tios e tias, primos e primas, pelo acolhimento e apoio, especialmente à Valéria e ao Lucas, também tão entusiastas e estimuladores das minhas escolhas. Meu irmão, Henrique, e meus amigos de todas as horas Ana Clara, Luísa, Nathalia, Mariana, Cris, Ana Paula, Caterina, Ana, Bernard, Clara, Breno, Carolina, Karen, Nágila e Ricardo, pelo carinho tão necessário e tão importante; meus amigos da Face Carla, Raquel, Sibelle, Paty, Vanessa, João, Luiz Felipe, Fabio, Bruna, Gleiciane, Glau, Joana e tantos outros, que também tanto me apoiaram e me auxiliaram nessa caminhada.

Agradeço também, imensamente, à Deborah, pela orientação valorosa e esclarecedora, me proporcionando, assim, um aprendizado fundamental; e ao Daniel, por ter acreditado na possibilidade de um caminho na Antropologia, e também me trazendo vários ensinamentos preciosos.

Aos meus colegas de turma Bernardo, Gabriela, Gabrielly, Joana, Leila, Marcos e Patrick. Cada um deles deu contribuições fundamentais para este trabalho, e, juntos, soubemos construir uma turma como deve ser: sem disputas, sem competição, com amizade e solidariedade mútuas. Quiçá um dia sejam estes, e não outros, os valores a predominar nas nossas universidades.

A todos os professores que se empenharam para trazer contribuições para a minha formação, tanto na Antropologia como na Economia. Agradeço especialmente à Ana Maria, por todo o apoio e confiança. Aos amigos do Plano Metropolitano que também me proporcionaram importantes oportunidades de aprendizado, e, em especial, à Maura, pelo carinho e apoio.

Aos professores Eduardo, Carlos Magno e Rubinho, coordenadores do curso no período; à Aninha e à Ângela, secretárias; por se empenharem em contribuir para que o PPGAN e o recém-criado curso de Graduação em Antropologia da UFMG cresçam e melhorem o mais possível. À Ana Solari, ao Zé, e também, novamente, à Deborah, pela dedicação e profissionalismo que enriqueceram minha experiência de estágio docente, tão importante e, ainda, aos alunos da disciplina “Introdução à Antropologia” e aos alunos do Curso de Formação Intercultural de Professores Indígenas, por terem desempenhado papel fundamental na minha iniciação à docência.

À Dani e à Nina, colegas da Sociologia, companheiras da salinha 4220, que tanto contribuíram para um cotidiano mais leve e mais rico em aprendizados e possibilidades; ao Luís, colega do mestrado, pela amizade e pelo apoio tão importantes.

À Ângela, do INSEA, pelo apoio imprescindível com os contatos do trabalho de campo, e também aos funcionários do INSEA, CMRR, CMDDH, Asmare, e outros, que, com sua dedicação e otimismo fizeram possíveis tantos eventos importantes, essenciais para a sociedade e também para o trabalho aqui realizado.

À Vanessa, pelo interesse entusiasta pela dissertação e pelo apoio tão precioso nas transcrições; à Mafalda, pela contribuição para o trabalho de campo; ao Carlinhos, pela amizade e auxílio com a bibliografia.

Agradeço, ainda, a todos os que, aqui, não foi possível nomear, e que certamente foram também essenciais para que esta etapa fosse cumprida, fosse com uma palavra, um sorriso ou um gesto.

Por fim, a todos os catadores que entrevistei, com quem conversei e convivi, sem os quais este trabalho não existiria, e que, com sua persistência, simpatia e extrema coragem, tanto me ensinaram, agradeço imensamente e dedico este trabalho, esperando que ele possa fornecer uma contribuição para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e sustentável.

O tipo de desafio enfrentado pelo ideal de "humanidade" não foi confrontado anteriormente, pois uma "comunidade plenamente inclusiva" jamais esteve na ordem do dia. Esse desafio deve ser enfrentado hoje por uma espécie humana fragmentada, profundamente dividida, desprovida de todas as armas, exceto o entusiasmo e a dedicação de seus militantes. (Zygmunt Bauman)

RESUMO

Este trabalho aborda as relações dos catadores de materiais recicláveis com a sociedade brasileira a partir de três focos de análise: um conjunto de entrevistas com catadores em situações diversas, em Belo Horizonte e seu entorno; dois filmes-documentários a respeito de catadores – “Boca de Lixo” (Eduardo Coutinho, 1992) e “Lixo Extraordinário” (Lucy Walker, 2009) –; interações de catadores com executores e elaboradores de políticas públicas e representantes de setores empresariais e organizações não governamentais. Essas situações são contempladas, respectivamente, nos capítulos 1, 2 e 3 da dissertação.

Tendo em vista que o contexto referido é marcado por importantes acontecimentos recentes, como a criação do MNCR (Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis), em 2001, a aprovação da LNRS (Lei Nacional dos Resíduos Sólidos), em 2010, e, nas últimas décadas, a ascensão da “questão ambiental” em discursos de alguns setores da sociedade, procura-se, também, discutir a possibilidade de uma mudança positiva no âmbito das relações catadores/ sociedade, levando-se em conta que estas são, historicamente, caracterizadas pela *liminaridade* (nos moldes propostos por Victor Turner) e pela *exclusão*.

Palavras-chave: Catadores de materiais recicláveis. Sociedade brasileira. Liminaridade.

ABSTRACT

This work examines the relations between pickers and Brazilian society through three foci of analysis: a set of interviews with pickers in different situations, in Belo Horizonte and its surroundings; two documentaries about pickers – “Boca de Lixo” (Eduardo Coutinho, 1992) and “Waste Land (Lucy Walker, 2009); interactions with policy makers and representatives of business sectors and non-governmental organizations. These situations are addressed, respectively, in Chapters 1, 2 and 3 of the dissertation. Taking into account important events such as the creation of the MNCR (Pickers`s National Movement of Recyclable Materials) in 2001, the approval of LNRS (National Solid Waste Act) in 2010, and in recent decades, the rise of environmental issues in the speeches of some sectors of society, the work also discusses the possibility of positive changes in the relationship between waste pickers and society, considering its historical characterization by liminality (as proposed by Victor Turner) and exclusion.

Keywords: Waste pickers. Brazilian society. Liminality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1- DOS “CATADORES DE LIXO” AOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: A CONSTITUIÇÃO DE UMA CATEGORIA	19
1.1- Reflexões metodológicas	20
1.2- Ser catador como escolha possível	25
1.3- A constituição de uma categoria.....	34
1.4- Dos catadores de lixo aos catadores de materiais recicláveis.....	38
1.4.1- <i>Do lixo à mercadoria</i>	44
1.5- Educadores ambientais ou O direito à coleta seletiva	48
CAPÍTULO 2- REFLEXÕES ANTROPOLÓGICAS A PARTIR DE REPRESENTAÇÕES CINEMATOGRAFICAS DE CATADORES	54
2.1- Cinema, representações e interpretações	55
2.2- Rigidez entre as pessoas, fluidez entre as coisas: a arte, o lixo e o luxo em <i>Lixo Extraordinário</i>	58
2.2.1- <i>Uma interpretação</i>	59
2.3- Sobre a sobrevivência em <i>Boca de Lixo</i>	69
2.3.1- <i>Uma interpretação</i>	70
2.4- Convergências e discontinuidades.....	78
2.5- Aproximações com a Antropologia.....	83
CAPÍTULO 3- PARADOXOS E CONTINUIDADES DEFINIDORES DO LUGAR DOS CATADORES NA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	86
3.1- A Política Nacional de Resíduos Sólidos.....	88
3.1.1- Apontamentos para uma análise.....	90
3.2- Catadores, pobreza e desigualdade.....	94
3.3- Os discursos dos catadores e dos outros atores nas situações observadas.....	97
3.3.1- <i>A representação do papel ecológico</i>	100
3.3.2- <i>Reciclagem, consumo e poder</i>	104
3.4- Catadores e sociedade: interdependência.....	110
CONCLUSÃO- LIMINARIDADE E EXCLUSÃO: ESTADO PERMANENTE OU TRANSITÓRIO DEFINIDOR DAS RELAÇÕES ENTRE OS CATADORES E A SOCIEDADE BRASILEIRA?.....	113

REFERÊNCIAS	123
APÊNDICE: FOTOS	129

INTRODUÇÃO

Uma das características de como o fenômeno do consumo acontece na sociedade capitalista é o fato de os bens/ mercadorias serem constantemente descartabilizados para viabilizar o consumo de novos bens. Isso gera obrigatoriamente um volume enorme de coisas/ materiais descartados que recebem o nome de *resíduos*. Assim, o fato de o consumo ser um dos motores do crescimento econômico, processo central para o *modus operandi* do sistema social vigente, faz com que o acúmulo de lixo ocorra de forma intensa nesse sistema.

Se o acesso ao consumo na sociedade capitalista está diretamente relacionado à renda e à classe social a qual o indivíduo pertence, e se, numa sociedade como a brasileira, com fortes desigualdades socioeconômicas, tal acesso está fortemente hierarquizado, a questão do lixo, por sua vez, não distingue classes sociais (e nem países “desenvolvidos” ou “em desenvolvimento”). No entanto, a conscientização em relação à destinação dos resíduos não é (e, não obstante as ascendentes preocupações com questões ambientais nas últimas décadas, tampouco vem sendo), uma característica comum à maioria dos integrantes das sociedades. Nas palavras de O’Brien (2008), “o lixo continua em um lugar subterrâneo na escala da nossa consciência coletiva, - e sempre foi assim”. O termo “subterrâneo, é, de fato, bastante apropriado para caracterizar a forma predominante pela qual a questão do lixo é tratada em tais sociedades, já que o consumo crescente permanece como valor dominante sem que seus efeitos sejam levados efetivamente em conta. A questão do lixo se reveste, então, de uma invisibilidade, definida, em outras palavras, pela afirmação de Slavoj Žižek, para quem “*the problem is that trash doesn’t disappear*”(EXAMINED LIFE:2008). Assim, uma vez descartado pelos consumidores, o lixo não é mais alvo de sua preocupação, passando, exclusivamente, a ser objeto de ação dos responsáveis pela sua coleta e destinação a aterros, caso haja algum controle, ou, na ausência destes, aos chamados “lixões”.

No entanto, entre o descarte pelo consumidor e a coleta pelos funcionários dos órgãos responsáveis pela sua disposição final, o lixo pode ser objeto de ação de outros personagens: os catadores. Presentes há várias décadas em diversas localidades do mundo (em Belo Horizonte, por exemplo, como aponta Dias (2002), há indícios da sua presença desde a década de 1930), esses atores descobriram, através da possibilidade de valorização do lixo, um meio para a sobrevivência, muitas vezes não encontrada em

outras atividades em razão de questões estruturais como as crises econômicas e a falta de oportunidades no mercado de trabalho. Eles encontram-se, sem dúvida, em uma situação peculiar, pois, ao mesmo tempo em que se responsabilizam pelo retorno dos produtos ao seu ciclo de vida (ou, se quisermos, pela retransformação do lixo em mercadoria), contribuindo, então, para a criação e reprodução de um mercado no cerne do sistema econômico, são, por outro lado, excluídos e marginalizados em relação a vários aspectos: vítimas de preconceitos pelo fato de trabalharem com o lixo, constituem parte da parcela mais pobre da população, não tendo acesso, então, a uma série de direitos e condições que somente uma renda mais elevada propicia. Essa caracterização enseja a possibilidade de utilização do conceito de liminaridade, conforme definido por Turner (2008) para descrever a situação dos catadores.

Se considerarmos, ainda, que os catadores realizam um serviço de utilidade pública, a ambiguidade de papéis conformadora do caráter liminar da sua atividade fica ainda mais nítido. Parte de uma economia de sobrevivência para os que com ele trabalham, a reinserção do lixo no ciclo produtivo gera benefícios positivos para a natureza e para a sociedade, já que promove a economia de recursos naturais e de espaços para o armazenamento dos resíduos. Ressalte-se, assim, o aparente paradoxo de os catadores constituírem parte do segmento mais pobre da população, *excluída da sociedade*, e, ao mesmo tempo, realizarem a reciclagem, atividade que vem sendo incorporada ao paradigma emergente de respeito ao meio-ambiente, e que, portanto, é *valorizada pela sociedade*.

Observa-se, então, que a atividade dos catadores encontra-se em consonância com o *ethos* recente que conforma a ascensão da chamada *questão ambiental*. As questões do lixo e da reciclagem integram o conjunto de temas englobado com a ascensão do discurso da preservação do meio-ambiente, o qual, ainda que o modo de vida centrado no consumo permaneça como dominante no tocante à própria possibilidade de perpetuação da sociedade, continua presente.

Em diversos países, notadamente nos chamados “em desenvolvimento”, catadores constituem grupos numerosos e a atividade de coleta lhes provê a subsistência em geral não fornecida pela indisponibilidade de empregos formais e outros serviços. Conquanto contextos nacionais e regionais distintos conformem situações também diversas dos grupos de catadores no mundo, algumas características comuns se fazem

presentes em grande parte das situações. Assim, trata-se, em geral, de pessoas que encontram na catação a única atividade possível para realizar a sobrevivência através do trabalho; na maioria das vezes, o trabalho é realizado informalmente, ainda que haja, crescentemente em alguns lugares, a organização em associações e cooperativas; não raro, a catação é realizada em espaços que trazem riscos para os que ali trabalham em virtude da destinação inadequada de resíduos. Apesar de ações de movimentos de catadores, por vezes em parceria com entidades como o UNICEF (United Nation's Children Fund) que visam impedir a presença de crianças em locais como esses, os chamados *lixões*, esta ainda se faz forte em vários lugares. Na Índia, por exemplo, houve, recentemente, uma manifestação de catadores pelo direito à educação e pelo fim do trabalho de crianças em lixões (THE TIMES OF INDIA: 2012).

Não obstante, a presença de catadores não é privilégio dos países latino-americanos e asiáticos. Nos EUA, a descoberta recente da possibilidade de valorização do lixo por parte de outros setores vem ameaçando o sustento de grupos de catadores, como em São Francisco (CARUS: 2011). Essa descoberta recente também preocupa catadores que atuam no Brasil, muitos dos quais vêm, também, nos últimos anos, se organizando em associações, cooperativas e movimentos (notadamente, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis- MNCR), e exigindo o reconhecimento de direitos e dos serviços prestados à sociedade. Nos últimos dois anos, a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), em agosto de 2010, vem, particularmente, estimulando debates e discussões a respeito da possibilidade de inclusão dos catadores nos planos municipais e estaduais de coleta seletiva, conformados obrigatoriamente pela Lei 12.305, que configura a PNRS.

No Brasil, os catadores têm, historicamente, papel de destaque na realização da reciclagem. O Relatório da ONU para a Sustentabilidade na América Latina e o Caribe de 2010 (UNEP: 2010) aponta o país como líder no continente em relação à reciclagem de alumínio. O relatório estima, ainda, que cerca de 170 000 pessoas se ocupem, no Brasil, com a reciclagem de latas desse material (UNEP: 2010: 304). No que se refere ao número global de catadores que atuam no país, as estimativas divergem: de acordo com o MNCR, há cerca de 1 milhão de catadores no país; segundo o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o número está em torno de 700 mil pessoas (BRASIL: 2011). Independentemente das diferenças entre as estimativas apontadas, percebe-se a expressividade da atividade de catação no Brasil, o que denota a importância das

discussões a respeito da relação dos catadores com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Em outros países, a inclusão nas políticas referentes à disposição dos resíduos também é uma bandeira levantada por movimentos de catadores. No Chile, por exemplo, a discussão recente da Ley General de Residuos vem fomentando a reivindicação, por parte do movimento nacional dos catadores, do reconhecimento das atividades prestadas e da inclusão no processo legal (MOVIMIENTO NACIONAL DE RECICLADORES DE CHILE: 2012).

A preocupação com a diminuição dos resíduos, bem como a inclusão da reciclagem como ação importante para tal, caracterizam ações de governos diversos. Na União Europeia, um relatório de 2010 aponta para a necessidade de tais ações (EUROPEAN UNION: 2010), mencionando, também, o fato de alguns Estados-membros utilizarem o sistema de responsabilidade estendida aos produtores em relação aos resíduos.

Não obstante a ascensão de políticas de estímulo à reciclagem e à redução de resíduos ter ocorrido em diversos lugares nas últimas décadas, superestima-las pode ser um risco, dada a manutenção da centralidade do consumo como motor do crescimento econômico, que é essencial para a continuidade da ordem social vigente. Assim, é interessante nos reportarmos a Evans (2011), para quem os aspectos macroestruturais são essenciais na conformação de mudanças na ordem oriundas de modificações na rotina cotidiana. Numa direção semelhante, O'Brien (2008) afirma que, na Inglaterra, a disposição do lixo doméstico vem sendo orientada pela mercantilização do lixo, e não por “algum tipo de consciência ambiental” (O'BRIEN: 2008:1).

Assim, mesmo em países como a Alemanha, onde há a adoção de um sistema que possibilita o recolhimento de embalagens e produtos recicláveis por parte das indústrias (LEONARD: 2010), ambientalistas vêm, nos últimos meses, manifestando preocupações a respeito da insuficiência do aumento no índice de reciclagem proposto pela legislação (DER TAGESSPIEGEL: 2012).

Nas sociedades urbano-industriais, a reciclagem desempenha uma ambigüidade de papéis. De um lado, o fenômeno é “o reverso do consumo”, como já referenciado

acima. De outro, o processo de reciclagem pode ser percebido como uma panaceia para os problemas causados pelo excesso de produção e consumo de resíduos. Nas palavras de Enrique Leff, “o velho mito da pedra filosofal e do moto perpétuo reaparece (...) com a ilusão de anular o segundo princípio da termodinâmica e de solicitar, com base nele, um crescimento econômico sem limites”. (LEFF: 2009: 146). Assim, essa “ilusão tecnológica” teria levado à pressuposição de que “todos os resíduos do processo de produção e consumo poderão ser reciclados” (idem). Essa pressuposição antropocêntrica não considera o fato de a própria disponibilidade de recursos tecnológicos ser determinada pela conservação dos ecossistemas, que é claramente comprometida pelos efeitos ambientais colaterais provocados pelos processos de produção e consumo.

É também a ilusão que vê a reciclagem como um processo infinito, “como se o mesmo material pudesse ser reciclado continuamente, sem perda de qualidade na sua composição físico-química” que pode fazer com que a reciclagem (BLAUTH; LEME e SUDAN: 2006: 157) assuma a função de legitimar o consumo crescente (idem).

Assumindo que consumo e reciclagem constituem faces opostas do processo de produção material característico da sociedade capitalista, cabe indagar como seriam as relações entre grupos sociais distintos (ricos e pobres, parcelas da população que têm mais acesso ao consumo, parcelas da população que fazem uso da reciclagem para sobreviver). Percebemos, aqui, uma relação de *interdependência* entre os dois grupos, manifesta, por exemplo, através dos fenômenos consumo/ reciclagem, já que, por um lado, o consumo das classes mais ricas é garantido graças aos privilégios obtidos sobre os mais pobres, e, por outro, os catadores utilizam como matéria-prima o material reciclável reunido graças ao consumo de grupos compostos em boa parte pelos mais ricos. Mais recentemente, no bojo da ascensão da chamada *questão ambiental*, pode-se dizer que vem vindo à tona um outro aspecto dessa interdependência: o caráter ecológico da reciclagem ajuda a promover a redução dos resíduos e a minimização de impactos sobre o meio-ambiente. Logo, em tese, quanto mais materiais descartados são reciclados, mais novos bens podem ser adquiridos no tempo útil (antes que sobrevenha um colapso ambiental). Num paradoxo aparente, que, na verdade, lança à luz uma das complexas relações da sociedade urbana-industrial-pós-moderna, pode-se dizer que, quanto mais se recicla, mais se pode consumir sem causar danos ambientais críticos que impeçam a reprodução do modo de vida consumista.

No que se refere ao plano da relação entre os catadores e a sociedade, a emergência, nas últimas décadas, do paradigma ambiental traz à tona uma questão essencial: seria possível afirmar que, à medida que as preocupações ambientais ganham espaço, ocorre um reconhecimento crescente dos catadores por parte da sociedade, acompanhado de uma conseqüente valorização desse segmento? Em outras palavras, no que diz respeito à reciclagem, a mudança de percepção da sociedade em relação à chamada *questão ambiental* seria acompanhada de um movimento análogo em relação às *questões sociais*? Essa questão é central no presente trabalho, que visa, precisamente, realizar uma investigação a respeito das relações entre os catadores e a sociedade brasileira.

É com esse objetivo que se elaboram três focos de análise propícios ao estudo proposto; assim, no capítulo 1 são introduzidas importantes questões relativas ao tema abordado a partir de entrevistas realizadas com cinco catadores de Belo Horizonte e entorno; no segundo capítulo, são analisados dois filmes que abordam as temáticas “lixo” e/ ou “reciclagem” na sociedade brasileira, os documentários *Lixo Extraordinário* e *Boca de Lixo*, através dos quais buscamos realizar uma leitura crítica de vários dos temas abordados. No terceiro e último capítulo, são contemplados contextos em que se observam interações entre grupos de catadores e outros segmentos sociais, como entidades governamentais, fundações de apoio, pesquisadores e organizações governamentais, havendo, também, uma avaliação de alguns aspectos da Política Nacional dos Resíduos Sólidos e das ações do Programa Brasil sem Miséria direcionadas aos grupos de catadores. Finalmente, na conclusão, realizamos uma síntese teórica a partir do conteúdo expresso nos três focos de análise elaborados.

CAPÍTULO 1- DOS “CATADORES DE LIXO” AOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: A CONSTITUIÇÃO DE UMA CATEGORIA

No meio das coisas jogadas fora pela cidade vivia uma população de pessoas, elas também jogadas fora, postas à margem, ou então pessoas que tinham se jogado fora por vontade própria, ou que tinham se cansado de correr pela cidade para vender e comprar coisas novas destinadas a envelhecer imediatamente; pessoas que tinham decidido que somente as coisas jogadas fora eram a verdadeira riqueza do mundo. (Ítalo Calvino)

Passíveis, se quisermos, de receberem o mesmo olhar poético que é remetido pelo escritor na epígrafe acima, os catadores de materiais recicláveis, categoria longevamente presente nas grandes e pequenas cidades brasileiras, se constituíram como executores de seu ofício não por opção, mas por necessidade de sobrevivência. A organização da categoria existente atualmente, que pode ser observada em entidades como a Asmare (Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte) e o MNCR (Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis) não oblitera o fato de estas pessoas, em sua grande maioria, serem original e ainda atualmente trabalhadores que catam materiais recicláveis como uma das únicas alternativas disponíveis para a sobrevivência através do trabalho (DIAS: 2002a). Essa mesma organização tampouco transcende uma realidade que se faz presente de forma maciça nas nossas cidades: a de catadores que trabalham sozinhos, sem pertencerem a alguma associação, cooperativa ou movimento, e que, portanto, se encontram mais expostos às chamadas situações de vulnerabilidade social, como a falta de moradia, bem como a situações de restrição de poder de barganha em negociações com os atravessadores, para quem o material catado é vendido.

Como se pode observar pelas entrevistas realizadas, e como atestam, por exemplo, Freitas (2005) e Dias (2002a), o que mais bem agrupa essas pessoas, assim, é o fato de exercerem a atividade de catação como alternativa às restritas opções que lhes são oferecidas pelo mercado de trabalho. Essa é a característica comum que reúne esses homens e mulheres que, através de um olhar mais atento, deixam de ser “invisíveis” e passam ser percebidos também nas suas individualidades: a maioria exerce a atividade da catação em tempo integral e há vários anos, desde a infância; muitos começaram a

catar o material ainda com os pais, continuando a exercer a atividade na vida adulta; há, no entanto, também os que são catadores em fases intermitentemente intercaladas com outros trabalhos, ou aqueles que se “profissionalizaram” na atividade há pouco tempo, optando por ela em relação a trabalhos já exercidos anteriormente. Como já foi dito, há aqueles que trabalham sozinhos e os que são filiados a associações/ cooperativas; há, também, os que dormem nas ruas; há os que nunca passaram pela experiência de dormir na rua, e há os que a vivenciaram por muitos anos e hoje possuem residência fixa. Uma diferenciação ainda necessária é a entre os *catadores de rua* e os *catadores de lixões/aterros*: os primeiros são os que predominam em Belo Horizonte (Dias: 2002: 1); os catadores de lixões/ aterros estiveram presentes na cidade até a criação do Aterro Sanitário em 1975, e estão, ainda, presentes em outras localidades brasileiras, como a grande Rio de Janeiro¹.

Meu interesse em estudar esse grupo originou-se do fato de os catadores que via e vejo passando nas ruas de Belo Horizonte sempre me chamarem a atenção, por dois motivos: se, de um lado, a situação que vivem pode ser lida em termos que dizem respeito à fragilidade e à vulnerabilidade, sob outro ponto de vista observamos também que essas pessoas parecem ser dotadas de um poder muito específico e interessante: o de transformar o lixo em mercadoria. Essa capacidade traz implicações únicas simultaneamente nos planos social, econômico e ambiental, a saber: 1) o fato de o lixo/material reciclável a ser transformado em mercadoria cristalizar as relações sociais entre as pessoas e das pessoas com ele próprio; 2) o fato de, uma vez tirado do seu “destino” de descarte pelo catador, o material ter seu *status* transformado de “lixo” a algo que tem valor econômico; 3) o fato de essa reorientação no destino do material promover benefícios ecológicos para a natureza e para a sociedade.

1.1- Reflexões metodológicas

Os catadores que são vistos nas ruas puxando seus carrinhos são, em geral, figuras solitárias, que transitam pelos espaços da cidade cruzando por vários de seus habitantes, mas, não obstante, como também ocorre com outras categorias que cuidam da limpeza desses espaços, como faxineiros e lixeiros, acabam adquirindo uma “invisibilidade” (FREITAS: 2005: 80) para muitos.

¹ Para uma análise mais detalhada dessa questão, vide a análise dos filme *Boca de Lixo* e *Lixo Extraordinário*, realizadas no Capítulo 2.

Essa “invisibilidade” está associada a um incômodo relacionado aos preconceitos e à marginalização sofridos pelos catadores, relatados e documentados historicamente. Como se verá mais adiante, esses trabalhadores muitas vezes são ou foram considerados indesejáveis por segmentos da população e também do poder público. A proximidade física existente entre eles e as demais pessoas que transitam diariamente pelas ruas é subordinada a um forte distanciamento oriundo das fronteiras sociais e econômicas erigidas historicamente e culturalmente. Essa situação constitui um exemplo claro para a reflexão de Gilberto Velho², que afirma:

O que sempre **vemos** e **encontramos** pode ser familiar mas não é necessariamente **conhecido** e o que não **vemos** e **encontramos** pode ser exótico mas, até certo ponto, **conhecido**. (VELHO: 2008: 126)

Dessa forma, importa destacar que o trabalho aqui realizado se insere no âmbito da Antropologia Urbana, ramo de estudo que, ao se constituir como campo de pesquisa que elabora uma reflexão na sua própria sociedade de origem, se depara com a tarefa de “estranhar o familiar” (DAMATTA: 1978). No entanto, como afirma Gilberto Velho na passagem acima, a realização, por parte do pesquisador, da observação participante em um ambiente familiar, como a sua própria cidade, não implica, necessariamente, um conhecimento maior do objeto de estudo do que ocorreria em uma sociedade diferente.

Quando pensamos na cidade como ambiente múltiplo, espaço máximo da diversidade, a impossibilidade de conhecimento prévio, por parte do pesquisador, de estilos de vida diversos do seu fica ainda mais latente. Embora o pesquisador e o grupo a ser estudado habitem o mesmo ambiente urbano, muitas vezes as relações com esse ambiente ocorrem de forma diversa, chegando mesmo, ainda de acordo com Gilberto Velho (2008), a constituir mundos distintos. Segundo o autor, não há garantia de uma “maior proximidade” entre esses indivíduos em relação a pessoas que venham de sociedades diferentes (Velho: 2008: 124). Daí, abrem-se as possibilidades para que o pesquisador que trabalha dentro da sua sociedade de origem tenha sensações de estranheza e inclusive de choque cultural comparáveis às aquelas tradicionalmente conhecidas em lugares “exóticos” sob o nosso ponto de vista. (Velho: 2008: 127)

² Para uma análise mais recente de contribuições no campo da Antropologia Urbana, ver Frúgoli Jr. (2005). Não obstante observarmos a existência de desdobramentos teóricos mais recentes, escolhemos utilizar, aqui, Gilberto Velho como principal referência autoral nesta área em virtude de alguns de seus textos clássicos contemplarem com bastante pertinência os temas tratados, como se verá ao longo do texto.

Essa situação acontece, por exemplo, quando pesquisador e grupo pesquisado pertencem a classes sociais distintas. Quando pesquisa grupos marginais na sociedade, o pesquisador se defronta com pessoas que, embora habitem o mesmo espaço, podem ter visões de mundo e viver sob regras distintas da sua. A apreensão dessas particularidades, embora seja, muitas vezes, um processo difícil e descontínuo, é de extrema importância para o entendimento do ambiente e das relações sociais específicos ao grupo de estudo, e pode, também, ser bastante útil na redefinição de uma visão mais *macro* da sociedade. Assim:

O estudo de conflitos, disputas, acusações, momentos de descontinuidade em geral é particularmente útil, pois, ao se focalizarem situações de drama social, podem-se registrar os contornos de diferentes grupos, ideologias, interesses, subculturas, etc, permitindo remapeamentos da sociedade. O estudo do rompimento e rejeição do cotidiano por parte de grupos ou indivíduos desviantes ajuda-nos a iluminar, como casos limites, a rotina e os mecanismos de conservação e dominação existentes. (VELHO: 2008: 133)

Em outras palavras, o paradigma de pesquisa no meio urbano aqui mencionado é aquele que considera os indivíduos como “intérpretes de mapas e códigos socioculturais, enfatizando-se uma visão dinâmica da sociedade e procurando-se estabelecer pontes entre os níveis micro e macro” (VELHO: 2003: 16).

A necessidade da construção dessas *pontes teóricas* é corroborada por Lanna (1995:31) que enfatiza a indispensabilidade do reconhecimento da interdependência entre o nível de relações local e o mais geral. Segundo o autor, a tradicional ênfase dada, em relação ao primeiro nível, pelos antropólogos, e aquela fornecida ao segundo nível pelos economistas constituiriam uma dicotomia que obscureceria o caráter de reciprocidade (e não de unilateralidade, como se costuma abordar) das relações entre os níveis. Nessa perspectiva, o presente trabalho constitui parte do esforço de recompor essas ligações, que, sem dúvida, podem lançar luz sobre importantes aspectos das realidades estudadas.

O estudo aqui proposto constitui um exemplo de como podem ocorrer essas apreensões simultâneas dos níveis micro e macro. Por um lado, o estudo aprofundado dos catadores de materiais recicláveis pode elucidar aspectos não conhecidos, no sentido mencionado por Velho, da maneira como ocorre a reprodução do seu modo de vida. Por outro lado, uma investigação a respeito das relações do grupo com a sociedade pode

trazer à tona questões importantes concernentes às regras, códigos e valores sociais, vale dizer, num nível mais macro.

Nesse sentido, procuro, aqui, realizar um estudo que busque fornecer subsídios para o maior entendimento de questões como as seguintes: existe uma forte percepção dos catadores de ocorrência de preconceitos por parte da sociedade? Do ponto de vista dos catadores, existe um desejo manifesto de inclusão na sociedade? Há, em relação aos últimos anos, a percepção de uma mudança positiva na forma pela qual a sociedade vê o grupo? Quais são as principais demandas desses trabalhadores junto à sociedade em geral e a algumas de suas instâncias específicas, como governos e setores empresariais? Ao mesmo tempo, também busco lançar luz à forma pela qual os catadores lidam com o trabalho e com o material coletado; procuro observar se há, por parte dos entrevistados, uma consciência dos serviços prestados à sociedade e uma necessidade e reivindicação do reconhecimento desses serviços. Algumas dessas questões nortearam o projeto que motivou esse estudo, outras foram surgindo durante as situações de campo.

As observações empíricas doravante mencionadas foram obtidas em pesquisas de campo realizadas entre agosto de 2010 e fevereiro de 2012, em Belo Horizonte. A pesquisa teve início durante o CATAFORTE, curso de capacitação dos catadores promovido pelo governo federal e executado, em Belo Horizonte, pelo INSEA (Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável), em parceria com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e a Fundação Banco do Brasil - FBB. Acompanhei, no final de agosto, um dos módulos do curso, e, no dia 18 de setembro, estive presente na cerimônia de diplomação dos catadores. Participaram do curso catadores da RMBH (Região Metropolitana de Belo Horizonte) e de seu entorno.

Em 2011, participei de alguns eventos cujo público principal era também constituído por catadores, a saber: o “Seminário Regional sobre a aplicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e a constituição de redes de organizações de catadores”, em abril; o “Encontro Estadual por uma Minas com Coleta Seletiva e Inclusão Sócio-produtiva dos catadores”, em junho; a Audiência Pública do Plano Nacional de Resíduos Sólidos em Minas Gerais, em outubro. Nesses eventos, estiveram presentes catadores de diversas partes do estado. Em novembro, acompanhei o 10º Festival Lixo e Cidadania, do qual participaram catadores de várias partes do Brasil, e também alguns representantes de movimentos transnacionais de catadores. Realizei, ainda, uma visita

ao Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis, inaugurado em Belo Horizonte em abril de 2011; em outubro, uma visita ao INSEA (Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável), organização não-governamental que tem como um de seus principais públicos-alvo grupos de catadores. Informações adicionais foram ainda obtidas em fevereiro de 2012, quando fiz uma visita ao Reciclo, um dos braços da Asmare, na qual conversei com Flávia, assistente social da associação.

Durante os eventos mencionados, pude realizar quatro entrevistas com catadores presentes, três deles lideranças da categoria em Minas Gerais: dona Geralda, 61 anos, uma das fundadoras da Asmare; Madalena, 50 anos, natural de Itaúna; e Gilberto, 37 anos, catador oriundo de Contagem; os dois últimos são líderes do MNCR. Entrevistei ainda Cleide, uma catadora de Justinópolis, cujo ingresso na atividade na reciclagem é recente, tendo ocorrido há dois anos, e Índio, ex-triador da ASMARE e atual vice-diretor financeiro da instituição. Outras duas entrevistas foram realizadas fora dos espaços dos eventos: uma delas no INSEA, com Fernando Godói, membro da diretoria da Asmare, e outra nas ruas de BH, com Alair, catador de 33 anos oriundo de Santa Luzia que trabalha sozinho na capital mineira.

Foram realizadas, assim, entrevistas com cinco catadores: Alair, Madalena, Dona Geralda, Gilberto e Cleide. Tais entrevistas constituem o principal foco de análise do capítulo, que busca, também, traçar um panorama contextual a respeito dos catadores de materiais recicláveis no Brasil, com destaque para Belo Horizonte e seu entorno.

É importante mencionar que o coletivo que aqui denominamos “catadores” não constitui um grupo “localizado” geograficamente, e, assim, tampouco é um agrupamento de pessoas que conhecem todas umas às outras e trabalham ou vivem no mesmo ambiente. Dessa maneira, estando presentes em espaços não necessariamente contíguos, ultrapassam os limites das tribos localizadas característicos da antropologia clássica, para citar Rial (2003: 74).

Nesse sentido, o trabalho de campo realizado possibilitou, além das entrevistas mencionadas, o contato com catadores de diversas cidades e regiões, os quais, conquanto vivenciem contextos em algum grau diversos, partilham de experiências e situações muitas vezes essencialmente semelhantes; assim, se constituem como

categoria na medida em que se reúnem para participar de cursos de capacitação e eventos de mobilização e reivindicação de direitos junto à sociedade e ao poder público.

1.2- Ser catador como escolha possível

Quem já acompanhou parte da rotina de um catador sabe que existe uma organização e uma disciplina bastante intensas e peculiares. Assim, muitas vezes observei Alair, catador de rua que trabalha em bairros da zona sul de Belo Horizonte, buscar os resíduos descartados pelos moradores das localidades, depositados na rua em diversos horários do período da manhã, separar os materiais ali reunidos (plásticos, papéis, etc) e acomoda-los em seu carrinho. Um dos aspectos que mais chamam a atenção na fala de Alair é uma apreciação do trabalho com a reciclagem, expressa inclusive em uma aparente escolha em relação a demais serviços:

Eu não troco esse serviço de reciclagem por outro serviço de jeito nenhum. Porque, sabe quando a gente acostuma com uma coisa? Quando a gente acostuma com uma coisa, é muito difícil, né...E tem 25 anos que eu tô nessa aí, catando meus negocinho.

Sempre trabalhei sozinho. Moro com meus pais. Lá em casa nós somos oito irmãos, né...Todo mundo trabalha. (...)

Reciclado é só eu. Só eu que trabalho com reciclado. Os outros meus irmãos tudo trabalha com padaria, lanchonete...

(...) Eu gosto de trabalhar assim. Já acostumei. Eu gosto de trabalhar assim. É ótimo. (Alair, em entrevista realizada em 19/10/2011)

Observamos, então, na fala do entrevistado, uma anunciação do gosto pelo trabalho, que é expressa na contraposição em relação a outros serviços, realizados por familiares próximos, como os irmãos.

Um elogio da atividade também é feito por Madalena, catadora proveniente de Itaúna e hoje líder do MNCR:

A minha história de vida na área da reciclagem, do lixo, assim, transformou minha vida, é uma coisa que eu gosto de fazer (...). Eu passei por momentos difíceis no lixão, a gente teve muitas dificuldades até organizar a cooperativa, mas hoje a gente tem uma base estruturada no nosso município. (Madalena, em entrevista realizada em 25/10/2011)

Tanto na fala de Madalena como na de Alair, aparece, então, o gosto pelo trabalho como catador (a). No entanto, o que mais transparece no conjunto das falas são relatos de que, diante de condições socioeconômicas adversas, a catação teria se constituído como uma das únicas possibilidades de trabalho para essas pessoas. Assim,

dona Geralda e também Madalena ressaltam a importância da atividade, realizada desde a infância, para a sua sobrevivência e a de suas famílias diante da precariedade das condições materiais em que estas estavam:

Sou uma ex-catadora de lixo. Eu conheço os resíduos desde a idade dos 7 anos, que eu trabalhava no lixo desde criança, pra ajudar meus pais em casa.

(...)

Eu vim dessa realidade de catadora que eu nunca prostituí, porque tem muitas histórias, né, que a gente conhece, e a gente vivencia também em outros locais, que muitas mulheres às vezes vai, começa a catar, aí entra na prostituição... Nunca usei droga, graças a Deus, nunca conheci droga, nenhum tipo de droga, não bebo, não fumo, e assim, fui mesmo pra catação pra tirar a minha sobrevivência do trabalho, porque eu não queria ir pra outros caminhos. É uma coisa assim, sou de uma família enorme, tenho 15 irmãos, e meus pais foram casados 40 anos. (...) Tive uma boa educação, sou de família pobre, mas o meu pai nos ensinou que a gente, não é porque é pobre que pode viver desonestamente, que se é pobre, se você quer ser honesto você também tem condição. É uma pessoa assim que do pouco que ele teve ele nos deu, e nos ensinou, nos educou da forma que ele teve a condição. (...) Meu esposo nunca trabalhou na reciclagem, ele trabalha na siderúrgica, de fundo de gusa, já tem muitos anos que ele trabalha nessa área. (...) Eu e as minhas irmãs, a gente veio da realidade da catação. Eu tenho três irmãs que ainda trabalha na cooperativa. E tenho primos, tenho primas também que trabalha lá, e outros companheiros que não é da minha família, mas que veio do lixo, e alguns desempregados que procura trabalho lá, as portas da cooperativa também é aberta pra essas pessoas que vêm do desemprego. (Madalena, em entrevista realizada em 25/10/2011)

(...) a gente conseguiu achar alternativa de trabalho foi no material reciclável, porque já tinha os comprador, naquele tempo já tinha os depósitos que comprava o material. Mas minha mãe veio do interior com o sonho de chegar aqui e construir a vida dela e até ajudar os parentes na roça. Só que quando chegou aqui não foi nada disso, né, minha mãe perdeu a cidadania. Na roça minha mãe era cidadã, plantando, colhendo... Ninguém tinha batido nela, ninguém nunca tinha espancado nela, aqui ela chegou a apanhar de polícia, aqui ela veio pedir esmola, aqui ela veio passar por humilhação. Aqui fiscal veio tomar os material, tomou muito material dela na época.(...) Aí ela veio catar papel, com oito anos também eu vi, que eu tava passando fome lá na Pedreira Prado Lopes, nasci na Pedreira, veio os meninos catar papel, eu também vim, fiquei, e eu carregava na cabeça que eu não aguentava puxar o carrinho, aí depois eu comecei a puxar o carrinho que eu ganhei a primeira filha com 16 anos, eu sou mãe de doze filhos, eu tenho nove filhos vivos, graças a Deus...(Dona Geralda, em entrevista realizada em 25/10/2011)

Percebe-se claramente, então, que, nas falas acima, catar materiais é, tanto no caso de D. Geralda como no de Madalena, o meio possível para realizar a sobrevivência através do trabalho. Essa alternativa foi, em ambos os casos, encontrada por gerações anteriores às das entrevistadas. No caso de dona Geralda, o trabalho como catadora foi

realizado inicialmente pela mãe, que veio do interior para a capital com o sonho de ali “construir a vida”, deparando-se, no entanto, com situações de humilhação e “perda da cidadania”, conforme descrito pela entrevistada. Não obstante, permaneceu em BH catando papel, atividade em que foi sucedida pela filha, que a iniciou com apenas 8 anos de idade. Já Madalena, que me relatou que seu pai foi também catador, conta, no trecho acima, que ele ensinou aos filhos que “se é pobre, se você quer ser honesto você também tem condição”. Trabalhar como catador foi a alternativa encontrada por ele para sobreviver via a honestidade do trabalho, em que foi seguido por Madalena, que relata ter trabalhado como catadora desde os sete anos, e também pelas irmãs dela.

Em outros contextos, a atividade surge como meio de subsistência para pessoas que já haviam exercido outras atividades profissionais, mas que, diante do quadro de crise, recessão e desemprego das décadas de 1980 e 1990, conseguem “ganhar a vida” justamente através da catação. Os trabalhos de Freitas (2005) e Dias (2002a) fornecem exemplos de situações desse tipo; já nas nossas entrevistas, o que ilustra tal contexto é o caso de Gilberto:

Já trabalhei em outras coisas, na verdade. Já fiz de tudo um pouco. Trabalhei na construção civil, já vendi enciclopédia, já vendi plano de saúde, já fiz um monte de coisa. Sempre foi a catação, assim. Às vezes eu ficava um ano afastado, depois voltava, ficava ruim o trabalho. Uma época atrás aí, se você arrumasse um emprego você tinha que ter sorte. (...) “Ah, um dia eu vou arrumar um emprego”, eu lembro das pessoas falando assim, “aí quando eu arrumar esse emprego...”. Hoje em dia, você sai ali, você arruma, então quer dizer que as coisas melhoraram. Mas naquela época tinha isso, aí a catação que deu suporte, pra pagar as contas, construir minha vida. (Gilberto, em entrevista realizada em 25/10/2011)

A fala de Gilberto ilustra, assim, que diante das condições econômicas adversas (“uma época atrás aí, se você arrumasse um emprego, você tinha que ter sorte”) a catação foi o “que deu suporte” para que ele pudesse se estruturar, permitindo que pudesse “pagar as contas” e “construir a vida”.

Um outro caso é o de Cleide, que, tendo anteriormente trabalhado como diarista, optou, recentemente, por se tornar catadora. No entanto, devido à baixa remuneração que vem recebendo na atividade, continua realizando outros trabalhos, como relata a seguir:

Eu trabalhava como diarista e trabalhava autonomamente, fazia doce, ainda continuo, fazendo os bombons pra casamento, aniversário, bolo. Aí trabalho também, quando dá, em final de semana vou pra uma pousada lá em Brumadinho, e tô indo... O forte agora é a catação,

durante a semana a gente trabalha na cooperativa. (Cleide, em entrevista realizada em 25/11/2011)

Tendo optado, recentemente, por se tornar catadora, Cleide afirma que esta é a principal atividade de trabalho realizada por ela atualmente (“o forte agora é a catação”). Não obstante, continua fazendo outras atividades iniciadas anteriormente, para complementar sua renda, já que, na entrevista, ele me relatou que as catadoras de sua cooperativa vêm recebendo, em média, apenas cerca de R\$ 115 mensais.

No conjunto de catadores entrevistados, somente Cleide, que se tornou catadora há dois anos, realiza o trabalho há pouco tempo. Assim, todos os outros quatro, Dona Geralda, Gilberto, Madalena e Alair, têm em comum o fato de trabalharem catando materiais desde crianças: Dona Geralda começou com oito anos, Madalena com sete, Gilberto com treze, Alair com dez. Como já mencionado, as mais velhas, Dona Geralda e Madalena, começaram a trabalhar na atividade a partir da influência familiar: tanto a mãe de Dona Geralda como o pai de Madalena trabalhavam como catadores buscando a sobrevivência da família.

No entanto, algumas diferenças entre as trajetórias mencionadas já se mostram visíveis numa primeira abordagem. Podemos, por exemplo, mencionar o fato de Gilberto e Alair terem idades bem próximas e atuarem, ambos, como catadores de rua; porém, posteriormente, passaram a desempenhar papéis distintos: Alair continuou trabalhando sozinho, como relata sempre ter feito, e Gilberto, que participou de uma cooperativa, se tornou, posteriormente, líder do MNCR.

A contraposição dos casos de Alair e Gilberto nos leva à necessidade de explicitar algumas diferenças comumente encontradas entre catadores que trabalham sozinhos e aqueles que estão inseridos em organizações (associações e cooperativas). Em geral, é comum que catadores que são autônomos nesse sentido constituam também parte de um grupo talvez tão conhecido e desconhecido como o dos catadores: o dos moradores de rua. Em Belo Horizonte, dados do 2º Censo da População de Rua apontam que, em 2005, para 42,8% dos moradores de rua entrevistados, a catação de material reciclável era a principal atividade provedora de renda (BRASIL: 2006).

O caso de Alair, que dorme na rua nos dias em que cata material, é um exemplo da imbricação entre os dois segmentos. Cabe ressaltar que, diante do fato de não estarem reunidos em nenhuma organização formal, os catadores que trabalham sozinhos

recebem, em alguns casos, remuneração menor do que quando se trabalha em associações, já que se encontram mais expostos a situações de restrição de poder de barganha em negociações com os atravessadores, para quem o material catado é vendido.

O caso de Alair parece confirmar só em parte essa diferenciação. Ele recebe, por semana, cerca de R\$ 180, valor que não lhe permite arcar, diariamente, com o custo da passagem de ônibus intermunicipal necessária para o transporte até sua casa. Na Asmare, por exemplo, os catadores recebem um salário mínimo mensal. No entanto, recebem alguns benefícios, como o vale-transporte, que não são acessíveis aos catadores que trabalham sozinhos.

Tanto a baixa remuneração como as longas jornadas de trabalho são atributos tanto da atividade dos catadores não organizados como da dos que se reúnem em associações ou cooperativas. Quanto ao cotidiano do trabalho, observemos, por exemplo, a jornada de Alair, que das 19 às 23 horas cata o material descartado por prédios comerciais; no dia seguinte, acorda cedo e passa a manhã catando o material que é descartado na rua neste período; à tarde, vai para o depósito e vende o que recolheu.

Os catadores de associações têm horários fixados para trabalhar, que podem cobrir o período diurno integralmente ou incluir, também, parte da noite, já que o estabelecimento do horário acaba sendo influenciado pela hora em que ocorre o despejo, na rua, do material oriundo de edifícios residenciais e comerciais.

De acordo com Gilberto, há um histórico de exploração do trabalho dos catadores por parte dos atravessadores em relação à junção de materiais de diferentes preços, como é relatado abaixo:

O que acontece é o seguinte: é que os atravessadores têm uma estratégia assim: ah, plástico, ah não, pode botar tudo aí, que eu pago. Ah, papel, não, não sei o que... Só que o cara não sabia que quanto mais ele separasse, mais valor agregado tinha o produto. Quando surgiu a organização, esse tipo de coisa, que a gente descobriu isso, e os catadores na rua também foram descobrindo isso aos poucos, né, porque o catador observava o galpão do atravessador. Nó, porque tem um fardo de papel branco, tem outro um fardo só de revista, tem um outro fardo só de jornal? Porque que aquela sucata ali não tá junto com aquela? (...) Cada material é um tipo de material, tem um valor, tem uma demanda, tem um preço e tal. (Gilberto, em entrevista realizada em 25/10/2011)

Assim, como descreve o entrevistado, vários catadores inicialmente pareciam não ter conhecimento de que separar os materiais implicava “mais valor agregado” para o produto vendido aos atravessadores. Ele relata que “os catadores de rua também foram descobrindo isso”, fato que pode ser observado na fala de Alair, que demonstra conhecer os diferentes preços dos materiais, como podemos ver a seguir:

Eu trabalho à noite (...), de terça até sexta. Eu pego os prédios à noite ali. Então o pessoal, as faxineiras, guarda pra mim, sabe, guarda pra mim e é só chegar e pegar. E se eu achar também eu cato também, eu pego também, eu já tenho lugar preparado de pegar já...Aí eu vou e pego, reciclo tudo, limpo tudo, porque tem que separar, né? Cada um é um preço, né? (Alair, em entrevista realizada em 19/10/2011).

O entrevistado afirma, então, que “tem que separar” o material recolhido, já que “cada um é um preço”. A fala de Alair demonstra, também, a existência de relações de solidariedade entre faxineiras que trabalham nos prédios comerciais dos locais onde ele cata material e ele, pois elas guardam o material e lhe entregam.

Uma diferença crucial entre catadores organizados e não organizados é oriunda do fato de as políticas públicas serem, via de regra, orientadas para associações e cooperativas de catadores. Isso se aplica a políticas dos âmbitos municipal, estadual e federal, como se verá mais a fundo no capítulo 3. Nas palavras de Fernando Godói, um dos membros da diretoria da Asmare, e de Índio, diretor-financeiro da associação:

A tendência é melhorar cada vez mais, mas para o catador organizado. Se não estiverem organizados, eles saem fora do mercado. O mercado está se expandindo só para as organizações. (Fernando Godói, em entrevista realizada em 03/10/2011)

Hoje, devido a essa lei agora, né, que o catador pode vir a ter essa bolsa reciclagem³, Ela vai contemplar as associações e cooperativas devidamente organizadas. (...) Aqueles que estão nos depósitos, catando separadamente, individualmente, se ele estiver fora de uma associação, de uma cooperativa, ele vai ficar fora disso. (Índio, em entrevista realizada em 23/11/2011)

Diante desse quadro, me concentrei, nas entrevistas com dona Geralda, Madalena e Gilberto, na questão da inserção dos catadores não organizados no Movimento Nacional. Abaixo, transcrevo alguns trechos das entrevistas relativos ao tema:

O catador puxa o carrinho muito pesado, tem muito catador na rua, que não tá organizado em associação ainda. Então precisa de pegar

³ Sobre o “Bolsa Reciclagem”, ver o capítulo 3.

todos eles, eu acho, fazer um trabalho, pra poder se organizar, pra ter direito e dever, igual nós tem. (Dona Geralda, em entrevista realizada em 25/10/2011)

Ali é muitos, né, que não tá organizado. A Asmare já tentou fazer (um trabalho com essas pessoas), chama eles, né, que a Asmare sempre trabalhou com população de rua e catador, mas tem muitas pessoas que fica livre, né, quer ser livre, e a Asmare tem normas, né, novas e deveres a cumprir, é por isso. Tem que manter o filho na escola, tem que lutar pela moradia, não pode morar na rua. Que que a adianta, a pessoa trabalha o dia todo pra dormir na rua? O corpo não guenta isso, não descansa. (Dona Geralda, em entrevista realizada em 25/10/2011)

Os catadores que não estão em nenhuma organização eles tem uma visão de vida assim ruim, trabalhar ganhar a grana e ir embora(...), aí não constrói nada, nada de positivo nem pro coletivo nem pra ele, ele ajuda o atravessador a enriquecer, ele não consegue perceber isso, que ele tá sendo usado, explorado. (Gilberto, em entrevista realizada em 25/10/2011)

O movimento, o objetivo do movimento é levantar a bandeira de luta em prol de igualdade pra todos, o movimento já faz um trabalho intenso de abordagem desses sujeitos, desses catadores individuais, também dos que estão no lixão, a gente consegue trazer muitos pra dentro da rede, pra dentro da base organizada, mas também nós respeitamos a escolha deles. Quando eles não querem a gente respeita mas a bandeira também é pra defesa deles mesmos, que eles estão nas ruas, pra que eles, mesmo que eles não estão dentro de um galpão organizado ou de uma base, ou dentro de uma rede, mas eles também vão continuar tendo o direito de tirar seu sustento das ruas, porque a gente não pode, só porque eu tô numa cooperativa, obriga-los, sem vontade deles, deles estarem junto com a gente. E a gente também conscientiza eles da importância do movimento, qual que é a nossa política, qual é o objetivo daquele empreendimento, querer ajudar a organizar esses catadores, e muitos deles vêm, outros não conseguem vir porque acham melhor ficar livre, não ter norma, não ter horário, não ter regra, pra ele ele quer trabalhar do jeito dele. (Madalena, em entrevista realizada em 25/10/2011)

As falas acima expressam, por parte dos entrevistados, tanto uma preocupação com a situação dos catadores não organizados, considerada frágil, como uma visão crítica acerca do sentido de “liberdade” que, em sua visão, é apropriado por tal grupo. Madalena e Dona Geralda atribuem aos catadores não organizados a ausência de vontade para cumprir a rotina necessária para se tornarem membros de uma associação ou cooperativa. Além disso, observamos, ainda, uma crítica de Gilberto relativa à opção da individualidade no trabalho, a qual, segundo ele, “não constrói nada de positivo”. Há, também, por parte de Gilberto, uma preocupação com o fato de que esses catadores seriam, constantemente, explorados pelos donos de depósitos.

É difícil, aqui, desvencilhar com precisão as razões da opção dos catadores pelo trabalho individual. No entanto, é possível traçar algumas hipóteses construídas através da observação e da experiência obtidas ao longo da realização da pesquisa. Em uma

conversa com Cleide, por exemplo, me foi relatada a existência de uma certa desconfiança, por parte de catadores que trabalham individualmente em sua cidade, em relação a perguntas realizadas por uma assistente social. Segundo a entrevistada, a profissional realizava a abordagem com a intenção de tecer um diagnóstico buscando obter melhorias para os trabalhadores, mas estes estavam temerosos de a indagação constituir, na verdade, algo que pudesse lhes prejudicar. Diante do histórico de marginalização e exclusão sofrido pelo grupo, talvez ainda mais forte para os que trabalham sozinhos, a desconfiança relatada por Cleide não surpreende.

Além disso, é interessante notar que existem muitos catadores transitando por bairros da cidade considerados “nobres”, regiões arborizadas e urbanisticamente agradáveis, às quais esses trabalhadores, por questões econômicas, dificilmente teriam acesso como moradores. Ao transitarem pelos espaços direcionados a classes mais abastadas, essas pessoas, além de explicitarem a função pública do espaço da rua, estabelecem com a cidade uma relação específica e diferente daquela de quem utiliza a rua somente como espaço de passagem. Como já mencionado, para muitos catadores “individuais”, a via pública, além de espaço de trabalho, é, também, o próprio espaço da casa.

Já em relação às escolhas das pessoas pelo trabalho na catação, principal tema abordado nesta seção, é possível realizar inferências com maior segurança. O que se depreende, de maneira geral, das entrevistas realizadas e também da literatura (ver, por exemplo, Freitas: 2005) é que a preferência pela atividade da catação ocorre em meio a uma gama restrita de possibilidades. Em outras palavras, trata-se da *escolha possível*.

Assim, se o trabalho do catador é, como já mencionado, muitas vezes uma consequência da falta de oportunidades no mercado de trabalho, ele pode, também, ser entendido como uma escolha em relação às restritas opções oferecidas por esse mercado. Prova disso é a preferência do trabalho na catação e na triagem dos materiais em relação a serviços domésticos em casas de família, explicitada por algumas catadoras com quem conversei informalmente. Embora nem sempre as razões dessa preferência sejam mencionadas, uma forte hipótese explicativa reside no fato de, na atividade de catação, as pessoas se situarem em espaços de maior liberdade. Não obstante os riscos e estigmatizações a que os catadores estão sujeitos, há, na atividade, uma autonomia muitas vezes maior do que aquela presente no trabalho em “casas de

família”, onde as trabalhadoras se encontram, recorrentemente, sujeitas a ordens e normas impostas pelos patrões. A escolha declarada de Alair pela catação, expressa na frase “Eu não troco esse serviço de reciclagem por outro serviço de jeito nenhum” pode ter também um significado referente à liberdade constantemente associado ao espaço da rua.

Ainda no que se refere à questão da restrição característica da escolha com a qual os catadores comumente se defrontam, cabe mencionar que é justamente a luta pelo reconhecimento do trabalho dos catadores, realizada pelo MNCR, que se encontra como pano de fundo para tal tema. Veja-se o seguinte depoimento de Madalena:

(A cooperativa) mudou as condições de vida, eu não tinha moradia, consegui comprar minha casa, minhas filhas estudam em boas escolas (...). A minha filha já fez prova do Enem, pra tentar fazer uma faculdade (...). Vim da catação mas nenhuma das minhas filhas nunca foram no lixo, elas nunca foram no lixão, nunca foi na cooperativa, assim, pra falar que trabalhar com os resíduos é uma escolha da gente, que elas vão ser o que elas quiserem, não é porque eu sou catadora que elas vão ser catadoras, a gente não luta pra isso, a gente luta com a reciclagem pra mudar a condição de vida pra gente dar condição melhor pros nossos filhos, pra nossa família.

(...)

Eu estudei só até a quarta série primária, depois não teve como eu continuar, por causa do trabalho. É uma coisa que eu gostaria, mas graças a Deus as minhas filhas estão estudando, têm sonhos, e eu quero que elas consigam chegar nos objetivos delas. (Madalena, em entrevista realizada em 25/10/2011)

Depreende-se, da fala transcrita acima, que a luta do movimento é também para que a catação seja uma escolha real, e não uma opção restante diante da contingência de um leque restrito, ou mesmo inexistente. Ao afirmar que as filhas “vão ser o que elas quiserem, não é porque eu sou catadora que elas vão ser catadoras”, a entrevistada demonstra exatamente o desejo de que o escopo da escolha profissional, que para ela foi muito reduzido, seja ampliado tanto para os catadores em geral (“A gente luta com a reciclagem pra mudar a condição de vida”) como para as filhas, que, como ela afirma, tiveram mais anos de estudo.

Uma das questões que mais sobressai nas falas é a importância que o sustento pelo trabalho adquire para os entrevistados. A seguinte afirmação de Alair “Eles falam que catar material não é trabalho, mas eu acho que é trabalho sim” ilustra esse aspecto; as falas de dona Geralda, e de Madalena, já supraexpostas, a respeito de a reciclagem ter sido a brecha encontrada diante das poucas opções no mercado de trabalho, bem como

as afirmações de Gilberto a respeito da dificuldade de se conseguir um emprego formal à época em que a atividade da catação se tornou a principal fonte de seu sustento, como, ainda, os “bicos” realizados por Cleide para complementar sua renda, mostram que todas essas pessoas vêm lutando para continuar mantendo sua subsistência através do trabalho remunerado. Tentativas nesse sentido foram feitas tanto exclusivamente na atividade de catação, casos de Alair, Madalena e dona Geralda, como quando ele é entremeado com outras atividades, situação pretérita de Gilberto e condição atual de Cleide. Nota-se, então, que a busca pela sobrevivência através do trabalho é o objetivo precípuo que leva essas pessoas a trabalharem como catadores.

1.3- A constituição de uma categoria

Esta forma de sobrevivência através do trabalho é atividade presente há várias décadas nas grandes e pequenas cidades brasileiras. Durante as entrevistas, Madalena e Dona Geralda relataram a presença longeva de catadores nas suas cidades de origem. Em Itaúna, conforme relata Madalena, essa presença ocorre desde, pelo menos, a própria fundação da cidade:

Itaúna tem 106 anos. E nesses 106 anos a gente houve história que já existia, antes da gente já existia pessoas que comercializava, que já fazia isso, lá em Itaúna. Os sucateiros. (Madalena, em entrevista realizada em 25/10/2011)

Se nos voltarmos mais a fundo para o caso de Belo Horizonte, cidade jovem, pois que construída já nos fins do século XIX, observamos que a atividade da catação já está presente no cotidiano da capital mineira há no mínimo oitenta anos. De acordo com Dias (2002a: 44), registros históricos apontam que os catadores já atuavam na cidade pelo menos desde década de 1930. Cabe mencionar que, até 1975, ano em que foi criado o Aterro Sanitário da cidade, o lixo era depositado em uma das chamadas “bocas de lixo”, no Morro das Pedras. A partir desta data, ainda segundo a autora, “a catação de recicláveis na cidade passa a ter no espaço da rua o seu lócus privilegiado” (idem).

Dias (2002; 2002a) descreve também a ocorrência, no período de 1979 a 1992, das “operações limpeza” promovidas pelos fiscais da prefeitura, que eram tentativas de expulsar os catadores das ruas da cidade, confiscando seus materiais e promovendo a intimidação dos trabalhadores. (Cabe lembrar que os catadores não dispunham de galpões ou outros locais para realizar a separação do material, a qual, portanto, era realizada nas ruas). As tentativas sucessivas de retirada dos catadores das ruas da

cidade, bem como a promoção de uma imagem do catador como marginal (Dias: 2002a: 53) são ações que demonstram a existência, no período, de uma relação altamente conflituosa entre o segmento e o poder público municipal.

No entanto, a situação dos catadores de Belo Horizonte passou por uma forte transformação tanto no plano simbólico como no prático através da fundação da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte, a Asmare, em 1991. Freitas (2005) e Dias (2002a) descrevem o processo de fundação da Associação como uma reação à marginalização e criminalização impostas pela sociedade e pelo poder público. A partir de um trabalho empreendido pela Pastoral de Rua, que visava resgatar junto ao grupo as dimensões da dignidade e da cidadania (DIAS, 2002a; FREITAS, 2005), um grupo de catadores organizou, em reação à operação limpeza de 1988, um movimento de mobilização pelo “reconhecimento do trabalho do catador enquanto categoria profissional, tanto pelo poder público como pela população” (DIAS, 2002a: 58), que culminou com a fundação da Asmare, em 27 de abril de 1990, inicialmente com 10 associados.

Paulatinamente, através de reivindicações e mobilizações diversas, a relação dos catadores com a administração municipal foi se revertendo em algo mais positivo para os trabalhadores. Assim, para Dias, a criação da Asmare é o marco que

trouxe à cena novos sujeitos sociais que forçaram a administração pública de então a romper com a postura histórica em relação aos catadores como sujeito incapaz de intervir nas ações que lhes dizem respeito. (DIAS, 2002a: 62).

Freitas (2005: 16) partilha dessa visão e considera que a fundação da Asmare significou a transformação do “espaço de marginalidade em lugar de cidadania” para os catadores. Podemos afirmar, então, que a criação da associação fundamenta a conquista do grupo pelo direito ao seu trabalho, tendo possibilitado, ainda, uma série de outras conquistas importantes: a construção do galpão-sede da associação, na avenida do Contorno, em 1992; um convênio com a prefeitura para a manutenção do galpão, no mesmo ano; o reconhecimento formal, por parte da prefeitura, da Asmare como parceira prioritária da coleta seletiva em Belo Horizonte, em outubro de 1993.

A apropriação da coleta seletiva por parte do poder público em Belo Horizonte, notadamente a partir da década de 1990, aponta para a existência de uma parceria entre poder público municipal e os catadores, com destaque para a Asmare, parceira oficial.

Essa colaboração recente substituiu, assim, uma relação histórica de repressão e criminalização dos catadores por parte da prefeitura belo-horizontina, como descrito acima.

O processo de fundação da Asmare e dos desdobramentos daí recorrentes foi, durante uma de nossas entrevistas, lembrado por Dona Geralda, uma das fundadoras da entidade. Como podemos observar abaixo, a entrevistada enfatizou a importância desse momento para os catadores de Belo Horizonte:

Eu falo que tem 21 anos que eu tornei cidadã. Porque depois da Asmare é que minha vida mudou, né...Eu comecei a conhecer de cidadania, auto-estima, de trabalho, de moradia, que nem casa eu tinha pra morar, ficava mais é na rua(...). Aí depois da Asmare muda e aí começou a luta, né...Eu sou uma das fundadoras mas foi a Pastoral de Rua que começou isso tudo...Foi a Pastoral de Rua que buscou nós, que enxergou nós, que reuniu com nós, né...Começou a falar com nós de cidadania, de trabalho..Aí depois de uns anos que veio o meio-ambiente. Aí nos fizemos passeata, muitas passeatas pra conseguir aquele galpão que tem na Contorno, foi no tempo do Patrus⁴ que implantou a coleta seletiva que deu reconhecimento ao catador. Mas foi muita luta, até hoje nós tamos na luta (...) Mas não foi fácil...Foi muito difícil.(Dona Geralda, em entrevista realizada em 25/10/2011)

Dona Geralda associa, então, a fundação da associação à sua condição de “cidadã”, afirmando que “depois da Asmare é que minha vida mudou”. Note-se, então, a contraposição, por parte da entrevistada, da “perda da cidadania” sofrida por sua mãe, ao chegar a BH e iniciar a atividade de catadora, em fala supracitada, e o seu oposto, o ganho da condição de cidadã, por ela própria, a partir da criação da Asmare.

Uma das primeiras associações de catadores surgida no Brasil⁵, a Asmare serviu como modelo para a criação de diversas associações, como afirma Índio:

(A Asmare) é um nome que as pessoas têm que respeitar muito. Muitas pessoas, se tem várias associações aí, de vários municípios e vários estados do Brasil, é relativo ao que é a Asmare com o apoio do movimento nacional. (...) Muitos criaram suas associações e cooperativas espelhados na Asmare. (Índio, em entrevista realizada em 23/11/2011)

Gonçalves et al (2008) destacam a positividade da experiência belo-horizontina de parceria entre uma associação de catadores e o poder público municipal. Ainda

⁴ Patrus Ananias, prefeito de Belo Horizonte entre 1993 e 1996.

⁵ De acordo com Dias (2009), as primeiras associações de catadores surgidas no país, foram, respectivamente, a Associação de Catadores de Material de Porto Alegre, em 1986, e a COOPAMARE, de São Paulo, em 1989; analogamente à Asmare, tais associações foram criadas a partir de trabalho sociopedagógico com catadores por parte de organizações da Igreja Católica.

segundo o autor, a criação da Asmare contribuiu para o rápido espraiamento da organização dos catadores em âmbito estadual e, posteriormente, nacional.

Em 1999, foi realizado, precisamente em Belo Horizonte, o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Papel, quando já existe a ideia de se criar um movimento nacional. Em 2001, surgiu oficialmente o MNCR (Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis), graças à articulação, em nível nacional, de demandas semelhantes e lutas por direitos em diversas partes do país, relativas ao reconhecimento, e à valorização, pela sociedade em geral e pelo poder público em especial, dos serviços prestados pelos catadores. Como relata Gilberto:

A gente organizou o movimento mesmo por essa questão da luta dos catadores. Porque o catador vivia sem rumo, sem organização, sem nada... Então aí, até chegar o dia que a gente percebeu que não, a gente tinha que se organizar. É lógico que não são todos os catadores que se organizaram. Mas uma grande parte quis se organizar. Aí a gente começou a criar associações e cooperativas, uns 22 anos atrás (...). O movimento mesmo surgiu em 2001, em junho desse ano ele fez 10 anos. Depois dessa coisa das cooperativas, das associações, aí o pessoal viu que a luta, que as demandas não eram só local: enquanto a gente tava sofrendo aqui tinha gente sofrendo do outro lado lá. Aí o pessoal falou: “Como é que a gente vai poder legitimar essa luta?” “Ah, vão montar um sindicato?” “Não, a gente não é patronal, somos autônomos”. Aí o pessoal pensou: “Ah, vamos criar um grande movimento”. Aí surgiu o MNCR. (Gilberto, em entrevista realizada em 25/10/2011)

Note-se, no trecho transcrito acima, a contraposição, por parte do entrevistado, de dois momentos, separados pelo marco da criação do MNCR: antes dela, segundo Gilberto, “o catador vivia sem rumo, sem organização, sem nada”; até que os catadores perceberam que “tinham que se organizar”.

Hoje, ainda de acordo com Gilberto, o MNCR estima que haja cerca de 1 milhão de catadores no Brasil, dos quais 187 000 se organizam sob a sua bandeira. O movimento busca, dentre os seus objetivos mais gerais, a valorização dos catadores, a autogestão e o controle da cadeia da reciclagem (MNCR: 2012). Uma das suas reivindicações nesse sentido, por exemplo, é relativa à aposentadoria dos catadores: o movimento elaborou um projeto de lei que propõe a aposentadoria de um salário mínimo, em regime especial, para 25 anos de trabalho.

Como se verá mais a fundo no capítulo 3, a criação do MNCR e o processo de reivindicação por demandas e direitos a ela relacionados adquirem, no período 2003-2011, importantes desdobramentos para os catadores no âmbito das políticas públicas.

1.4- Dos catadores de lixo aos catadores de materiais recicláveis

Assim, nas entrevistas com as lideranças de organizações, Dona Geralda, Madalena e Gilberto, a enumeração de dois tempos, um mais antigo, em que os catadores eram marginalizados pública e oficialmente, e um mais recente, em que a atividade do catador passa a ser mais valorizada e ele é considerado parceiro do poder público é evocada recorrentemente:

Eu comecei a catar papel com oito anos de idade, né. Naquele tempo, as pessoas eram tratadas como lixo, ninguém tinha visão de meio-ambiente, ninguém nem sabia o que era o meio-ambiente. E a gente conseguiu achar alternativa de trabalho foi no material reciclável.

(A situação do catador) é melhor hoje do que quando eu comecei, né... Mas precisa ser muito mais melhorada ainda.

(A relação com a prefeitura hoje) é boa. A gente hoje é parceiros, né, graças a Deus. Hoje é parceria. (Dona Geralda, em entrevista realizada em 25/10/2011)

(A situação do catador) melhorou muito. Mas também cabe a nós ter muita responsabilidade com os resíduos. Assim, a gente hoje é reconhecido, as cooperativas estão organizadas, as associações... Nós tem o conhecimento, já temos, né dentro da própria lei estadual, que dispensa a licitação pra essas cooperativas e associações de catadores... Muita coisa foi conquistada. Mas muita ainda tem que ser conquistada, e muitas lutas virão, e a gente tem que estar atento por elas, por esses desafios. (Madalena, em entrevista realizada em 25/10/2011).

(O catador, aos poucos) vai sendo mais reconhecido, o pessoal dá serviço, a sociedade vai tendo outra visão, passa a ter outra visão do catador... Porque antigamente tinha uma visão muito ruim: “Ah, aquele cara ali, ah aquele é um ladrão, aquele é isso, é aquilo”, uma visão negativa... E hoje, não vou falar todas as pessoas, toda a sociedade... Mas quem convive com o catador organizado já mudou esse conceito, aí vê que os caras trabalham, passa a conhecer as pessoas, cria vínculo com os catadores. (Gilberto, em entrevista realizada em 25/10/2011)

De um modo geral, a situação do catador é, hoje, vista pelos entrevistados como melhor do que aquela do passado, tanto no que se refere às políticas públicas (“A gente hoje é parceiros”/ “já temos, né dentro da própria lei estadual, que dispensa a licitação pra essas cooperativas e associações de catadores”) como no que diz respeito ao reconhecimento por parte da sociedade (“a gente hoje é reconhecido”)/(O catador aos poucos) vai sendo mais reconhecido”).

No entanto, a ideia de que os preconceitos em relação aos catadores teriam diminuído sensivelmente ao longo dos últimos anos não aparece de forma consensual nas entrevistas. Embora nas falas de Dona Geralda, Madalena e Gilberto tenha sido

relatada uma melhora em relação a tais preconceitos, na entrevista com Cleide houve uma ponderação em relação à questão:

Tem assim, tá dividido...Tem certos locais que nós vamos, igual assim, a gente tem condomínios, tem escolas... Um grupo de pessoas te apoia, outros já olham a gente com um ar assim meio de desdém, ainda, sabe, reprovando... (...)

Aí a gente tá esperando, né, vê se a gente consegue ou se sai o nosso galpão. (...) O projeto saiu, saiu até no jornal, o local (...) a comunidade não aceitou, falou que não queria o pessoal de lixo, prostituta, ladrão, traficante, chamaram a gente assim: “Ah não, vai vir prostituta, vai vir ladrão, maconheiro, a gente não quer esse bando de lixeiro aqui não...” (Cleide, em entrevista realizada em 25/11/2011)

A afirmação referida por Cleide reflete a prevalência de preconceitos em relação aos catadores, cuja presença é indesejada por parte da comunidade (“chamaram a gente assim: “a gente não quer esse bando de lixeiro aqui não’ ”). Assim, o passado descrito por Dona Geralda (“Naquele tempo, as pessoas eram tratadas como lixo”) se mostra, aqui, presente.

Além do mais, é interessante observar que na já citada fala de Alair “Eles falam que catar material não é trabalho, mas eu acho que é trabalho sim”, existe a indicação de um juízo negativo a respeito da atividade da catação por parte de alguém ou algum grupo para quem “catar material não é trabalho.”

Os preconceitos manifestados por diversos indivíduos/ instâncias da sociedade em relação aos catadores são, então, muitas vezes, referentes a uma associação desses trabalhadores ao lixo na acepção de algo sujo, descartável, que incomoda. Assim, paradoxalmente, os catadores, em parte responsáveis pela limpeza das ruas e pela redução do lixo, são considerados “sujos”. Exemplos disso são as já referidas “operações-limpeza”, realizadas pela SLU de Belo Horizonte no passado; as denominações pejorativas de “lixeiro” recebidas por catadores relatadas em diversos trabalhos de campo (ver, por exemplo, Freitas: 2005). No entanto, como veremos mais a frente, muitas vezes são os catadores que se percebem como realizadores de atividades que promovem a limpeza, e, associada a ela, a preservação do meio-ambiente. Assim, durante o trabalho de campo, pude perceber que esse papel é assumido e, ainda, reivindicado, muitas vezes de maneira a colocar os catadores em oposição a segmentos da população que não se preocupam com a coleta seletiva.

A essas considerações, adicionam-se informações de Flávia, assistente social da Asmare, a respeito do fato de a associação receber frequentemente, por parte de entidades promotoras de eventos como shows e outras apresentações culturais, doações constituídas por material reciclável misturado a rejeitos não-recicláveis, como restos de comida, o que inviabiliza o reaproveitamento do material e acaba criando uma série de transtornos para a associação. Além do mais, deve-se mencionar a presença recorrente, em Belo Horizonte, de locais como cantinas, restaurantes e escritórios onde é descartado um grande volume de materiais potencialmente recicláveis, mas que, por não receberem destinação correta ainda no descarte, acabam sendo misturados a outros resíduos, e, conseqüentemente, encaminhados para aterros, a menos que, antes que haja a coleta por parte do serviço de limpeza urbana, o material descartado seja objeto da atuação de um catador de rua. Essa situação ocorre também em muitas residências da capital mineira, já que uma pequena parcela da cidade recebe o serviço de coleta seletiva por parte da prefeitura.

Também estão presentes em BH, ainda que em número bem menor, cantinas e restaurantes que possibilitam ao consumidor realizar a separação do que descarta. No entanto, mesmo em tais locais, muitas vezes os coletores são colocados fisicamente distantes dos locais onde os alimentos são consumidos, o que, somado à dificuldade de se criar o hábito de dar aos resíduos uma destinação mais correta, acaba por fazer com que as pessoas descartem o material no “lixo comum”. Mesmo quando há a destinação correta do resíduo no respectivo coletor, vale dizer que, via de regra, os consumidores não efetuam previamente a higienização das embalagens, o que contribui não só para a proliferação de micro-organismos nocivos como também para a atração de ratos e baratas, o que acaba constituindo um problema para quem irá manusear posteriormente o material, via de regra, os catadores e triadores das associações a quem ele é destinado.

A Coleta Seletiva realizada pela SLU (Superintendência de Limpeza Urbana da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte) compreende dois sistemas: o “porta-a-porta”, através do qual os resíduos são recolhidos diretamente nos endereços de quem os descarta, em dias da semana específicos; e o “ponto-a-ponto”, que compreende locais de entrega voluntária (LEVs) de recicláveis, onde a SLU instalou contêineres para a sua destinação. Hoje, o material recolhido pela coleta seletiva realizada pela superintendência é doado para associações e cooperativas de catadores participantes do

Fórum Municipal Lixo e Cidadania⁶, tanto no sistema ponto-a-ponto como no porta-a-porta (PBH: 2012). A Asmare, por exemplo, tem dois galpões, situados na Av. do Contorno e na Rua Ituiutaba. O primeiro abarca o material recolhido pelos próprios catadores da organização nas ruas da cidade, enquanto o segundo recebe o material recolhido pela SLU e doado à associação. Também de acordo com informações da SLU, a coleta seletiva porta-a-porta está presente em 30 bairros da capital, abrangendo cerca de 354 mil pessoas (PBH: 2012). De acordo com o IBGE, a população estimada da capital mineira em 2011 é de 2 385 639 pessoas (IBGE: 2011). O serviço de coleta seletiva porta-a-porta abrange, assim, aproximadamente 14,8% da população belo-horizontina.

Além disso, cabe ressaltar que, somada à raridade e à precariedade dos locais onde há a separação entre “lixo reciclável” e “lixo orgânico”, há, ainda, a incipiência de conhecimento do próprio poder público a respeito da coleta seletiva, refletida no próprio fato de toda a separação do material ser delegada às associações de catadores, bem como na incapacidade atual da SLU de realizar a coleta seletiva numa área maior da cidade.

Assim, nos casos aqui analisados, indagamo-nos se, ao classificar os catadores através dos rótulos acima mencionados, os sujeitos não colocam seus preconceitos derivados da clivagem socioeconômica da sociedade bem como da aversão ao “lixo” e à “sujeira” acima do significado real da atividade dos catadores. Essa hipótese, caso confirmada, nos anuncia a existência do seguinte paradoxo: os que limpam são considerados sujos pelos próprios principais geradores dos resíduos. A existência desse esquema organizativo nos remete fortemente às ideias de Mary Douglas (2010), que enfatiza o papel dos sistemas simbólicos na elaboração dos esquemas ordenadores relativos à limpeza e à sujeira, inclusive nas sociedades contemporâneas. Para a autora, é necessário que abstraíamos as noções de higiene e patogenicidade do nosso conceito de *sujeira* para conseguirmos visualizar que, embora tais conceitos ajam ativamente para que algo seja considerado sujo, há, ainda, a atuação de um outro componente: a ordem das coisas. Dessa maneira, fazendo a abstração mencionada, a sujeira pode ser entendida como “um subproduto de uma ordenação e classificação sistemática de

⁶ O Fórum Municipal Lixo e Cidadania de Belo Horizonte foi criado em 2004, com o objetivo de propiciar a constituição de um canal entre os que trabalham com materiais recicláveis e as administrações regionais municipais. (DIAS: 2009). Para uma lista das cooperativas e associações integrantes do Fórum, ver PBH (2012).

coisas, na medida em que a ordem implique rejeitar elementos inapropriados” (Douglas: 2010: 50).

Assim, dentro da lógica organizativa segundo a qual o que se descarta é lixo, por definição, *sujo*, estabelece-se que quem trabalha com esse material é também “sujo”. Cabe aqui lembrar, por exemplo, o próprio nome das ações do Serviço de Limpeza Urbana de Belo Horizonte que visavam despejar os catadores das ruas da cidade: “operações limpeza”, uma denominação bastante sugestiva nesse sentido.

O fato perverso é que a associação dos trabalhadores ao lixo ocorre, muitas vezes, precisamente pelas próprias pessoas que contribuíram para a produção de tal lixo. Não se pode deixar de levar em conta que, como o lixo é precisamente resíduo de algo que foi consumido, quanto mais se consome, mais lixo se produz. Como o consumo é função, dentre outros fatores, da renda, a produção de lixo, por consequência, também o é.

Dessa maneira, o histórico de marginalização é permeado pela associação recorrente dos catadores ao “lixo”, quase sempre de forma negativa, tanto por parte de indivíduos diversos como, também, por instituições, muitas ligadas ao próprio poder público. Como a marginalização pode ocorrer, ainda, pelo fato de eles lidarem com resíduos, e o nome “catadores de lixo” adquirir, para muitos membros de classes de maior poder aquisitivo, conotação pejorativa, é emblemático e não trivial o fato de vários catadores organizados se autodenominarem “catadores de material reciclável”, tendo batizado a principal organização nacional da categoria de “Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis”. A preocupação parece estar presente também, nos catadores de rua não organizados. Assim, na entrevista realizada com Alair, observei que ele só mencionou a palavra “lixo” quando se referia ao lixo não-reciclável (orgânico). Quando utilizei o termo “lixo reciclável”, notei ter causado certo desconforto no meu interlocutor. Abaixo transcrevo o trecho da entrevista:

Alair: A reciclagem eles coloca na quarta. E os lixo comum eles coloca segunda, terça, quarta, sexta, aí vai.

Eu: Mas aí na Savassi você pega o lixo reciclável ou pega no comum?

Pego reciclado.

Como podemos perceber, o entrevistado não utiliza os termos “lixo reciclável” ou “lixo reciclado”, mesmo quando um deles aparece na pergunta. No momento em que

fiz a indagação observei um certo desconforto por parte de Alair, pois, mesmo já sabendo de antemão que os catadores se auto-denominam “catadores de material reciclável”, eu não imaginava que a simples menção do termo lixo fosse ser apreendida pelos entrevistados com o incômodo observado. Em vista disso, durante as demais entrevistas, já tendo conhecimento desse desconforto, evitei a palavra “lixo”. Mesmo assim, o incômodo dos entrevistados com a utilização recorrente do termo por parte de várias pessoas/ segmentos da sociedade parece ser tão grande que, durante as falas, foram realizadas correções e observações a respeito:

Na verdade, tem uma coisa que o pessoal usa muito, que é falar essa palavra lixo. Não é lixo, é material reciclável. (Gilberto, em entrevista realizada em 25/10/2011)

Não é lixo, né?...Não existe lixo. Eu falo que, se fosse lixo, eu não tinha criado nove filhos, não tava aí até hoje trabalhando, né? Então, não é lixo. É matéria que sai extraída da natureza e que as pessoas não dá o destino correto pra elas. Nós dá esse destino há muitos anos. Nós sabe como fazer isso. (Dona Geralda, em entrevista realizada em 25/10/2011)

A fala de Gilberto originou-se de uma observação minha a respeito da coleta seletiva, na qual, ressaltado, não mencionei a palavra “lixo”. No caso de dona Geralda, conversávamos a respeito do trabalho dos catadores quando surgiu o reparo. Assim, embora não tenham se originado como resposta direta à utilização do termo, as observações de ambos podem ser interpretadas como reações a colocações feitas recorrentemente em relação a essa terminologia, muitas vezes de forma pejorativa, e que são, sob o seu ponto de vista, errôneas. Uma das conclusões interessantes a que chegamos, então, é que, do ponto de vista dos catadores, o material coletado não é considerado lixo. As denominações utilizadas por eles para o material, de acordo com o que se pôde observar, são “reciclagem”, “reciclado” ou “material reciclável”. Este último termo é o mais utilizado oficialmente pelos grupos de catadores nas reivindicações e eventos dos quais participei, tendo sido, inclusive, o termo escolhido para ser utilizado no próprio nome do movimento.

Para refletir a respeito dessa preocupação, transcrevemos abaixo as definições do termo *lixo* que constam em dois dos principais dicionários do português brasileiro:

Lixo: 1- qualquer objeto sem valor ou utilidade ou detrito oriundo de trabalhos domésticos, industriais etc. que se joga fora 2- recipiente próprio para acondicionar lixo 3- coisa ordinária, malfeita, feia 4- pessoa sem qualquer dote moral, físico ou intelectual 5- a camada mais baixa da sociedade; escória, ralé (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa: 2001)

Lixo: [De or. obscura] S.m. 1. Aquilo que se varre da casa, do jardim, da rua, e se joga fora; entulho. 2. P. ext. Tudo o que não presta e se joga fora. 3. Sujidade, sujeira, imundície. 4. Coisa ou coisas inúteis, velhas, sem valor. 5. Restr. Resíduos que resultam de atividades domésticas, industriais, comerciais, etc. 6. Fig. V. ralé (1). (Novo Aurélio Século XXI- Ferreira: 1999)

Além do termo “lixo” ser rejeitado em razão das conotações negativas que a palavra traz, deve-se mencionar, também, que, semanticamente, ele só é aplicável a quem o descarta. Para as pessoas que recolhem o material e lhe dão um destino diferente do descarte, o termo “lixo”, no estrito sentido do termo, não é correto, já que se trata precisamente do material que irá ser aproveitado para lhes prover o sustento. Num certo sentido, o “lixo” de alguns é o sustento de outros, tanto diretamente, como no caso dos catadores que pegam restos de comida, como no caso dos que apreendem o “lixo reciclável” e o transformam em “material reciclável”⁷.

De fato, o aparente simples ato de os catadores pegarem esses resíduos já promove uma verdadeira transformação no *status* do que foi jogado fora: o que *era* lixo passa a ser algo não só *reciclável*, mas que irá, de fato, ser *reciclado*: ainda que, intrinsecamente, antes da coleta, o lixo já seja dotado desse estatuto de “reciclável”, trata-se, até então, de uma mera potencialidade, que poderá ou não ser realizada. E é precisamente a atuação do catador que condiciona a realização dessa possibilidade. Embora o catador não represente o único elo da cadeia que existe entre o descarte do resíduo (condição de *lixo*) e a sua reutilização na indústria, é ele quem promove a transformação do *status* do material. Se o produto é criado pela indústria e o lixo advém da sua utilização pelo consumidor, o material reciclável *como tal* é, de fato, criado pelo catador.

1.4.1- Do lixo à mercadoria

Assim, quando é objeto da ação do catador, o lixo passa a ter *status* de mercadoria, ilustrando a definição de mercadoria de Arjun Appadurai, associada à transitoriedade do estado das coisas. Segundo o autor, “as coisas entram e saem do estado de mercadoria” (APPADURAI, 2010: 27), e, a partir dessa concepção, ele propõe que as mercadorias sejam definidas como “coisas que, numa determinada *fase*

⁷ Embora aqui se privilegie a atuação dos catadores no âmbito da coleta do material reciclável, não se pode deixar de levar em conta que, durante muito tempo existiu a imbricação da atividade de catação de recicláveis a de restos de alimentos. Essa situação prevalece ainda em certos locais, e será melhor abordada no segundo capítulo.

de suas carreiras e em um contexto particular, preenchem os requisitos da candidatura ao estado de mercadoria” (idem, p. 29). Para ser mercadoria, assim, o objeto em questão precisa estar inserido num contexto mercantil, através do qual pode ser estabelecido “o vínculo entre a candidatura de uma coisa ao estado de mercadoria e a fase mercantil de sua carreira” (idem, p.30).

Uma concepção de mercadoria como um estado mais transitório que definitivo é compartilhada por Kopytoff (2010), que concebe a mercantilização mais como “um processo de transformação do que um estado de “ser ou-não-ser” (KOPYTOFF 2010:100). O autor explicita a possibilidade de algo ser mercadoria ocasionalmente, bem como de ser visto por alguém como mercadoria, mas percebido por outrem como dotado de algum outro *status*. No caso aqui abordado, é, como já mencionado, o fato de o lixo ser visto como “mercadoria potencial” pelos catadores que irá propiciar que ele seja transformado efetivamente em mercadoria.

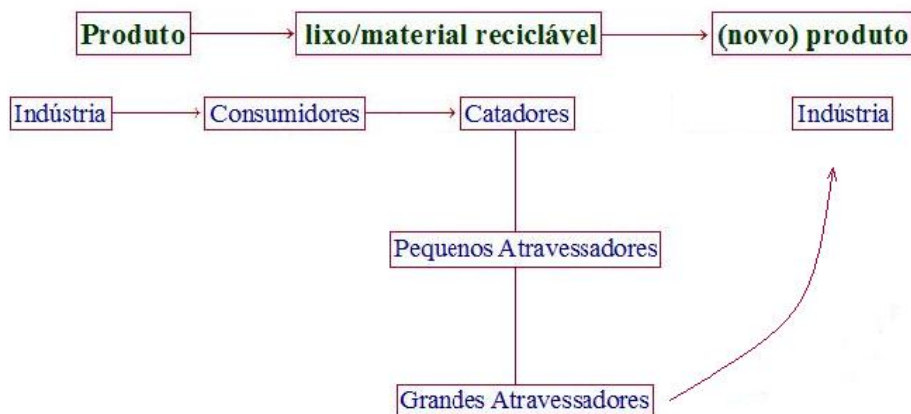
Se adotarmos a definição clássica de mercadoria proposta por Marx, segundo a qual os atributos necessários para que algo possa ser considerado pertencente a tal categoria são o valor-de-uso e o valor-de-troca (Marx, 2004) observamos que é a utilidade adquirida pelo lixo que o leva a ser passível de ter sua condição modificada para aquela de mercadoria. Uma vez dotado do atributo de algo potencialmente útil portanto, dotado de valor – de - uso), e, em seguida, ao ser apreendido pelos catadores para ser comercializado na cadeia de reciclagem, (ou seja, possuindo, também, valor - de- troca), o material passa a ser mercadoria no sentido marxiano. Nas palavras de Marx, “(as coisas) só são mercadorias por sua duplicidade, por serem ao mesmo tempo objetos úteis e veículos de valor” (MARX, 2004: 69). Ao reinserir o material no ciclo de comercialização, o catador realiza a utilidade potencial que ele possui, ao mesmo tempo que evidencia o valor – de – troca que ele pode ter, através do qual garante a sua sobrevivência. É assim que ocorre o processo de ressignificação do lixo (algo *inútil*,) em mercadoria (algo *útil*, dotado de valor-de-uso e de valor-de-troca).

Segundo a conceituação de Simmel, para quem a fonte do valor das coisas reside no desejo das pessoas de obtê-las (SIMMEL: 1971), podemos dizer que, após passar pelo processo de reciclagem e se tornar um novo produto, o lixo passa do *status* de algo desprezado (portanto, não-desejado por quem o descarta) para o de algo desejado, passando, então, à condição de coisa que tem valor. Observa-se, assim, que, de acordo

com diferentes definições de “mercadoria” (Appadurai e Marx) e da origem do valor que as dota (Marx e Simmel), a transformação propiciada pela atuação dos catadores é radical, significando, do ponto de vista do consumidor, a passagem de um extremo a outro na escala de valorização das coisas.

No entanto, uma condição presente para muitos dos que trabalham com a catação é o fato de terem um poder de barganha pequeno e não disporem da tecnologia necessária para o processo de reciclagem dos materiais recolhidos; daí, a imposição da venda do material para atravessadores. No caso dos catadores que trabalham individualmente, a venda é feita para pequenos atravessadores, donos dos depósitos conhecidos como “ferros-velhos” (e que, em geral, são os proprietários dos carrinhos utilizados pelos trabalhadores para recolher os materiais); no caso dos catadores organizados em cooperativas/ associações maiores, como a Asmare, a venda é realizada para os grandes aparistas, os quais, por sua vez, transacionam o material para as indústrias de reciclagem. O diagrama abaixo ilustra esquematicamente esse processo:

Figura 1: Cadeia de consumo/ reciclagem e principais atores envolvidos:



Fonte: Elaboração própria

Ao se unirem em organizações, os catadores conseguem, em geral, quebrar um dos elos da cadeia, justamente o do pequeno atravessador. As falas de Gilberto e de Alair transcritas abaixo descrevem tais processos:

Ele (o dono do depósito) encaminha pros grandes aparistas, aí depois dos grandes aparistas vai pra indústria. Quando a gente se organizou a gente consegue encaminhar pros grandes aparistas. Pra indústria a

gente ainda não consegue. (...) Algum material é prensado, outro é solto, depende do preço. A gente já quebrou um ou dois elos da corrente. Os aparistas faz lobby, existe um cartel. (Gilberto, em entrevista realizada em 25/10/2011)

(No depósito) eles emprestam o carrinho pra gente, né? Eles emprestam o carrinho pra gente, a gente vai e cata os negócios e vende pra eles. Aí eles levam pra São Paulo, Rio de Janeiro, aí recicla de novo. (Alair, em entrevista realizada em 19/10/2011)

Como afirma Alair, as indústrias de reciclagem são, em sua maioria, localizadas nos estados de Rio de Janeiro e São Paulo. Vale dizer que a insuficiência de fábricas de processamento do material em relação à escala em que é feita a coleta para a reciclagem é apenas um dos diversos possíveis exemplos que refletem a prevalência, na sociedade, do modelo voltado para o consumo crescente, que implica a geração também crescente de resíduos. A predominância de tal modelo chega a impedir que materiais com alto potencial de reciclagem, como o vidro, sejam, muitas vezes, encaminhados para o processo de reaproveitamento.

Mesmo associações mais antigas e renomadas, como a própria Asmare, não conseguem, ainda, realizar a venda dos materiais diretamente para a indústria, por uma questão de escala. De acordo com Índio, vice-presidente financeiro da associação, “A Asmare hoje não tem condição de vender direto (para a indústria), porque nós não temos uma quantidade de material suficiente pra isso”.

Exatamente com o objetivo de alcançar a venda direta para a indústria de reciclagem, em 2006 a Asmare e outras nove associações e cooperativas da Região Metropolitana de Belo Horizonte se uniram para constituir a Cataunidos, rede de Economia Popular e Solidária que objetiva a profissionalização dos catadores e a comercialização conjunta do material reunido. Em 2011, outras 16 organizações de catadores da RMBH e também do Colar Metropolitano se juntaram à rede (CATANOTÍCIAS: 2011). A Cataunidos conta, ainda, com uma unidade industrial de reciclagem de plástico, localizada em Belo Horizonte. Trata-se da primeira fábrica latino-americana de propriedade de catadores, que, ultimamente, vem passando por um processo reestruturador pré-operatório (idem). Assim, caso a indústria venha a operar, os catadores passarão, então, a controlar também o processo industrial, o que poderá significar, em termos econômicos, um significativo avanço para os trabalhadores envolvidos no processo.

Ainda segundo Marx (2004), para quem a mercadoria expressa a cristalização das relações de trabalho envolvidas no processo de sua produção, podemos dizer que o material reciclável coletado cristaliza o trabalho do catador, que, também no sentido marxiano, acaba sendo apropriado pelos donos das indústrias de reciclagem, que não teriam matérias-primas se não houvesse a atividade dos catadores.

É precisamente a utilidade do material que é levada em conta por lideranças e também oficialmente pelo MNCR para distinguir as categorias “lixo” e “material reciclável”, distinção que servirá como suporte para que os catadores se autodenominem “catadores de material reciclável”.

1.5- Educadores ambientais ou O direito à coleta seletiva

Ao exercer sua atividade tendo como objetivo imediato a sua sobrevivência, os catadores acabam por realizar um serviço de utilidade pública, tanto no âmbito da coleta do lixo como no campo da reciclagem de materiais que, caso fossem descartados, ocupariam espaço de aterros e lixões, aumentando o volume de resíduos e diminuindo a vida útil desses espaços destinados ao descarte.⁸ Benefícios para o meio-ambiente, ou, em outras palavras, para a natureza e para a sociedade, surgem, assim, como uma espécie de “efeito colateral positivo” do trabalho dos catadores. Assim, é interessante notar o fato de que uma das prescrições incorporadas ao ascendente paradigma ambiental no plano de um discurso considerado correto e recomendável por um crescente número de setores da sociedade contemporânea, qual seja, a realização da coleta seletiva, originou-se da necessidade de sobrevivência de grupos excluídos de uma condição de reprodução da vida assegurada com base nos valores dominantes da sociedade. Os catadores que, no passado, muito antes da instituição da *coleta seletiva* como categoria, realizavam a atividade de separação dos resíduos, foram, então, os pioneiros desse ecologismo urbano referente ao lixo.

Cabe, aqui, então, nos debruçarmos sobre uma das questões norteadoras do presente trabalho: os catadores teriam consciência desse efeito? Como se daria a relação deles com a ação de realizar um serviço de utilidade pública, isto é, haveria reivindicações expressivas pelo reconhecimento de tal trabalho junto ao poder público e

⁸ Essa afirmação vem sendo crescentemente incorporada ao discurso de diversos formuladores de políticas públicas, como se verá mais a fundo no capítulo 3.

também junto à sociedade de uma forma mais geral? Abaixo, refletimos um pouco a respeito de tais questões.

Na fala de Alair, não aparece uma percepção de prestação de serviços ambientais relativos à diminuição do volume de material encaminhado para os aterros. O que surge, surpreendentemente, é a anúncio de atividade de profilaxia da dengue, que é apresentada como uma das justificativas para a realização do seu trabalho, como podemos perceber na seguinte afirmação: “Eu fico aqui limpando, higienizando, porque senão dá dengue”.

Já as falas das lideranças aqui entrevistadas, dona Geralda, Madalena e Gilberto, expressam uma clara reivindicação pelo reconhecimento dos serviços prestados pelos catadores. Veja-se a seguinte passagem da entrevista de Madalena:

Eu vim de uma história de catação, meu pai foi sucateiro, catador, conheci as pessoas que eu ia pro lixão, era as catadoras mais antigas da minha cidade, que hoje já faleceu, mas é histórico na minha cidade isso, e a gente espera que os governantes consiga fazer as leis, que a gente também não quer um país sem lei, né, mas que a gente também consiga ser inserido dentro dela, da lei.

(...)

Essa nova lei, assim, quando foi pro Presidente Lula assinar, junto com o movimento lá, o normativo da lei nacional dos resíduos, depois que a gente observou que deixou uma brecha passar, que é a tal da incineração, da energia renovável, energia verde, que é o lema agora, né, e a gente tem isso como um desafio (...) tem um artigo que fala que caso não consiga dar conta de adequar, ou então não trabalhar bem os resíduos, isso pode vir a acontecer, igual em muitos municípios já existe a incineração, em muitos estados, e isso é um desafio muito grande pro movimento. E também com essa nova lei aí, essa organização da logística reversa, também é um desafio, porque têm muitos empresários que às vezes não vê o catador, não enxerga o empreendimento como um empreendimento organizado, já quer fechar contratos e convênios com empresas privadas, e a gente sabe que isso aí é mais um novo desafio pra todos nós catadores (...). A gente também já têm boas experiências de contratação de serviço, de prestação de serviço, de fazer os contratos com as cooperativas e com as associações, isso aí, a partir de agora a gente tem que acompanhar de perto essas novas regras da lei nacional. Porque a gente vai passar por muito desafio, a gente sabe disso. Mas a gente vai tentar dialogar, né, ver de que forma os catadores pode também estar junto, seja aí, se a incineração não vai ser barrada, ou a gente não consiga, mas de que forma vai ser negociada, que os catadores fiquem com a coleta seletiva, por direito, porque eles trabalham com isso há longos anos. (Madalena, em entrevista realizada em 25/10/2011).

Observamos claramente que, na fala da entrevistada, é marcante a reivindicação pela apropriação oficial (no âmbito das políticas públicas referentes à Lei Nacional dos Resíduos Sólidos) da coleta seletiva por parte dos catadores, justificada no campo do

“direito”, uma vez que eles “trabalham com isso há longos anos”. Tal reclamação é, então, embasada na experiência histórica pioneira do grupo na atividade, como se pode ver claramente na fala acima.

O papel pioneiro dos catadores na separação dos materiais que constituem os resíduos também é destacado por Gilberto, como podemos ver a seguir:

A coleta seletiva tem mais de cem anos. (...) A coleta seletiva já existe há muitos anos, muitos anos, só que oficialmente não, né. Agora, assim, a gente acha que criou-se, a gente espera que não seja um modismo, criou uma coisa que é a coleta seletiva, ecologia(...) Isso é bom também. (Gilberto, em entrevista realizada em 25/10/2011).

Gilberto ressalta, assim, que a atualidade do nome “coleta seletiva” não significa que a atividade de separação do material oriundo do lixo seja recente. De fato, como já apontado, os catadores, que já realizavam a atividade antes de ela ser “batizada” como “coleta seletiva” são, devido a uma estratégia de sobrevivência, os descobridores da possibilidade de aproveitamento/ transformação do material.

Nesse sentido, a atividade dos catadores se aproxima muito do que Joan Martinez Allier (2009) denomina “o ecologismo dos pobres”. Para o autor, o conflito inevitável entre a ordem econômica dominante e o meio-ambiente dá espaço para a constituição do que seria uma terceira corrente do movimento ambientalista, caracterizada, precipuamente, “não (por) uma reverência sagrada à natureza, mas, antes, (por) um interesse material pelo meio ambiente como fonte de condição para a subsistência” (ALLIER: 2009: 34). A ética deste segmento, ainda nas palavras do autor, “nasce de uma demanda por justiça social contemporânea entre os humanos” (idem).

Ainda segundo o autor, em muitos dos diversos contextos que constituem tal corrente “os atores de tais conflitos não utilizam um discurso ambientalista” (idem: 39). No caso dos catadores, observamos que, inicialmente, não há, de fato, a formulação desse discurso. É mais recentemente que a *bandeira ambiental* é incorporada ao discurso de reivindicação pelo reconhecimento dos serviços prestados pela categoria. Assim, no caso das lideranças entrevistadas, a percepção da prestação de serviços ambientais é nítida, mas parece de fato ter vindo depois, como podemos perceber nas falas transcritas abaixo:

Hoje, o papel dos catadores há longos anos, a gente já presta um serviço ambiental, há muitos anos. E a gente, por falta de informação, por falta de capacitação, a gente não via, muitos catadores não viam

isso. Hoje, depois dos programas do governo federal, do governo estadual, das instituições apoiadoras dos catadores, do movimento, a gente começou a ver isso de outra forma, ver a valorização do nosso trabalho, ver o quanto que o catador é importante no meio-ambiente e na sociedade, e pra sociedade em geral. Vou dar um exemplo: se na minha cidade, que é um município pequeno, nós é um grupo pequeno, a gente consegue tirar do aterro, não deixar ir aterrar, mais de duzentas toneladas de resíduos por mês, isso na cooperativa, fora os outros catadores que estão individuais nas ruas, que também contribuem muito. Porque se hoje o prefeito tem um custo muito alto pra aterrar o lixo, imagina se tudo isso que a gente tira todo o mês, se somar isso durante o ano, o quanto que não teria gastado. Porque hoje o custo que a prefeitura tem com a cooperativa é muito mais baixo, é só da energia que eles pagam e da empresa que já é responsável de retirar o rejeito molhado (...). O resto tudo é a cooperativa que faz, sem custo nenhum pra prefeitura e pra nenhum órgão público. Hoje só os carrinheiros da rua lá na cooperativa que tá organizado, os individuais, que coleta no carrinho, tá tirando 70 toneladas, pra um município pequeno, só os carrinheiros e a cooperativa tá tirando 160 toneladas da triagem. (Madalena, em entrevista realizada em 25/10/2011)

Aí depois de uns anos é que veio o meio-ambiente. Aí nós fizemos passeatas, muitas passeatas, pra conseguir aquele galpão que a gente tem na Contorno, foi no tempo do Patrus, que implantou a coleta seletiva, que deu reconhecimento ao catador. Mas foi muita luta, até hoje nós tamos na luta, né... Agora, com a questão do meio-ambiente, as pessoas agora têm visão de meio-ambiente, catador também sabe, né, que ele tá preservando o meio-ambiente, e nossa vida muda. Mas não foi fácil, foi muito difícil. (D. Geralda, em entrevista realizada em 25/10/2011)

Eu moro aqui há 47 anos. É uma trajetória e uma convivência com Belo Horizonte muito grande, porque eu vi ela crescendo e depois de 12 anos que eu vim conhecer e vim tendo minha consciência ambiental, porque até então eu não conhecia esse lado (Índio, em entrevista realizada em 23/11/2011).

Merece destaque, aqui, a afirmação de Dona Geralda: “as pessoas agora têm visão de meio-ambiente, catador também sabe, né, que ele tá preservando o meio-ambiente, e nossa vida muda”. A entrevistada estabelece, aqui, uma correlação entre a ascensão do *discurso ambiental* na sociedade e a valorização dos catadores.

A esse respeito, cabe afirmar ainda que, se, por um lado, a ascensão do discurso ambiental colaborou para que muitos catadores adquirissem consciência acerca da importância da realização da coleta seletiva, foi também a ascensão desse paradigma que levou, indiretamente, outros setores da sociedade a descobrirem a sua importância econômica, fato que nos ajuda a entender o esforço do MNCR em reivindicar o “direito à coleta seletiva”, já que este parece vir sendo ameaçado pela descoberta recente das possibilidades de valorização dos resíduos. Assim, é possível entender a seguinte fala de dona Geralda:

Aí eu tenho medo também da perca, né. Tudo que valoriza muito perde, né. Então a gente quer segurar isso na nossa mão. (Dona Geralda, em entrevista realizada em 25/10/2011)

Em uma das conversas que tive com Cleide, ela me relatou que, nos últimos meses, alguns locais onde há grande descarte de recicláveis, como shoppings e empresas, interromperam a doação do material para associações de catadores e passaram a revendê-lo para os grandes aparistas, ficando com o lucro obtido. Esse exemplo demonstra o quanto os temores de dona Geralda, bem como a ênfase do movimento na questão, são justificáveis⁹.

Por outro lado, cabe também considerar que, diante do fato de a prescrição da coleta seletiva e a sua prática estarem longe de serem ainda majoritariamente difundidas na população, os catadores se defrontam com um prejuízo oriundo de motivo oposto àquele mencionado acima: o fato de muitas pessoas não separarem o material, ainda que diante de facilidades para fazê-lo, como descreve Cleide:

Aí tem local que o pessoal já separa o material adequadamente, aí nós temos coleta lá nas gaiolas. Aí dentro da gaiola o pessoal joga o lixo, joga o material da coleta seletiva na lixeira...Aí a gente vê ainda a falta de educação e conscientização da comunidade...E precisa ser feita uma campanha de orientação até o pessoal aprender realmente a necessidade da gente ter a coleta seletiva. (Cleide, em entrevista realizada em 25/11/2011)

Observa-se que a catadora assume o papel de “educadora ambiental”, quando afirma que “precisa ser feita uma campanha de orientação até o pessoal aprender realmente a necessidade da gente ter a coleta seletiva”; esse papel é apropriado e utilizado pelo MNCR em apresentações realizadas para catadores em cursos e oficinas de capacitação, como descreve Gilberto:

É lógico, você tem o econômico, né. Ninguém sai de casa pra trabalhar se não for pra ganhar a grana, só que assim, a gente fala da importância do meio-ambiente, tem a questão política, tem a questão social, a gente trabalha várias questões...O movimento faz essa conscientização, esse tipo de coisa, respeito...Tolerância com o

⁹ A esse respeito, veja-se ainda a seguinte fala de dona Geralda numa entrevista anterior, que consta no trabalho de Freitas (2005): “Catador de papel é véio na cidade, minha filha! Não é de hoje que a gente tá fazendo essa coleta seletiva. Só que a gente num tinha essa consciência do que nós tava fazendo, né? Nós pensava que era pro sustento, mais num é. Os donos da coleta seletiva acho que tinha que ser nós mesmos. Antes da população conscientizar, nós já tava fazendo há muitos anos esse trabalho. (Dona Geralda, *apud* FREITAS (2005: 148).” Considerando que existem estudos minuciosos e importantes sobre a atuação dos catadores de material reciclável e Belo Horizonte, utilizamos aqui, além dos trechos diretamente observados no trabalho de campo, também esse fragmento extraído dos estudos lidos, por acreditar que a sua presença não oblitera o trabalho de campo realizado, mas sim o enriquece.

diferente. Só pra você ter ideia, nas associações tem muitos homossexuais por exemplo. Tem gente que sai do sistema prisional, pessoas assim que sofrem preconceitos... São bem recebidas nas associações, geralmente catador não tem muito assim, preconceito. É lógico que tem, como todo ser humano, mas quando a gente tá em organização, não. Aí recebe todo mundo bem, passa a entender o outro. (Gilberto, em entrevista realizada em 25/10/2011)

A apropriação pelo MNCR e também por políticas governamentais do catador como “agente ambiental” e “educador ambiental”, bem como a reivindicação do direito à coleta seletiva pelo grupo, são temas que estiveram bastante presentes nos eventos abordados no capítulo 3, e serão, portanto, retomados ali.

Para concluir, então, cumpre ressaltar, mais uma vez, o fato de os catadores, originalmente trabalhando no único serviço disponível para realizar sua sobrevivência (veja-se, nas entrevistas, os casos de dona Geralda e Madalena), escolhendo-o diante das opções disponíveis (caso de Alair), ou, ainda que exercendo outros serviços, tirando dele a sua principal fonte de sobrevivência (caso de Gilberto) terem, recentemente, se apropriado da bandeira ambiental e virem, então, ultimamente, exercendo o papel de “educadores” em relação à sociedade. O caso de Cleide, a única de nossos entrevistados a entrar recentemente no ramo da catação de materiais recicláveis, ilustra bem essa mudança, já que ela, como apontado acima, assume tal papel não obstante o seu ingresso recente no trabalho.

CAPÍTULO 2- REFLEXÕES ANTROPOLÓGICAS A PARTIR DE REPRESENTAÇÕES CINEMATOGRAFICAS DE CATADORES

Agora, eu destaco na questão é o reconhecimento da sociedade e a valorização da sociedade quanto ao trabalho dos catadores. Saímos da questão de mendigos, excluídos socialmente, pessoas incapazes para pessoas trabalhadoras, e que, apesar de vivermos num país extremamente excludente, de forma honesta e criativa construímos nosso trabalho. Eu não vou dizer “de forma digna”, porque, pra quem vê “Lixo Extraordinário”, não existe dignidade naquela forma de trabalho, não existe dignidade no trabalho dentro do lixão ou aterro controlado. Porém, existem pessoas dignas trabalhando ali dentro. É uma diferença muito grande. Porque não há dignidade na pobreza, não há pobreza bonita. E a situação dos catadores é ainda uma situação muito precária. (Tião Santos)

Belo Horizonte, novembro de 2011, Centro Mineiro de Referência em Resíduos. 10ª edição do Festival Lixo e Cidadania. Durante uma das sessões de debate, intitulada “A sustentabilidade da Coleta Seletiva com a Inclusão socioproductiva dos Catadores de Material Reciclável”, o coordenador da mesa anuncia a chegada de Tião Santos, presidente da Associação de Catadores de Jardim Gramacho, no Rio de Janeiro, e também do MNCR, apresentado na mesa em questão como “catador e ator”. Tião sobe ao palco, cumprimenta os presentes e o andamento da mesa prossegue. Após as apresentações, os participantes da mesa são chamados a fazer suas considerações finais. Tião faz comentários a respeito das falas dos demais participantes da mesa e responde a questões da plateia. Em uma delas, faz as considerações expressas na epígrafe acima. O público o aplaude com entusiasmo. Após o término da sessão, e durante todo o resto do dia, vários grupos de catadores, jornalistas, pesquisadores e outros profissionais presentes “tietam” Tião e tiram fotos com ele.

O alvoroço suscitado pela presença de Tião se adiciona a uma série de outros fatos que atestam a sua popularidade, como a presença de um texto escrito por ele sobreposto a um desenho de seu rosto em latas de Coca-Cola, e um outro excerto, também de sua autoria, em edição especial de fim de ano da revista *Época*, que integra

um conjunto de textos a respeito das “100 personalidades mais influentes do Brasil durante o ano (de 2011)”, escritos “por personalidades que formariam facilmente uma outra lista de influentes”. (ÉPOCA: 2011). No texto em questão, Tião Santos fala a respeito de Vik Muniz, artista plástico brasileiro que desenvolveu um trabalho com um grupo de catadores da Associação do Jardim Gramacho retratado no filme *Lixo Extraordinário*, e elogia o trabalho e o filme: “O trabalho de Vik e o documentário *Lixo Extraordinário* provaram ao mundo que a arte pode mudar a vida das pessoas”.

A popularidade de Tião foi possibilitada, em grande parte, pela visibilidade propiciada pela exibição do filme em circuitos de cinema do Brasil e do exterior. As situações retratadas no filme no Aterro Jardim Gramacho, no Rio de Janeiro, por exemplo, constituem aspectos dificilmente observáveis diretamente para os espectadores. Assim, o filme cumpre um papel de divulgador das situações que busca retratar, comumente exercido pelos documentários.

2.1- Cinema, representações e interpretações

Partimos do ponto de que o “usufruto do olhar privilegiado” (Xavier: 2003: 36) garantido pelo cinema permite, através de *Lixo Extraordinário* (por vezes referido como *L. E.*) bem como de *Boca de Lixo* (B. L.), o outro filme que abordamos aqui, o acesso de seus espectadores a um universo pouco conhecido: o dos lixões (*Boca de Lixo*) e dos chamados “aterros controlados¹⁰” (*Lixo Extraordinário*). É, assim, através dos filmes que o espectador pode acessar um mundo tão próximo e distante como o dos catadores de rua, abordados no capítulo 1. Estando presentes em grandes e pequenas cidades brasileiras, os aterros e lixões são parte da realidade social, sem, contudo, serem acessíveis à maioria dos que dela participam. Por razões óbvias, relacionadas aos riscos potenciais à saúde bem como aos incômodos causados pelo acúmulo de sujeira, como o mau-cheiro, visitar um desses locais não é algo comum, a menos que se seja impelido para tal através de um motivo forte como a própria sobrevivência, caso dos próprios catadores que ali estão.

¹⁰ De acordo com a versão preliminar do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, “aterro controlado” constitui “forma inadequada de disposição final de resíduos e rejeitos, no qual o único cuidado realizado é o recobrimento da massa de resíduos e rejeitos com terra” (BRASIL: 2011: 14). Ele se diferencia, assim, do “lixão”, onde a descarga do material no solo é feita “sem qualquer técnica ou medida de controle” (idem), e, também, do “aterro sanitário”, onde os resíduos são dispostos no solo “sem causar danos à saúde pública e à sua segurança minimizando os impactos ambientais” e através da utilização de técnicas de engenharia, não havendo, ainda, a presença de catadores (idem).

Sendo assim, o que se quer ressaltar aqui é que as representações dos catadores presentes nos filmes que serão analisados repercutem fortemente no imaginário social, já que são justamente tais filmes as principais fontes de acesso de muitas pessoas a respeito dessa categoria. Longe de considerarmos tais representações como dotadas de quaisquer atributos de neutralidade ou imparcialidade, consideramos aqui pertinentes as considerações de Lagny (2009), que, ao se debruçar sobre as possibilidades de utilização de filmes como documentos históricos¹¹, argumenta:

Para além de todas as controvérsias sobre a validade da representação, sobre as possibilidades de conhecimento do real, não se pode escapar à ideia de que o cinema captura, por muitos deformados que sejam, um certo número de indícios sobre o mundo. (LAGNY, 2009: 115)

Numa mesma direção, Xavier (2009) afirma que “a imagem que recebo compõe um mundo filtrado por um olhar exterior a mim, que me organiza uma aparência das coisas, estabelecendo uma ponte mas também se interpondo entre mim e o mundo” (XAVIER: 2009: 35). São, então, justamente esse “certo número de indícios sob o mundo” e essa “ponte que se interpõe entre o espectador e o mundo” que nos interessam aqui; são eles que irão fornecer o material que irá compor o imaginário dos espectadores a respeito de diversas das questões abordadas, tendo em vista, claro, as subjetividades inerentes a cada espectador e ao próprio filme.

Pois é necessário considerar que o cinema, seja ele ficcional, documentário ou mesmo etnográfico, propicia ao espectador um recorte, expresso sob um ponto de vista (o da câmera) e que é, não nos esqueçamos, fruto da subjetividade do diretor. Assim, como sublinham Freire e Lourdou (2009:17), “grande parte do valor de um filme é produto de uma lógica da escolha”, e é esta lógica que produz a singularidade do olhar subjacente ao filme.

O que se quer, então, é mostrar que, embora a relação entre cinema e realidade não seja nem direta nem trivial, é a existência dela que possibilita o estudo aqui realizado. Importa, também, abordar a relação entre arte e realidade social, conquanto

¹¹ Ainda segundo Lagny, o cinema pode ser entendido como “um historiador inconsciente do inconsciente social” (LAGNY: 2009: 105,106), consideração essa que nos remete a Lévi-Strauss (2008), que estabelece uma relação de complementaridade entre a Antropologia e a História, afirmando que, enquanto a primeira estudaria as expressões inconscientes da vida social, a segunda se responsabilizaria pelos fenômenos conscientes que a constituem. Esta relação nos leva a pensar a respeito de uma possível extensão da passagem acima a uma aplicação para estudos antropológicos, como o que aqui realizamos.

a gama de reflexões a respeito desse tema seja muito mais extensa do que poderíamos abordar aqui. Não obstante, para os nossos propósitos é interessante mencionarmos as considerações de Geertz (2001), que defende a existência de uma conexão central entre a arte e a vida coletiva, criticando, assim, tanto as abordagens funcionalistas como os enfoques excessivamente formalistas da arte. Segundo o autor:

Os sinais ou elementos simbólicos- o amarelo de Matisse, o talho ioruba- que compõem um sistema semiótico que, por razões teóricas, gostaríamos de chamar aqui de estético, têm uma conexão ideacional- e não mecânica- com a sociedade em que se apresentam. (São) conceitos que buscam, eles próprios- ou para os quais as pessoas buscam- um lugar significativo em um repertório de outros documentos também primários. (GEERTZ: 2001: 150)

Afirmando ainda que “A variedade da expressão artística é resultado da variedade de concepções que os seres humanos têm sobre como são e funcionam as coisas” e que ambas constituem, na verdade, “uma única variedade”, (GEERTZ: 2001: 180, 181), Geertz defende que a própria teoria da arte deva se situar dentro da teoria da cultura, já que, segundo ele, o artista trabalha com a capacidade do seu público, capacidade esta que não seria totalmente inata. Alguns elementos necessários para ativar tal capacidade seriam inatos, mas muitos deles se mostrariam, na verdade, culturalmente específicos. Daí a conclusão do autor de que uma abordagem semiótica da arte deva se aproximar muito mais de uma ciência social, como a história ou a antropologia, do que de uma ciência formal, como a lógica ou a matemática. (GEERTZ: 2001: 178, 179). Para Geertz, assim, “a arte e os instrumentos para entendê-la são feitos na mesma fábrica” (idem). Podemos aproximar essas colocações em relação ao cinema, uma forma de arte, para nos balizarmos a respeito das relações entre cinema, representação e as percepções do público. Assim, é possível afirmar que cineasta e espectadores partilham signos comuns referentes à realidade social que serão utilizados por estes para a apreensão dos filmes.

No caso do documentário, modalidade em que se classificam os dois filmes analisados, a relação com a realidade é, intuitivamente, mais “automática”, já que obras pertencentes a tal gênero “representam de forma tangível aspectos de um mundo que já ocupamos e compartilhamos” (NICHOLS, 2005: 26) bem como “tornam visível e audível, de maneira distinta, a matéria de que é feita a realidade social” (idem).

É necessário ter em conta que, analogamente a qualquer outro tipo de filme, o documentário está sujeito a escolhas, recortes e subjetividades inerentes ao processo de

sua produção. Como também afirma Nichols, o poder persuasivo do documentário pode fazer com que o espectador acredite, equivocadamente, que ele retrata objetivamente a realidade (Nichols: 2005). Levando em conta, assim, que aspectos e interesses subjetivos interferem na produção do documentário, o autor utiliza o conceito de “representação” para fundamentar a relação entre documentário e realidade.

Conforme já salientado, partimos também da utilização de tal conceito para justificar a utilização do documentário como material a ser analisado, desde que sejam observados alguns cuidados, derivados das considerações realizadas acima. Assim, deve-se levar em conta que as falas das pessoas presentes nos filmes podem ser afetadas pela presença da câmera, do cineasta e do entrevistador, e que a maneira pela qual é realizada a montagem das cenas e a edição das falas interfere diretamente na forma pela qual o filme irá dialogar com a realidade. Através desses cuidados, o que buscamos fazer aqui, então, é uma tentativa de abordar o filme como *possibilidade de representação e interpretação da realidade*, possibilidade esta que, como já foi dito, é a mais acessível a grande parte do público, principalmente no caso do filme “*Lixo Extraordinário*”. Note-se, ainda, que os reflexos que esta forma de representação exerce sobre as opiniões, concepções e ações do público em relação aos catadores também devem ser levados em conta como aspectos que transformam a realidade.

2.2- Rigidez entre as pessoas, fluidez entre as coisas: a arte, o lixo e o luxo em *Lixo Extraordinário*

SINOPSE: O filme começa com um trecho da entrevista do artista plástico Vik Muniz ao apresentador televisivo Jô Soares. A cena seguinte retrata Vik em sua residência em Londres, planejando fazer um trabalho artístico-social com um grupo marginalizado, com o intuito declarado de mudar positivamente a vida dos participantes. Fabio, seu assistente, procura, no Brasil, um local propício para a atividade, e sugere o Aterro Jardim Gramacho, no Rio de Janeiro, local onde trabalham cerca de 2000 catadores. Vik viaja para o Brasil e, com sua equipe, vai ao Jardim Gramacho e estabelece contato com um grupo de catadores, constituído pelas seguintes pessoas: Valter, Ísis, Irmã, Magna, Suelem, Tião e Zumbi. O filme alterna cenas do cotidiano de trabalho e de vida dessas pessoas com as atividades desenvolvidas por elas juntamente com Vik e sua equipe, nas quais, orientados pelo artista, os catadores utilizam os materiais coletados para montar cenas que fazem referência à sua própria vida ou a situações imaginárias, constituindo a

série “Pictures of garbage”. As obras são levadas a uma galeria em Londres e uma delas, “Marat Sebastião”, retratando Tião, é vendida em um leilão. Subtende-se que as demais obras também foram vendidas, e é explicitado que o dinheiro obtido com as transações é totalmente revertido para os catadores participantes e para a Associação dos Catadores de Jardim Gramacho. Réplicas das obras integram uma exposição retrospectiva da obra de Vik, que o grupo de catadores vai ver no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Réplicas semelhantes são entregues por Vik aos catadores participantes, em suas casas, que se emocionam e se lembram do trabalho realizado. A última cena do filme reproduz novamente um trecho do “Programa do Jô”, no qual o entrevistado agora é Tião, um dos catadores participantes. Ao ser apresentado por Jô como “catador de lixo”, Tião corrige o apresentador, afirmando ser, de fato, “catador de material reciclável.” Aplausos da plateia se seguem.

2.2.1- Uma interpretação

A possibilidade de as coisas assumirem múltiplos papéis e as consequências daí advindas são o que constitui o pano de fundo abstrato para o desenrolar concreto do filme *Lixo Extraordinário*. De fato, é a proposição, por parte de Vik Muniz, de “mudar as vidas de um grupo de pessoas com o mesmo material que elas usam todos os dias” que propicia a transformação, também mencionada por Vik, do material em ideias. Ou, como diríamos mais simplesmente, nos referindo à transformação mais explícita presente no filme: a transformação do *lixo* em *arte*.

É essa transmutação (ou, para sermos mais exatos, o *processo* que a constitui) que irá atuar como condutora das diversas consequências de cunho social, econômico e psicológico mostradas ao espectador durante o filme. Podemos afirmar que o caráter *valorativo* de todos esses corolários é marcante. Para ilustrar essa assertiva, nada mais emblemático que a venda do quadro “Marat Sebastião”, no leilão da Pury & Company, em Londres. Do ponto de vista econômico, algo que possui um valor negativo, o lixo, se transforma num objeto de arte valiosíssimo; do ponto de vista sociológico, algo que é descartado pela maioria das pessoas se transforma em um bem acessível apenas a um seleto grupo social, graças à estupenda atribuição de valor a ele concedida.

O “lixo”, mote principal do filme, presente inclusive no título em português, é, como não poderia deixar de ser, referido em contextos/ situações diversos e distintos. O caráter valorativo atribuído a ele é também marcante. Essa valoração é positiva ou

negativa dependendo do contexto ou situação em que o termo é evocado, ou, ainda, dependendo dos atores que o evocam. Assim, é como reação ao estigma que associa ao termo *lixo* às características negativas de algo desprezado, descartado e inútil que Tião corrige a apresentação relativa a ele feita por Jô Soares, na última cena do filme, dizendo: “A gente não é catador de lixo. É catador de material reciclável. Lixo é tudo aquilo que não tem reaproveitamento. Material reciclável sim.”.

Note-se que essa correção terminológica não é considerada necessária por outros atores: o próprio Vik, na cena inicial do filme, é referido por Jô Soares como alguém que “dá vida ao lixo”. Provavelmente por ser um artista internacionalmente consagrado e também pelo fato de, *a priori*, alguém que “dá vida ao lixo” ser mais bem visto do que alguém que “cata lixo” pela cosmologia dominante numa sociedade altamente desigual, não se faz necessária uma retratação do termo “lixo” por parte do artista. Vik, que está no extremo oposto do lugar da escala social onde se encontram os catadores, não precisa afirmar uma posição em relação à definição de “lixo”.

Mesmo dentro do grupo de trabalhadores que protagonizam o filme, parece haver a presença de concepções opostas a respeito da utilização do termo. De um lado, observamos as afirmações de Ísis, que diz não gostar do trabalho de catadora, e que afirma, após a realização do trabalho com Vik: “Eu não me via mais...Não tô me vendo mais naquele lixo. Não tô não...Não sei...Eu não quero ir pro lixo não...”. De outro lado, a fala de Irmã, que cozinha no Jardim Gramacho durante as atividades de catação, indica referências positivas ao lugar: “E eu também me sinto muito bem aqui, nessa água, nesse lixo...”

Autoengano? Negação? Essas são as explicações que Fabio, assistente de Vik imagina para solucionar uma impressão de que os participantes do grupo “seriam felizes lá¹²” (em Gramacho). Essa afirmação pode se mostrar equivocada no caso de Irmã, que, mesmo após receber o dinheiro referente à venda do quadro e tentar trabalhar fora do aterro, acaba retomando a rotina de trabalho no Jardim Gramacho. Ela, inclusive, demonstra orgulho quando fala do trabalho no lugar para os familiares, ao receber a reprodução entregue por Vik e constatar que sua imagem “ficou famosa”:

Irmã, ao receber a réplica do seu retrato feito por Vik, em sua casa, se dirige a seus familiares, dizendo: “Sabe da onde eu fiquei famosa no

¹² As falas de Fabio, Vik e Janaína (esposa de Vik), em alguns momentos do filme em inglês, são aqui traduzidas.

... mundo? Lá dentro do lixo, lá dentro da lixeira, Comecei lá, vinte e oito anos, vou fazer trinta anos ali dentro. Eu gosto de lá. A minha vida começou tudo lá, graças a Deus. Se eu sou famosa no mundo, tudo eu comecei lá dentro.”.

Irmã demonstra, assim, um sentimento de orgulho pelo caminho percorrido, bem como um sentido de enraizamento com o Jardim Gramacho, local a que atribui a própria “fama” adquirida: “Se eu sou famosa no mundo, tudo eu comecei lá dentro”. O orgulho de Irmã está contraposto a um sentimento de vergonha exposto por Magna. Ao descrever seu cotidiano antes do trabalho com o artista, ela relata: “Eu me sentia com vergonha de falar pras pessoas (...). Eu escondia da minha família que eu trabalhava lá.” No entanto, Magna também assume um orgulho de se sustentar com o trabalho:

Magna, no Jardim Gramacho, conversando com Vik: “Eu cheguei ao ponto de dizer pra uma senhora: “Vem cá, eu tô fedendo? Tá sentindo mau-cheiro? É porque eu estava trabalhando lá no lixão. É melhor do que se eu estivesse lá em Copacabana, rodando bolsinha. Eu acho que é mais interessante e mais honesto, mais digno.” Tô fedendo, mas chego em casa, tomo um banho e fica melhor. Mas é nojento.”

Ao dizer que “é melhor do que se eu estivesse lá em Copacabana rodando bolsinha”, Magna enuncia, assim, o quão restrito era o leque de possibilidades de escolha de trabalho que lhe eram disponíveis. Sabemos também que ela foi ser catadora junto com o marido, que ficou desempregado. Assim, novamente ao que já vimos no capítulo 1, observamos que ser catador constitui a escolha possível feita por muitas pessoas diante de contingências adversas, como a perda do emprego.

Tais contingências geram, muitas vezes, situações de extrema precariedade, possibilitando a sobrevivência dos atores, mas não muito mais do que isso: veja-se, por exemplo, o caso de Suelem, que afirma: “Se não morrer não tá ruim, ainda tá dando pra viver.” Acompanhamos a história dela, a mais jovem do grupo, com 18 anos à época das filmagens. Suelem trabalha em Gramacho desde os sete anos, aluga um quarto em um barraco para morar e vai quinzenalmente para a casa da mãe, para ver a família; conhecemos alguns de seus familiares e somos levados a saber que sua mãe também procurou em Gramacho a sobrevivência da família:

Mãe de Suelem, em sua casa: “Não tinha como sobreviver, tive que ficar aqui mesmo. A minha mais velha tomava conta deles pra mim trabalhar, aí tinha que dar um jeito pra sobreviver. Com o tempo teve que todo mundo ir pro lixo. Não tinha com quem deixar, carreguei todo mundo.”

Trata-se, então, justamente de “sobreviver”, termo utilizado pela própria entrevistada. Novamente, “o lixo” é o local onde o sustento diário é encontrado, e para onde, muitas vezes, os filhos também vão, inicialmente por não terem com quem ficar, e, posteriormente, para protagonizar a busca da sobrevivência familiar, pois é Suelem que agora é catadora para sustentar os dois filhos e, provavelmente, como nos é indicado, também o restante da família. Uma outra fala de Suelem, semelhante à de Magna, indica que a jovem catadora também valoriza a honestidade do trabalho: “Melhor que tá aí, ó, igual muitas aí, se prostituindo. A gente tá trabalhando honestamente e tá ganhando o nosso.”. Novamente, é feita uma comparação com a prostituição, a qual, tanto no caso de Magna como de Suelem, nos leva, mais uma vez, a evidenciar a precariedade da condição de ambas, que só expressam uma vantagem na atividade de catação quando a comparam à da prostituição. Assim, é latente que, para ambas, o valor principal associado ao trabalho é a honestidade, e que não há um gosto especial pela atividade, que implica situações consideradas por ambas como desagradáveis: Magna afirma que trabalhar no local “é nojento”, Suelem conta que gostaria de trabalhar tomando conta de crianças, e se lembra de ver “coisas não agradáveis” no local com frequência.

Já Zumbi chegou a sofrer um acidente em Gramacho, ocasião em que a tampa de uma carreta soltou e o arrastou, fazendo com que ele quebrasse vários ossos. Assim, no caso dele, a periculosidade do trabalho no local adquiriu contornos mais graves. Abaixo, transcrevemos uma das falas do catador, que, assim como Tião e Valter, faz parte da Associação de Catadores do Jardim Gramacho:

Zumbi, conversando com Vik, na Associação de Catadores do Jardim Gramacho: “Nós temo que pensar também no futuro. Porque é aquele negócio, né, eu não quero que o meu filho seja catador....Apesar se for, eu vou ser superorgulhoso, entendeu? Mas eu prefiro que ele seja o que: um advogado pra representar a categoria do catador, entendeu?Uma médica, pra cuidar do catador numa cooperativa.”

A afirmação “eu não quero que o meu filho seja catador” ilustra, mais uma vez, o quanto a escolha de ser catador é realizada diante de contingências estruturais, muito mais do que de preferências individuais.

Assim, no plano socioeconômico, a obra faz referências recorrentes a questões estruturais. A relação entre grupos mais ricos e mais pobres e entre o consumo, a catação e a reciclagem são mencionadas, por exemplo, por Vik, que, em sua primeira

visita a Gramacho, indaga a Lúcio, gerente do local, se os lixos de grupos de classes sociais distintas “se misturam”:

Vik, em Gramacho, perto do lixo: “Quer dizer que o lixo que sai da mansão do milionário, ele se mistura aqui com o lixo que sai da favela do complexo do Alemão?”

Lúcio: “Com certeza.”

A cena mostra claramente uma questão importante concernente aos temas abordados, qual seja, a de que o lixo não distingue classes sociais. Assim, a fala de Vik pretende enfatizar que, mesmo numa sociedade tão demarcada por classes sociais muito desiguais (algumas cenas, antes Vik declara à câmera: “Acho que a pior coisa na sociedade brasileira é o classicismo. É horrível que as pessoas realmente pensem, e eu estou falando de pessoas “educadas”, elas realmente pensam que são melhores que as outras”), no que concerne ao lixo depois do descarte, há uma espécie de “democratização”, pois tudo “se mistura”. Novamente, o que subjaz aqui é a fluidez do mundo das coisas, em contraposição às demarcações no mundo das pessoas, onde o lixo de alguns acaba se tornando o sustento de outros.

Em outra passagem, Tião e um grupo de catadores fazem uma análise do material coletado segundo uma avaliação hipotética do padrão de renda, gostos e personalidade de quem o teria descartado. Numa outra cena, ao relatar os preconceitos que sofria ao entrar no ônibus com o material recolhido, Magna afirma:

É mole você tá sentado lá na sua casa, na frente da tua televisão consumindo o que você quer e jogando o seu lixinho lá e botar lá na rua porque o caminhão de lixo vai passar. Mas pra onde vai esse lixo?

A indagação de Magna sobre “pra onde vai esse lixo” é crucial; de fato, a cosmologia dominante na sociedade a respeito do lixo parece ser a de que, uma vez descartado, ele desaparece, como num passe de mágica. Prova disso é a própria escassez de locais onde se realiza a coleta seletiva, já referida no capítulo 1. Além disso, a fala de Magna é nitidamente dotada de uma depreciação moral do consumo em grande quantidade. Essa posição é corroborada por Vik, que, ao olhar para o quadro “Marat Sebastião”, exposto numa galeria em Londres, observa: “Tanto excesso...tanto excesso que a coisa se transforma até em arte depois”.

Nas primeiras cenas filmadas em Gramacho, a importância da atuação dos catadores é enfatizada por Lúcio, gerente do local:

No Aterro, em meio ao lixo, Lúcio e Vik conversam. Lúcio descreve para Vik a atividade dos catadores.

Lúcio: “Os catadores tiram 200 toneladas de reciclados por dia, é representativo a uma cidade de 400 mil habitantes. Aí você vê a importância do catador, hoje, pra Gramacho, é muita. Porque tá aumentando a vida útil.”

Entre os catadores do grupo com quem Vik trabalhou, o que mais discorre a respeito desse papel ecológico é Valter, que defende a importância ambiental da reciclagem:

Valter, no Aterro do Jardim Gramacho, conversa com Vik.

Valter: “Digamos que cada casa gera um quilo de lixo, e um quilo de lixo gere quinhentas gramas, meio quilo de material reciclável. Em cem residências, isso se transforma em quinhentos quilos de material reciclável. Já é menos que vem dentro dos rios, dentro da lagoa, entupindo esgoto, dentro das valas, ou até mesmo vindo pro aterro, fazendo-se grande mal à natureza e o meio-ambiente. Tento convencer as pessoas que o que é um material reciclável, e qual é o material orgânico, o que ele deve de fazer. Às vezes ele diz assim: “Mas uma latinha?” Uma latinha tem grande importância. Porque noventa e nove não é cem. E essa uma vai completar.”

No filme, ocorre, então, a delegação, aos catadores do Jardim Gramacho, de um papel ecológico relativo à sua atuação na cadeia da reciclagem. Esse papel está, ainda, em alguns dos exemplos mencionados acima, diretamente conectado a uma aceção moral que, ao condenar o consumo considerado excessivo, preconiza uma consciência a respeito da destinação dos resíduos gerados por ele.

Também é importante nos reportarmos à forma pela qual os valores atribuídos ao dinheiro são apresentados pelo filme. Assim, é marcante, em todos os catadores que participam do documentário, a presença do sustento pelo trabalho. Magna explicita a importância que o “trabalho honesto” tem para ela ao valoriza-lo frente à prostituição. Valter afirma: “Na hora que você vai receber o dinheiro você não diz que é lama”, em uma alusão que nos remete à diferenciação explicitada entre as categorias “lixo” e “material reciclável” (a “lama”, aqui, assumiria o papel do “lixo”). Além disso, novamente o orgulho do sustento pelo trabalho aparece na fala dos catadores.

É na cena em que o quadro que retrata Tião é leiloado que a questão do valor atinge seu ápice. Temos, de início, uma ideia a respeito do valor da obra ao vê-la exposta na galeria junto com outras de vários artistas contemporâneos muito

valorizados. A seguir, nos é apresentada uma fala do representante da companhia, que afirma que o empreendimento da venda direta no leilão, proposto por Vik, “é um passo muito arriscado”. Trata-se, então, de uma informação inserida no filme também para estabelecer a valorização do próprio Vik junto ao espectador. Em seguida, somos levados ao leilão e observamos a expectativa de Tião com a venda do quadro, os lances sucessivos e, finalmente, a venda, que se concretiza simbolicamente quando vemos o coordenador da sessão bater o martelo, literalmente. Após um lance inicial de 10 mil libras, a obra é vendida por £ 28 mil. Tião se emociona, chora, é abraçado por Vik, agradece a Deus e liga para a mãe para contar que o quadro foi vendido por um valor equivalente a R\$ 100 mil.

Transpomos a fronteira junto com ele.

Ao se debruçar a respeito dos leilões, Appadurai estabelece uma categorização mais geral que os coloca lado a lado com eventos característicos de outras sociedades, como o clássico *kula* trobriandês¹³. Classificando tais eventos como “torneios de valor”, o autor afirma que:

(...) o que está em pauta nestes torneios não é apenas o *status*, a posição, a fama ou a reputação dos atores, mas a disposição dos principais emblemas de valor na sociedade em questão. (APPADURAI: 2010: 36)

Assim, a transformação que aqui ocorre no âmbito das coisas é radical: o quadro de Vik cristaliza não apenas tão simplesmente a transformação do lixo em mercadoria, mas a transmutação do que foi jogado fora em um objeto de valor altíssimo, cuja compra é acessível a pouquíssimas pessoas, algo que se insere na classificação de Appadurai, já que constitui, justamente, um “dos principais emblemas de valor na sociedade”.

A venda do quadro no leilão pode ser considerada o ponto culminante da atuação de Vik sobre o grupo de catadores, pois, sob o ponto de vista da valoração econômica, é em tal situação que a atuação do artista atinge seu ápice: além da transformação extrema no mundo das coisas, já mencionada, há também uma mudança no universo das pessoas: o acesso a um universo fechado e difícil de transpor, que integra o que o próprio Vik definiu como “um mundo restrito”. Essa não é a única passagem do filme em que os catadores transpõem uma fronteira; há outras, como a ida do grupo à

¹³ O *kula* foi introduzido como tema de estudo na obra clássica de Malinowsky (1976)

exposição da obra de Vik no Museu de Arte Moderna (observe-se aí a afirmação de Irmã de nunca ter ido a um museu antes). Sob um certo ponto de vista, o próprio cotidiano de trabalho estabelecido entre a equipe de Vik e o grupo dos catadores pode ser considerado uma transposição de fronteira.

Vik é, então, o vetor que propicia a transformação tão mencionada no “pacote” do próprio filme: é ele que, através do trabalho desenvolvido com os catadores, irá propiciar que o grupo adquira uma *visibilidade*, em muito, aliás, graças ao próprio filme. Logo de início, é possível inferir a proposta da obra de proporcionar essa visibilidade. Observemos a montagem das cenas passadas na cidade do Rio de Janeiro em dois momentos, ambos no começo do filme:

- 1ª sequência:

Cena 1- Noite- Desfile das escolas de samba no carnaval carioca

Cena 2: Manhã: Catadores recolhem fantasias descartadas após o desfile

- 2ª sequência:

Cena 1: Vista panorâmica do Rio de Janeiro

Cena 2: Praia

Cena 3: Aterro Sanitário do Jardim Gramacho

Trata-se, assim, de mostrar ao espectador imagens pouco conhecidas relativas à cidade. Para aprofundar o efeito de se estar retratando *o Rio de Janeiro que poucos conhecem*, tais imagens são contrapostas a conhecidos pontos/ eventos turísticos da cidade (Cristo Redentor, praia, Carnaval), aumentando ainda mais o impacto que imagens de locais como o aterro sanitário já teriam sobre o espectador.

Mas Vik, artista que trabalha com materiais tão inusitados como açúcar, café e chocolate, não subverte diretamente a ordem ao utilizar o lixo como matéria-prima, sob um certo ponto de vista. Por outro lado, sua arte atua exatamente no sentido da subversão da ordem, pois é justamente ela que permite fatos tão inusitados como a presença de Tião no leilão da Pury and Company e a visibilidade adquirida por todo o grupo em quadros que integram a exposição, e também no próprio filme.

Nesse sentido, é importante mencionar a presença, no filme, de uma tentativa de se estabelecer paralelos entre Vik e os catadores. Uma menção à *infância pobre de Vik* é

feita, na qual ele chega a afirmar que se identifica com o grupo. Tentativas nesse sentido são realizadas ainda em outra cena do filme, quando, resslate-se, o próprio Vik chega a se referir ao meio das Belas Artes como “muito exclusivo, muito restrito para fazer parte”.

Outra tentativa de se assemelhar o artista ao grupo ocorre quando é feita a discussão entre ele, Janaína e Fabio a respeito dos impactos do trabalho sobre os catadores:

Logo após uma cena em que Ísis se emociona ao relatar a morte de seu filho para Vik e, em seguida, agradecer ao artista pelo trabalho realizado, Vik, Janaína e Fabio, sentados, em um local que parece ser uma sala ou escritório, conversam.

Fabio: “Precisamos ter cuidado, porque já vejo como a situação de tê-los aqui é delicada para eles, para a cabeça deles. Eles se esqueceram completamente de Gramacho, eles não querem voltar. No início, pelo menos, tive a impressão, e agora vejo que estava errado, de que eles eram felizes lá. E acho que isso tem muito a ver com negação.”

Janaína: “Eu acho que aí é exatamente onde você alcança o ponto de pensar se deveríamos leva-los para Londres. É uma questão muito delicada, porque, se você já começou uma mudança apenas ao trazê-los ao outro estúdio, envolvendo-os em uma vida diferente no Rio, o que vai acontecer se você coloca-los num avião?”

Vik: “Você está dizendo que “isso vai bagunçar a cabeça deles”. Mas talvez a cabeça deles precise ser bagunçada.”

Janaína: “Mas se você sacudi-los e disser: “Olha, a vida é diferente, você pode fazer isso, você pode fazer aquilo”, isso é realisa o suficiente ...O que eles podem fazer com isso depois aqui?”

Vik: “É muito duro pra mim imaginar fazer algo que cause danos para eles, algo pior do que já foi feito a eles. Por que você tem que pegar a vida de alguém e muda-la para sempre?”

Janaína: “Até o quanto você pode saber que a pessoa pode lidar com isso, depois. Mas se você não tiver certeza de que as pessoas podem lidar com isso... As pessoas são frágeis.”

Discussão entre Vik e Janaína.

Corte. Na retomada, mesmo lugar, plano de conjunto fechado com Janaína e Vik.

Silêncio. Com um fundo escuro, a câmera focaliza o retrato de Ísis no estúdio montado para o trabalho com o grupo. De repente, ao fundo, a voz de Vik. Novamente a mesma imagem, agora em um fundo iluminado, e que um plano de situação demonstra estar no estúdio montado por Vik. Este, logo depois, é focalizado trabalhando com os negativos das obras. Em seguida, imagem e voz se unem e percebemos Vik em um ambiente fechado.

Vik: “Deixe-me, por um momento, pensar em uma outra coisa. Essas pessoas estão indo trabalhar no estúdio e está acontecendo com eles

essa coisa “Eu não quero voltar para Gramacho” Isso é ruim, de alguma forma?”

Janaína: “Não, isso é bom.”

Vik: “Isso não é bom? Talvez eles tenham que pensar em um plano para sair de lá. Eles irão ver uma nova realidade. E isso muda a maneira deles de pensar.”

Janaína: “Talvez.”

Vik: “Isso muda a maneira deles de pensar. Muda sim.”

Janaína: “Algumas pessoas mudam a sua maneira de pensar, outras apenas vão para a cama se sentindo melhor porque elas acham que fizeram algo.”

Corte. Na retomada, o mesmo lugar com o foco agora em Janaína e Vik.

Vik: “Se eu fosse um catador em Gramacho e alguém me dissesse: “Olha, você quer vir, fazer essas coisas, trabalhar por duas semanas nesse estúdio de arte e fazer um retrato seu, e, a propósito, nós vamos leva-lo a um país estrangeiro, mas no final de tudo você estará de volta aqui, coletando lixo. Você gostaria de vir?” Eu sei que eu diria sim.”

Vik se coloca, aqui, imaginariamente no lugar dos membros do grupo para concluir o debate iniciado com Janaína enfatizando sua posição de defesa da positividade, para o grupo de catadores, do trabalho desenvolvido por ele. Apesar das diferenças de posição existentes entre ele e a esposa, ambos concordam ao considerarem positivo que a atividade desenvolvida possa gerar como consequência o fato de os catadores “não quererem voltar para Gramacho”. Para Vik, ainda, eles podem, em seguida, “pensar em um plano para sair de lá”. O artista assume, assim, aqui, uma posição que transfere a ênfase da responsabilidade da situação do trabalho dos catadores em Gramacho para os indivíduos, e não para a estrutura social. No entanto, percebemos, como colocado acima, que esta é muito mais determinante, e que a escolha individual tem um peso bem menor para a definição da situação.

Em uma das últimas cenas do filme, Vik recorda sua infância pobre e aproxima sua história de vida da dos membros do grupo ao dizer que, se algo tivesse acontecido à sua família, ele poderia estar em uma situação semelhante à dos catadores. Essa declaração também traz à luz justamente os aspectos estruturais que aqui enfatizamos, mostrando assim que, mesmo após deslocar a ênfase para a escolha individual, o próprio Vik não desconsidera essa força da estrutura. No entanto, ela aparece aqui não tanto para enfatizar essa assimetria entre estrutura e indivíduo, mas sim, principalmente, para,

mais uma vez, aproximar o artista dos catadores, já que ele chega a declarar precisamente que “podia ter sido ele” a estar no lugar *deles*.

Sob um certo ponto de vista, Vik pode ser considerado o próprio protagonista do filme, já que ele se desenrola em torno do seu desejo e de sua atividade de trabalhar com o grupo de catadores. E é com um *deles* (Tião) ocupando um lugar em que *ele* já esteve, o “Programa do Jô”, que ocorre a cena final da obra. Tião, então, é agora entrevistado pelo apresentador, e, ao ser apresentado como “catador de lixo”, o corrige:

Programa do Jô. O entrevistador introduz Tião Santos à plateia como “presidente da Associação dos catadores de lixo do Aterro Sanitário do Jardim Gramacho”. O entrevistado pergunta se pode fazer uma correção, e afirma: “A gente não é catador de lixo. É catador de material reciclável. Lixo é tudo aquilo que não tem aproveitamento. Material reciclável tem”. A plateia o aplaude. Fim do filme.

Indagamos se o “recado” passado por essa composição das cenas (início: Vik no “Programa do Jô”/ meio: história do trabalho de Vik com os catadores/ fim: Tião no “Programa do Jô”) tem como objetivo transmitir ao espectador a transposição de fronteiras sociais possibilitada pelo trabalho do artista. Nesse sentido, é justamente a possibilidade de transformação do lixo em arte que possibilitaria também uma transformação no âmbito do mundo das pessoas. A mensagem subjacente ao filme seria, assim, justamente a de que, a partir de uma intervenção como a de Vik, um catador pode chegar justamente aonde ele chegou (também no sentido espacial do termo, literalmente, como ilustrado no caso do “Programa de Jô”). A participação de Tião no programa televisivo seria, então, a metáfora perfeita dessa concepção, que ao ser inserida como cena final na montagem do filme, traria à luz precisamente esse objetivo.

2.3- Sobre a sobrevivência em *Boca de Lixo*

SINOPSE: O cineasta Eduardo Coutinho, juntamente com sua equipe, realiza um documentário no vazadouro de Itaoca, em São Gonçalo, nas proximidades da capital carioca. A câmera de Coutinho, assim como o próprio cineasta, aparece em vários momentos do filme, que se passa integralmente no local citado e nos seus arredores. Várias pessoas recolhem e aproveitam parte do lixo despejado diariamente por caminhões, havendo a presença de inúmeros materiais, como comida, lixo hospitalar e objetos como revistas, livros, roupas, sapatos e relógios, dentre vários outros. Coutinho conversa com algumas das pessoas presentes, e elas têm reações diversas à presença da câmera e da equipe. Alguns dialogam com naturalidade e espontaneidade, outros se

recusam a dar entrevistas nas primeiras abordagens, como Jurema, que, inicialmente, afirma que o lixo é coletado para dar lavagem para o porco, e não para comer, mas, em um segundo momento, quando aceita ser entrevistada, afirma que ela e a família se alimentam de comida encontrada no local. As últimas cenas do filme retratam os entrevistados assistindo às filmagens realizadas por Coutinho, e suas reações diante do que é exibido.

2.3.1- Uma interpretação

Algumas reações das pessoas filmadas que se escondem diante das câmeras fornecem ao espectador um conjunto de imagens e cenas que podem ser interpretadas tanto como reais como uma espécie de brincadeira; não obstante, as impressões realistas do filme são marcantes. Em seguida à cena final, nos defrontamos com dizeres que mencionam o local da filmagem e nos informam que “No Brasil, existem centenas de vazadouros como este, onde trabalham dezenas de milhares de catadores”. É impossível deixar de mencionar o caráter de “denúncia social” presente no filme, marcante não apenas pelo estilo de Coutinho como por algumas falas dos entrevistados, como a de um menino, em uma das primeiras cenas:

Menino não identificado: “Todo mundo aqui tá trabalhando, não tem ninguém roubando aqui dentro, todo mundo trabalha, uai. Todo mundo trabalha, ninguém rouba. Se tivesse nego roubando aqui dentro ninguém ia trabalhar. Então todo mundo tá aqui porque depende. Ué!”

A justificativa do menino entrevistado de que “Todo mundo aqui tá trabalhando, não tem ninguém roubando aqui dentro” nos leva a uma interpretação que sugere a existência de uma necessidade de defesa do entrevistado diante de um estereótipo fortemente presente na sociedade brasileira: o de associação do pobre ao ladrão e criminoso. A necessidade de se justificar encontrada pelo menino é presente, também, nas falas de outros entrevistados:

Cícera: “Meu marido é pescador. Tem dia que vai pescar e arranja, e tem dia que vai e não arranja. Aí tem que se virar aqui mesmo, né? Não tá roubando, não tá matando, né? Tá trabalhando. É isso aí. A gente trabalha pra vender.”

Pouco tempo depois, Coutinho aparece entrevistando uma mulher, e lhe pergunta: “É melhor que o salário mínimo aqui, ou não?” A resposta é “Ah, aqui é melhor, mil vez melhor. Melhor do que trabalhar em casa de família, melhor do que trabalhar em certos lugar, muito melhor”. A intenção do cineasta de mostrar ao

espectador a existência de problemas estruturais na sociedade e de relaciona-los com as situações que nos são mostradas é evidente no que diz respeito à questão relativa ao salário mínimo, que já é utilizado para fins de comparação na própria pergunta. Essa intenção parece ser explicitada anteriormente, pois, em uma cena em que é questionado por um menino o motivo de estar ali filmando, o cineasta responde: “Pra mostrar como é a vida real de vocês”. A resposta do menino nos remete imediatamente às questões estruturais: “Sabe pra quem o senhor podia mostrar? Podia mostrar pro Collor.” Note-se ainda que a afirmação “(aqui é) melhor que trabalhar em casas de família, melhor que trabalhar em certos lugar, mil vezes melhor” indica que catar materiais descartados constitui uma escolha possível, sendo aqui, novamente, considerada por alguns como preferível à de trabalhar em “casas de família”. É nesse contexto que se insere a fala de Cícera, catadora entrevistada pelo cineasta:

Cícera: “Eu nem ligo, minha filha. Eu não tô nem aí, eu nem ligo que sai em televisão, que sai em jornal. Eu? Nem ligo, minha filha. Eu não tô nem aí, não tô roubando. Não tô certa? Não tô certa? Eu não tô roubando, deixa essa cara bonita sair aí na televisão. (riso). Deus me dá saúde gente, é pra mim trabalha, né?”

Entrevistador: “E cansa muito trabalhar aqui?”

Cícera: “Cansa demais, o serviço é muito, de noite e não pode nem dormir, de tanta dor nas cadeira, dor nos rins. Eu já trabalhei muito em casa de madame.”

Entrevistador: “É mesmo?”

Cícera: “Já trabalhei muito. Não gosto de ser mandada, não, gosto mesmo de me mandar. Agorinha vô larga, chegá em casa, tomo um banho, troco de roupa, vou pra igreja. É isso aí, até um dia vai melhorar, Deus tendo misericórdia, né?”

Coutinho: “A senhora quer falar mais alguma coisa?”

Cícera: “(...) eu peço que Deus mais tarde liberte ela (referindo-se à neta) e dê uma chance a ela mais tarde de seguir o que ela bem quer, né.”

A afirmação “Não gosto de ser mandada” ilustra, então, a possibilidade de o sentido da liberdade adquirir aqui um valor alto por parte dos catadores que preferem exercer tal serviço a trabalhar “em casa de madame”. No entanto, a liberdade de quem trabalha no lixo é bastante relativa, pois, apesar de “não ser mandada”, a própria entrevistada, ao ser indagada sobre o desejo de falar mais alguma coisa, diz que só pede a Deus que “liberte” sua neta, expressão que mostra exatamente o fato de que, nas

condições de vida e de trabalho às quais ela e a menina estão submetidas, as possibilidades de escolha são, reiterar-se muito restritas.

Provavelmente é por isso mesmo que outros entrevistados não compartilham a opinião de Cícera e acabam preferindo o trabalho “em casas de família”, como podemos ver na fala da entrevistada abaixo:

Coutinho: “E era melhor casa de família ou aqui?”

Mulher não-identificada: “Ah, casa de família, não tem comparação.”

Coutinho: “Por que que é melhor casa de família?”

Mulher não-identificada: “Ah, porque é. A gente trabalha limpa, a gente come, aqui a gente não almoça, só janta.”

Coutinho: “A senhora nunca almoça, não?”

Mulher não-identificada: “Não, só janta, em casa.”

A passagem acima mostra, então, que o leque de opções aqui é ainda mais restrito, já que mesmo pessoas que preferiam estar trabalhando em casas de família não o conseguem diante de contingências estruturais (as filmagens ocorreram em 1992, período em que o país vivenciava uma forte crise econômica e altos índices de desemprego e subemprego). A esse respeito, observe-se o trecho a seguir:

Coutinho: “É bom trabalhar aqui no lixo, ou não?”

Mulher não-identificada: “Bom não é, né moço? Bom não é, mas a gente tira o nosso dinheiro, né? Bom não é. Nós não temo outro, temo que pegá é esse mermo. Tá ruim de serviço lá pra fora.”

A frase “tá ruim de serviço lá fora” ilustra precisamente a dificuldade de se conseguir um outro “serviço” no Brasil à época, diante do quadro de crise econômica vivenciado no país. A “opção” de se trabalhar “no lixo” é altamente contingente diante desse panorama desfavorável, como se pode ver ainda abaixo:

Coutinho: “Quer dizer que a senhora gosta de trabalhar aqui.”

Mulher não-identificada: “Eu continuo... Ah, se o lixo continuar aqui, nós continua trabalhando, né. Aí o pessoal não morre de fome, porque se acabar todo mundo vai morrer de fome”

A última frase da entrevistada ilustra exemplarmente essa situação. Para ela, trabalhar no local não é uma questão de “gostar” ou “não gostar”, mas sim um meio necessário para sobreviver, já que “se (o lixo) acabar todo mundo vai morrer de fome”, diante do contexto já mencionado de escassez de outras fontes de renda e, conseqüentemente, também de alimento.

Não obstante as fortes dificuldades materiais que as pessoas filmadas por Coutinho enfrentam, há, no seu cotidiano, alguns momentos de alegria e descontração que também são apresentados pela câmera. Assim, vemos, em um ambiente tão insalubre e inseguro como o retratado no filme, cenas de intimidade entre amigos entre conversas e risos, crianças jogando futebol, enfim, passagens que também são cenas corriqueiras em vários outros ambientes mais visíveis para o espectador comum. De fato, ao frequentarem o local onde é depositado o lixo, as pessoas se conhecem umas às outras e formam laços de amizade, como podemos ver na fala de Lúcia:

Coutinho: “É mais fácil falar lá (no lixão), né?”

Lúcia: “É.”

Coutinho: “Fica mais à vontade que aqui, né?”

Lúcia: “É, lá é mais bagunça, né? Todo mundo grita, todo mundo encarna, né? Viu o garoto que passou do lixo aí? Que passou mexendo comigo já. Eles são muito danados, mas todo mundo é amigo. É, eu comparo aquilo ali, quando a gente trabalhava no Paraná, a gente pegava aqueles caminhão de cortá cana, né, aqueles caminhão de firma rica, daqueles fazendeiro rico, mandava aquele caminhão buscar aqueles trabalhador, né? Aí todo mundo pegava aquele caminhão, chegava lá naquele campo de cana, aí todo mundo se conhecia. Na hora de vir embora todo mundo conhecia, na hora de ir trabalhar, na hora do almoço, todo mundo era uma festa. Quando chegava fim de semana a gente ficava triste porque não tinha com quem conversar, com quem bagunçar. A mesma coisa é aqui. Quando eu tô lá no lixo eu sou uma pessoa completamente diferente do que eu sou em casa. Lá eu grito, eu falo, eu mexo com um, eu mexo com outro, eles me jogam coisa, eu jogo coisa neles. Aqui, só eu e minhas filhas, só dá, meu marido tá sempre trabalhando, chega em casa, chega cansado também.

Diante da dependência de recursos imediatos, a maioria dos catadores do local não têm a opção de juntar o material reciclável e vendê-lo por um preço melhor. Uma exceção é o caso de Nirinha, que explica abaixo a excepcionalidade de sua situação:

Coutinho: “Há quantos anos você trabalha?”

Nirinha: “Há mais de 15 anos. Porque eu arrumo mais aqui, porque eu vendia pros comprador, agora eu já vendo pra fora. Entendeu? Por exemplo, eu já vendo pro comprador que compra do comprador daqui, eu já ganho a mesma coisa que ele. Só quando não tem jeito mermo é que eu vendo aqui. Mas...”

Coutinho: “Só você que faz isso?”

Nirinha: “Só eu que faço.”

Coutinho: “Explica.”

Nirinha: “Aqui, por exemplo...”

Coutinho: “Se for 40 kilos, por exemplo, lá, isso...?”

Nirinha: “Se o papel lá fora tiver a CR\$¹⁴ 120,00, eles aqui querem pagar CR\$ 60,00. Então eu vendo pelos CR\$ 120,00, porque eu ganho CR\$ 120,00. Eu não vou vender a CR\$ 60,00 pra perder CR\$ 60,00 pra eles.”

Coutinho: “E o pessoal aqui não tem escolha, porque o comprador é tudo igual, né?”

Nirinha: “Não tem, porque aqui tem muita gente aqui que, por exemplo, trabalha já direto pra fazer a compra toda semana. Então, depende daquele trocado toda a semana. Eles tão precisando daquilo, aí tem que vender. E, no meu caso, eu já posso deixar duas, três direto aqui o meu material aí, ó.”

As pessoas dependem não apenas do “trocado toda a semana”, como mencionado por Nirinha. A relação dessas pessoas com “o lixo” emerge, assim, como de dependência e valorização, como se nota, abaixo, em trechos de falas de duas mulheres entrevistadas por Coutinho:

Lúcia: “A gente precisa daquela lixeira, porque tem uma comida de porco, tem uma roupa, a gente acha as roupas boas, calçados bons, por exemplo, eu mando, dou roupa pras pessoas, eu pego muita roupa, porque vem roupa ali, vem coisas boas. Porque o que não serve, às vezes o que não serve lá pro rico, serve pro pobre, e pra gente aquilo é útil, tem muita coisa útil ali.”

Jurema: “Aquele” lixo é um quebra galho, sabe? Aquele lixo é o braço direito da gente. E os meus filho são tudo criado é com o dinheiro do lixo, mermo. Quando ele arruma o serviço dele, que agora ele tá parado, né? Quando ele tá trabalhando ele me ajuda. Daí ele põe dinheiro pra cá também. Quando ele tá parado, vai nós dois lá pra dentro e o garoto. Então ele é um braço direito da gente.”

O que mais se destaca em tais falas é o sentido de *utilidade* do lixo: “a gente precisa daquela lixeira”, “(...) pra gente aquilo é útil, tem muita coisa útil ali”; “aquele lixo é o braço direito da gente”. O que sobressai, então, é exatamente oposto à própria definição convencional de *lixo* (algo *inútil*, desvalorizado, descartado). Aqui, assim como no caso dos catadores que comercializam o material catado, o lixo de alguns é o sustento de outros, só que, agora, também mais diretamente, já que o que foi descartado serve não apenas para a venda, mas também para o próprio uso: para comer, vestir e calçar. A própria subjetividade do sentido da utilidade, tendo em vista diferentes condições estruturais dos sujeitos, é o que mostra a frase de Lúcia: “às vezes o que não serve lá pro rico, serve pro pobre”.

¹⁴ Cruzeiro, moeda vigente à época no Brasil.

No entanto, o sentido direto dessa relação de dependência não é assumido com facilidade por todos os entrevistados. Nas primeiras aparições de Jurema diante da câmera, o que sobressai é a negação de que ela e os outros que ali trabalham cheguem a se alimentar diretamente do lixo:

Jurema: “A gente não cata essas coisas aqui do lixo pra gente comer não. Vocês bota no jornal, aí quem vê pensa que é pra gente comer, né? Mas não é pra gente comer. Não é! Isso não, não pode acontecer. A mãe dela tem porco, o pai dela tem porco, todo mundo aqui tem porco. O que a gente cata aqui, às vezes a gente cata um pão, cata um resto de comida...”

Pessoa não-identificada: “É pra porco.”

Jurema: “Eu tô revoltada é com isso, pô! O cesto do pai dela cheio de legume e eles filmando a gente... Quem vê, quem vê isso lá fora, vai pensar: ‘Ah lá, é daquilo ali que eles come, é aquilo ali que eles vivem, é disso’. Mas não é!”

A necessidade de justificar o ato de pegar restos de comida em virtude da alimentação dos porcos que transparece na fala de Jurema acaba recebendo uma continuidade explicativa algumas cenas depois, quando ela se mostra mais disposta para conversar com Coutinho:

Coutinho: “Não, aquele dia a senhora falou também que achava, que tava filmando lá, e podia dar a impressão que todo mundo ia pegar coisa pra comer, lá e tal. Essas coisas.”

Jurema: “Não, ali, muitas coisas que a gente panha ali, a gente aproveita. Entendeu? A gente aproveita. O carro da Sendas. Sabe qual é o carro da Sendas? Aquele carro de legume que chega? É uma fruta, é um legume, é muita coisa boa que vai ali, é macarrão. Entendeu? Vai carne boa, galinhas boa, dá pra comer, pra gente aproveitar. Naquele carros do lixo, a gente aproveita ali somente material pra vender, mas naquele carro da Sendas a gente aproveita coisa pra porco e pra comer. Mas isso não precisa ficar falando pra Deus e o mundo do que que a gente vive dali. Entendeu? Não, a gente veve do lixo, e daí fica falando pra um e pra outro, não, é porque a pessoa: ‘Ah, não, vou falar com ele, que aí ele vem e me ajuda’. Não, ninguém vai ajudar, eu duvido que vai.

Coutinho: “Mas as pessoas, muitas, assim não queriam no começo não queriam que filmasse, escondia a cara, e tal. Mas depois não, depois nem tanto.”

Jurema: “Foi se acostumando. Sabe por quê? Porque as pessoas têm vergonha de ser passado na televisão, naquele lixo. Eu tenho vergonha, a gente suja de lixo, do jeito que trabalha ali, pra todo mundo ver. Daí pra fora ninguém conhece a gente, mas quem mora por aqui conhece a gente. Ah lá!”

Os motivos da recusa inicial de Jurema e de outras pessoas em aparecer diante da câmera são explicitados: Segundo ela, “as pessoas têm vergonha” de aparecer na

televisão, por estarem “naquele lixo”, “sujas de lixo”. Talvez esse seja o momento em que a privação material se escancare da forma mais crua, já que o fato de as pessoas “terem vergonha” é uma das questões que mais explicita a fragilidade da maneira pela qual ocorre sua sobrevivência.

Essa não é, no entanto, uma posição unânime entre os entrevistados do filme. A fala de um dos homens entrevistados é marcante por sua naturalidade diante de questões que são tratadas com muito mais dificuldade por outros:

Coutinho: “O que você recolhe? Que tipo? Lata? Que tipo de coisa?”

Homem não-identificado: “Lata, papelão, plástico, comida se aparecer também a gente recolhe.”

Coutinho: “Ah, recolhe assim, tem que colher, que lavagem pra porco, e comida que ainda serve? Como é que é?”

Homem não-identificado: “Não, é assim: tem comida que vem assim, por exemplo, pacote de arroz, pacote de macarrão. Às vezes já ajuda, né?”

Coutinho: “Ajuda.”

Homem não-identificado: “Como tá aqui a fruta.”

Coutinho: “Aqui que você pegou hoje é o quê?”

Homem não-identificado: “Batata, chuchu, cenoura, maçã.”

Coutinho: “Tem pessoas, assim, que querem esconder o rosto, não querem aparecer e tal. Você não tem problema, não é?”

Homem não-identificado: “Eu não tenho medo de nada.”

Coutinho: “Explica por quê.”

Homem não-identificado: “Eu não tenho medo pelo seguinte, porque eu acho que eu sou brasileiro, eu sou humano, então eu sou livre, eu tenho o direito de falar o que eu quero e o que eu penso”.

Note-se que Coutinho não pergunta se o entrevistado recolhe comida; de fato, ele inclui apenas um material reciclável (lata) como exemplo; não obstante, na resposta, a palavra “comida” aparece junto com os materiais reaproveitáveis (lata, papelão, plástico). Coutinho nota com surpresa a desinibição manifestada pelo entrevistado e o pergunta o por que disso. A resposta ocorre também de forma desinibida e agora enfática: “(...) Porque eu acho que eu sou brasileiro, eu sou humano, então eu sou livre”.

É interessante a menção do sentido de liberdade e a valoração atribuída a ela aqui. Colocada no campo dos direitos, a liberdade “de falar o que eu quero e o que eu penso” é evocada em um contexto de privação extrema de diversos direitos básicos,

garantidos pela própria Constituição Federal. Não obstante, ela é, pelo menos aqui, exercida: o entrevistado parece estar, de fato, afirmando “o que pensa”. Apesar de se encontrar em situação semelhante à de Cícera, ele atribui ao termo um sentido que se contrapõe àquele utilizado pela entrevistada, já que ela fala a respeito de uma situação da privação da liberdade, como já apontado.

Outra fala que se sobressai pela originalidade é a de Enock, um senhor entrevistado no filme. Analogamente a Valter em *Lixo Extraordinário*, é ele, aqui, o entrevistado cujo discurso denota uma visão ecológica, como podemos ver na transcrição abaixo:

Coutinho: “Seu Enock, me diga aqui: como é que é o trabalho?”

Enock: “O trabalho aqui é esse que o senhor tá vendo. É humilde toda a vida, catar lixo, panhar comida pra bicho. Mas isso aí, é um perigo isso aqui.”

Entrevistador: “As pessoas ficam doentes aí, o senhor acha?”

Enock: “Ah, alguns ficam, depois que acostuma não acontece nada.”

(...)

Coutinho: “Tinha uma pessoa no lixo lá que chamava o senhor de Papai Noel. O senhor fica bravo ou não?”

Enock: “Hum hum (negação). Faz parte da vida. Então, é mais um comprovante de um, eu sou o pai dessa, deles né? Da natureza deles.”

Coutinho: “E o lixo faz parte da vida, também?”

Enock: “Faz parte da vida. É o final do serviço, é o lixo. Porque ali é o final. E é dali que começa.”

Coutinho: “O que quer dizer final do serviço?”

Enock: “O final do serviço diz que é a limpeza da casa, o jogando fora, desprezou, reciclô, findô ali. Mas, ainda continua ali, e dali panhando pra continuar e ainda continua pra mais longe ainda, dá muita coisa ainda.”

(...)

Coutinho: “De que religião o senhor é?”

Enock: “Eu sou naturalista.”

Coutinho: “Ah, é? E o que quer dizer?”

Enock: “Natureza. Eu acredito muito na natureza.”

Coutinho: “Em Deus, não?”

Enock: “A mesma coisa, dá na mesma sorte. Se a gente tá pela natureza, tem que seguir por Deus.”

Enock tem uma visão cíclica do processo do qual o lixo participa: o lixo é, para ele, “o final do serviço”, e, ao mesmo tempo, onde algo “começa”. Ao ser indagado por Coutinho sobre o “final do serviço”, explica que este, comumente, é considerado “a limpeza da casa”, mas que, na verdade, “o serviço” ainda continua com o lixo que foi desprezado, pois este “dá muita coisa ainda”.

A fala de Enock pode servir como síntese para a relação estabelecida com o lixo por todos aqueles entrevistados por Coutinho. É justamente uma relação inversa daquela existente entre o lixo e quem o descarta, já que, para os catadores do filme, como já mencionado, o lixo “é útil”, “é o braço direito da gente”, constitui o lugar onde as pessoas estão trabalhando, já que “tá ruim de serviço lá fora”, ilustrando, assim, a proposição de Enock de que o lixo “continua pra mais longe ainda”. O lixo, como afirma o outro entrevistado, “ajuda”, enquanto, de acordo com Jurema “ninguém vai ajudar”.

2.4- Convergências e discontinuidades

As filmagens de *Lixo Extraordinário* ocorreram entre 15 e 17 anos depois das de *Boca de Lixo*, e cabe lembrar que são localidades diferentes, mas próximas. Uma diferença entre os universos abordados nos filmes ocorre em relação à organização dos catadores: em *Lixo Extraordinário*, Tião e alguns colegas montam a Associação de Catadores de Jardim Gramacho, entidade para a qual o dinheiro arrecadado por Vik com a venda dos quadros é vendido; já em *Boca de Lixo* não existe essa organização, e o material é comercializado individualmente, como já mencionado.

Analogamente ao que foi visto no capítulo 1, percebemos, nos filmes, que a catação é novamente uma escolha possível; que, não obstante a enunciação de uma preferência real por esse trabalho ser rara (aparecendo aqui, no caso de Irmã), o orgulho de obter o sustento pelo trabalho está presente, ainda que, em alguns casos, sobreposto à vergonha de se trabalhar no lixo.

O que fica escancarado em ambos os filmes é algo que também subjaz no capítulo 1: o fato de o lixo de alguns ser o sustento de outros, o que acontece tanto literalmente, quando vemos os catadores aproveitarem comida, roupas e calçados encontrados no lixo, como, também, mais indiretamente, quando eles vendem o material reciclável. Essa relação aparece de forma mais explícita nos filmes que nas entrevistas,

tanto pelo fato de as imagens dos aterros e lixões serem fortes e impactantes como também por estarmos, aqui, tratando de ambientes onde tudo se mistura numa escala impressionante (os “lixões” e “aterros controlados”), diferentemente do espaço da rua, que predomina nas abordagens do capítulo 1.

Segundo Lins e Mesquita (2008), *Boca de Lixo* já expressa uma tendência observada no documentário brasileiro a partir dos anos 1990, segundo a qual diminui o enfoque sociológico de tipificação dos sujeitos e uma nova ênfase, agora na valorização de tais sujeitos, emerge. Nesse sentido, consideramos possível afirmar que a valorização das histórias individuais dos entrevistados também ocorre em *Lixo Extraordinário*, quando nos deparamos com os dramas e as alegrias de cada um dos catadores presentes. No entanto, embora haja essa semelhança de enfoque e os filmes analisados retratem contextos similares, há importantes distinções que precisam ser mencionadas.

Assim, podemos afirmar que, em *L. E.*, os catadores são mais profissionalizados, chegando, inclusive, a construir uma associação e a reivindicarem o nome de “catadores de material reciclável”. Em *B. L.*, filmado quase duas décadas antes, não há “catadores de materiais recicláveis”, mas a própria justificativa dada por estes posteriormente está presente, ainda que de forma tácita: o lixo é útil e utilizado, portanto, não necessariamente deve ser considerado lixo.

Talvez essa ausência de vestígios de profissionalização seja um dos fatores que leve o espectador a considerar as situações deste filme mais precárias do que as daquele realizado posteriormente. No entanto, essa impressão pode se mostrar enganosa, se considerarmos que a legitimação, por parte do poder público, do trabalho de pessoas no Jardim Gramacho e em locais semelhantes, pode ser considerada uma *legitimação da precariedade e da insegurança*, e não uma diminuição dessa situação.¹⁵

A ideia de um papel de transformação exercido pela arte via a atuação de Vik, é, como já afirmado, o mote principal de *Lixo Extraordinário*. Na própria contracapa de apresentação do DVD há a menção ao “poder transformador da arte”; o *trailer* da obra

¹⁵ No caso específico de Gramacho, é importante mencionar que estudos realizados pela COMLURB (Companhia de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro) demonstram que o local encontra-se condenado, em razão de limites de capacidade e da própria pedologia do local (PINHEIRO: 2012). Já no processo de finalização deste trabalho, foi anunciado o fechamento do local, previsto para junho de 2012. (AGÊNCIA BRASIL: 2012)

traz a seguinte frase de apresentação: “O premiado artista plástico Vik Muniz e um grupo de catadores no maior aterro sanitário do mundo transformam lixo em arte e se transformam durante o processo.” Cabe que nos indaguemos, então: sobre quem esse papel é exercido? É inegável afirmar que a arte de Vik age sobre o grupo selecionado, e não sobre a categoria “catadores do Jardim Gramacho”, que somam cerca de 2000 pessoas¹⁶. Acrescente-se que a ação de Vik e sua equipe ocorre de acordo com as próprias normas do sistema: é dentro do sistema que Vik promove a venda da obra no leilão; é também nesse sentido que ele expõe suas obras no Museu de Arte Moderna.

No entanto, mesmo para os olhares mais críticos, é inegável que há uma dinamicidade de papéis dos catadores no decorrer do filme. Uma dinamicidade que não está presente em *Boca de Lixo*. Neste, o elemento mais marcante é a estática, a imutabilidade, uma aparente e recorrente conformação dos atores à ordem, ainda que talvez só aparente, e ainda que haja algumas transgressões: veja-se, por exemplo, a cena em que Jurema se revolta diante da condição de sobreviver do lixo.

Essa impressão pode ser derivada da ausência de uma figura que intermedeie o ambiente do lixo com outros locais, ou pela própria escolha de Coutinho em filmar integralmente dentro do lixão e nos seus arredores, onde se encontram as residências dos entrevistados, enquanto na montagem de cenas de *Lixo Extraordinário* há outros ambientes intercalados. Assim, independentemente das críticas que possam ser feitas em relação ao quanto quem produz o filme queira induzir tal percepção de mudança, e independentemente de quaisquer opiniões pessoais valorativas a respeito do trabalho de Vik, pode-se afirmar que a própria presença do artista e de sua equipe no cotidiano do grupo constitui uma modificação.

Pois, no final das contas, tal trabalho não resultou não apenas nas obras e na exposição, mas no próprio filme? Não se sai do extremo da marginalidade e da própria invisibilidade para o seu completo oposto, o ápice da centralidade e da visibilidade, o cinema? Não um cinema pouco divulgado, de circulação restrita, mas um cinema exibido em circuito nacional e internacional, para o grande público, um cinema que concorreu ao Oscar, que virou notícia de televisão.

¹⁶ Esse é valor aproximado a partir de diversas estatísticas, que apontam que o número de trabalhadores no Aterro está entre 1500 e 4000 pessoas.

Qual é o limite das mudanças realizadas de dentro do sistema, como essas promovidas por Vik e sua equipe? Elas são reais? São efetivas? São duradouras? Até quando o trabalho avançou sobre as fronteiras sociais? Há um reordenamento do sistema? Ainda que sim, quanto? Por não se tratar de questões triviais, mas muito complexas, não temos a pretensão de resolvê-las aqui, sendo, todavia, imprescindível apontá-las.

A fala de Tião que fecha o filme “Lixo é tudo aquilo que não tem reaproveitamento. Material reciclável tem” corrobora a ideia central colocada em prática no filme, qual seja, a de que “lixo” pode virar arte. Caberia, entretanto, indagarmos até que ponto a transformação no mundo das pessoas é possível. O filme não exageraria ao ensinar uma interpretação de que os indivíduos podem transpor a estrutura, atribuindo-lhes, dessa forma, uma responsabilidade por sua condição muito maior que a que efetivamente ocorre?

No entanto, embora os limites da transposição da ordem possam ser discutidos, deve-se ressaltar que há essa transgressão. Como o próprio título do filme sugere, o lixo é “extraordinário”, pois subverte e subsume a ordem das coisas. Assim, ao se transformar em arte, o lixo sai do *status* de algo rejeitado, desprezado, desvalorizado, para o de matéria-prima de obras de arte altamente desejadas e valorizadas, como atesta o leilão a que uma delas é submetida no próprio filme. Reportando-nos a Douglas (2010), podemos afirmar que, ao se tornar arte, o lixo não só deixa de fazer parte do estatuto que lhe é atribuído pela “ordem” culturalmente formada, como, em termos valorativos, passa a ocupar, dentro da ordem, um lugar oposto, passando, assim, de algo passível de receber desprezo a objeto de desejo de riquíssimos colecionadores de arte.

Em *Boca de Lixo*, ao contrário, não há essa transgressão. Embora o lixo seja considerado pelos que dele sobrevivem como “útil”, “o braço direito da gente”, tais pessoas já se encontram, de antemão, excluídas do sistema e relegadas também ao estatuto de “resíduos”, tanto, do mercado de trabalho em particular (“Nós não temo outro, temo que pegar é esse mesmo. Tá ruim de serviço lá pra fora”) como da própria sociedade, que permite que a sua sobrevivência ocorra de uma forma que gera revolta e vergonha por parte deles próprios (“Sabe pra quem o senhor podia mostrar? Podia mostrar pro Collor.”/ “A gente não cata essas coisas aqui do lixo pra gente comer não. Vocês bota no jornal, aí quem vê pensa que é pra gente comer, né? Mas não é pra gente

comer. Não é! Isso não, não pode acontecer.”/ “Não, ninguém vai ajudar, eu duvido que vai”).

No entanto, ambos os filmes trazem à tona a questão da visibilidade dos catadores, e, nesse sentido, ambos podem ser considerados como transgressores de uma ordem que os exclui e os deixa “invisíveis” aos olhos de boa parte da sociedade, ou seja, também do “grande público”. Essa intenção de proporcionar uma visibilidade dos catadores é explicitada em *B. L.* quando Coutinho é indagado pelo menino a respeito da causa da filmagem e responde: “Pra mostrar pras pessoas como é a vida de vocês”. Em *L. E.*, Vik afirma que ele e sua equipe estão “querendo fazer um retrato do catador, porque o catador é uma pessoa que ninguém conhece”.

Assim, a montagem de cenas de ambos os filmes é feita para enfatizar que as pessoas vivem do lixo. Em *Boca de Lixo*, isso ocorre de forma muito mais nítida, já que o filme, como já afirmado, é quase inteiramente rodado no local, e a recorrência com que a utilidade do lixo é evocada pelos catadores não deixa dúvidas a respeito das intenções do diretor nesse sentido. Em *Lixo Extraordinário*, há também essa intenção, mais refletida em algumas cenas específicas, como naquela em que Irmã cozinha no Aterro para os catadores e explica que utiliza alimentos encontrados no local.

É também com essa intenção que ambos os filmes trazem, então, imagens sucessivas do lixo como paisagem principal da vida dos que ali trabalham. Cenas em que caminhões despejam lixo nos locais, enquanto os catadores tentam pegar coisas que vão selecionando, são, sem dúvida, muito impactantes. De fato, podemos dizer que mesmo os que conhecem mais a fundo o cotidiano dos catadores são passíveis de serem impressionados por elas, dotadas de força e densidade inegáveis. Ao mesmo tempo em que somos levados a um choque provocado pelo fato de aquelas pessoas passarem grande parte de suas vidas em meio ao lixo (cabe também lembrar que muitos, em ambos os filmes, trabalham como catadores desde crianças), gerando situações de extremo risco, como exemplificado pela cena em que D. Tereza, em *Boca de Lixo*, relata ter se machucado com uma seringa presente no local, somos, também, confrontados com imagens que enunciam que aquelas pessoas, muitas vezes também no próprio ambiente do lixo, realizam atividades tão corriqueiras para qualquer um dos espectadores como jogar futebol, conversar em grupo, cantar, rir, e higienizar, na medida do possível, os alimentos preparados.

Mundos tão distantes (na verdade, precisamente inversos) materialmente e tão próximos no que diz respeito às relações humanas, à busca do lazer, à valorização da liberdade, são o que ambos os filmes nos oferecem, nesse sentido. Aqui, então, muito do que não *vemos* nem *encontramos* cotidianamente é *conhecido*¹⁷, já que, não obstante os catadores integrarem classes sociais distintas daquelas a que pertencem a maioria dos espectadores dos filmes, estes também partilham com eles valores e, por que não, sob um certo ponto de vista, também uma mesma cultura.

2.5- Aproximações com a Antropologia

Em ambos os filmes há um encontro entre as pessoas que trabalham no lixão/aterro e pessoas para quem, inicialmente, esses são mundos diferentes, estranhos. Em *Boca de Lixo*, quem protagoniza o encontro com os catadores é o próprio cineasta, Eduardo Coutinho, que aparece constantemente com sua câmera; já em *Lixo Extraordinário*, diferentemente, não há a presença explícita da câmera, e o protagonista do encontro é o próprio Vik. Além disso, em ambos os filmes, o encontro proporciona um retorno para os entrevistados: em *Lixo Extraordinário* tal retorno ocorre quando as réplicas das obras vendidas são entregues por Vik aos catadores; em *Boca de Lixo*, quando as filmagens de Coutinho são transmitidas para os entrevistados.

A existência dos encontros em ambos os filmes nos remete às ideias de Roy Wagner (1981) que estabelece um conceito de cultura em função do próprio encontro com o Outro: “It is only through “invention” (...) that the abstract significance of culture (...) can be grasped, and only through the experienced contrast that his own culture becomes visible.” (WAGNER: 1981: 10). Nos filmes, todos os encontros, tanto os de Coutinho/ Vik com os grupos de catadores como o do espectador com o universo retratado constituem situações em que ambos os lados da relação fazem parte ou, pelo menos, se originam da mesma sociedade. No entanto, pertencem, dentro dessa sociedade, a universos muito distintos, o que demonstra que a situação de se repensar a própria cultura e seus valores mencionada por Wagner também pode ocorrer aqui.

De acordo com o próprio Coutinho, o cineasta não filma o real, mas sim “um *encontro* entre o cineasta e o mundo, *sempre*” (BRAGANÇA; COUTINHO: 2009: 110). Poderíamos dizer ainda que, analogamente ao que sugere Roy Wagner quando aborda o encontro entre antropólogo e nativos, a situação mencionada por Coutinho está, como

¹⁷ Cf. Velho (2008)

todo encontro, sujeita a equívocos, incompreensões e, principalmente, poderíamos dizer, interpretações. Nesse sentido, uma aproximação com a Antropologia se faz possível também aqui: analogamente às críticas pós-modernas a respeito da premissa de que a etnografia representa a “verdade”, os documentários estão sujeitos a críticas similares. Não obstante, como já afirmado acima, nem as etnografias nem os documentários deixam de captar “um certo número de indícios sobre o mundo” .

Assim, se a Antropologia pode ser definida “não uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado” (GEERTZ: 2008: 4), esse encontro não seria, também, por definição, antropológico? Mais ainda, cabe também ressaltar que o que fazemos aqui, ao analisar os filmes, é, sobretudo, interpretar, analogamente às proposições de Wagner e Geertz a respeito da própria etnografia.

Voltamos ao Festival Lixo e Cidadania. A cena agora acontece após o término da palestra. Enquanto Tião conversa com catadores, aguardo para tentar uma aproximação. Ao meu lado, um jornalista consegue abordar Tião e o entrevista. Finalmente, consigo trocar algumas palavras com o líder. O que me chama mais atenção, no entanto, são as respostas que ele fornece ao entrevistador. Abaixo, transcrevo um trecho delas.

Trinta anos atrás, o governo federal, municipal e estadual, foram muito rápidos para criar Gramacho. Hoje, conseguir fazer uma coalizão onde realmente se crie um plano para fechamento de Jardim Gramacho é muito difícil.

E aí eu não vou falar simplesmente só de Gramacho. Em uma reportagem que saiu um tempo atrás, 76% do lixo do Estado do Rio de Janeiro tem destinação totalmente incorreta. Ou seja, lixões. Temos a grande maioria dos catadores ou nas ruas ou nos grandes lixões. Temos um cenário em que há falta de política pública, falta de incentivo, falta de subsídio e, acima de tudo, falta de entendimento entre as partes, o que cada um pode fazer: não só para melhoria da vida do catador, mas melhoria também do tratamento dos resíduos dentro dos municípios e no Estado do Rio de Janeiro. (PLANETA LIXO: 2011)

Assim, não obstante o trabalho honesto, valor central para os catadores retratados no filme, estar presente em suas vidas, é questionável, sob o ponto de vista de

Tião, apresentado não no filme, mas no discurso que mencionamos acima, que haja dignidade em suas vidas. Essa questão suscita reflexões extremamente complexas e que não se esgotam aqui.

CAPÍTULO 3- PARADOXOS E CONTINUIDADES DEFINIDORES DO LUGAR DOS CATADORES NA SOCIEDADE BRASILEIRA

De primeiro nós éramos escravos. Hoje nós somos poderosos. A reciclagem dá poder. (...) De primeiro nós éramos escravos. Hoje a gente vota em quem a gente quer. (...). A sua própria cabeça é o seu mestre. (...) Nós precisamos andar é bonito. Precisamos andar cheirosinho. Precisamos comer bem. (Seu Luiz, catador, em módulo do CATAFORTE)

Após havermos abordado, no capítulo 1, questões concernentes à relação dos catadores com a sociedade e o poder público, sob o ponto de vista dos entrevistados, retomamos, agora, algumas dessas questões, enfatizando, desta feita, o discurso evocado pelos catadores nos eventos que integraram o trabalho de campo, que possibilitaram, também, um análise do ponto de vista de outros atores presentes, como representantes de órgãos governamentais, de entidades empresariais e de organizações não governamentais. Observamos, assim, as maneiras pelas quais ocorrem interações entre esses pontos de vista, dando destaque, ainda, à perspectiva dos catadores. Assim, uma questão essencial que norteia nossa reflexão é: como ocorre a interação entre a forma pela qual se dá a apropriação dos direitos por parte dos catadores e a maneira como estes direitos são entendidos e abordados pelo poder público? Uma das dimensões mais esclarecedoras no tocante a essas relações é o campo das políticas públicas relacionadas ao grupo. Interessa aqui, portanto, abordar as percepções subjacentes às situações nas quais se constroem essas políticas. Ênfase especial será dada, então, às relações entre os catadores de materiais recicláveis e as políticas públicas que os contemplam.

As situações de campo que propiciaram a observação do capítulo foram as mesmas do capítulo 1, com destaque para o “Encontro Estadual por uma Minas com Coleta Seletiva e Inclusão Sócio-produtiva dos catadores”, a “Audiência Pública do Plano Nacional de Resíduos Sólidos em Minas Gerais” e o “10º Festival Lixo e Cidadania”. Por se tratarem de eventos oficiais, cabe observar que são situações em que os discursos dominantes, proferidos por determinados atores (catadores¹⁸, representantes de entidades do governo, representantes de setores empresariais, membros de organizações não-governamentais) são direcionados diretamente a outros atores presentes; cabe, assim, nos remetermos a Canclini (2010), para quem o antropólogo deve se posicionar entre os fatos e os discursos relativos ao tema estudado.

¹⁸ É importante mencionar que os catadores presentes aos eventos aqui abordados são filiados a organizações (associações ou cooperativas), não havendo aqui então a presença dos chamados “catadores individuais”, mencionados no capítulo 1.

Assim, é necessário que o estudioso indague a si mesmo a respeito da existência de correlações entre ambos (idem). Dessa forma, o que procuramos fazer aqui é analisar os discursos observados nos reportando ao seu contexto mais amplo e tendo em vista o direcionamento das falas mencionado.

A política analisada mais a fundo é a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS), descrita na subseção 3.1. Abaixo, enumeramos outras iniciativas que também se referem aos catadores de materiais recicláveis, em âmbito federal, estadual ou municipal. Em âmbito federal, além da PNRS, é importante mencionar:

-a Constituição do Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Lixo em decreto de 11 de setembro de 2003 (em 2010, com o decreto 7405, muda-se o nome para “Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis”);

- o Decreto 5.940, de 25 de outubro de 2006, que institui a obrigatoriedade da separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, e estabelece que tais resíduos sejam destinados às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. (BRASIL: 2011)

-a Criação do Programa Pró-Catador, através do decreto n. 7405, de 23 de dezembro de 2010, “com a finalidade de integrar e articular as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis” (BRASIL: 2010a: Art. 1º)

-a Criação do CNDDH (Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis), em abril de 2011, em Belo Horizonte (implantado em parceria entre a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República o Ministério Público de Minas Gerais e entidades não governamentais).

No que se refere a iniciativas do governo estadual, cabe mencionar, em Minas Gerais:

-a importância do CMRR (Centro Mineiro de Referência em Resíduos): O Centro divulga informações e promove cursos e eventos a respeito da reciclagem e da reutilização de diversos materiais, muitos deles voltados para os catadores;

- o Programa Minas Sem Lixões, que estimula, junto às instâncias municipais mineiras, a implementação de medidas de gestão adequada dos resíduos;
- o Programa Bolsa Reciclagem, criado pelo governo estadual a partir da lei 2.122/11 sancionada em novembro de 2011, que estabelece incentivos financeiros para os catadores de associações e cooperativas em função da coleta de materiais;
- o Plano Estadual de Coleta Seletiva de Minas Gerais, aprovado em novembro de 2011, em consonância com as diretrizes da PNRS.

No âmbito municipal, no que se refere a Belo Horizonte, destacam-se, como políticas públicas, a Coleta Seletiva, realizada pela Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) em parceria com associações e cooperativas de catadores, conforme já descrito no capítulo 1, bem como o convênio entre a prefeitura e a Asmare, através do qual o poder executivo municipal se responsabiliza pelas contas de água e luz da associação e fornece, ainda, uniformes e vale-transporte para os catadores que a integram.

3.1- A Política Nacional de Resíduos Sólidos

Conquanto o paradigma do crescimento econômico prevaleça na orientação de várias políticas públicas no Brasil, a crescente valorização das questões ambientais nas últimas décadas pode ser percebida no âmbito de algumas políticas. De fato, a mobilização de alguns setores, notadamente o MNCR (Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis), conjugada à atuação governamental, levou à aprovação, em agosto de 2010, da lei 12.305, que institui a Política Nacional dos Resíduos Sólidos e cujas diretrizes significam uma revolução no setor.

A complexidade das relações entre produtores, consumidores e recicladores (categoria utilizada, aqui, para englobar todos os personagens que atuam na realização da reciclagem, entre eles os catadores) fica explicitada quando observamos as diretrizes da política, já que elas detalham novas recomendações que trazem à tona questões diretamente ligadas a essas relações, chegando, inclusive, a colocar potencialmente em xeque padrões consolidados. Algumas diretrizes da política representam mudanças essenciais nas atribuições de responsabilidades pela geração dos resíduos sólidos e da gestão dos mesmos. Uma dessas mudanças é a introdução do conceito de “responsabilidade compartilhada” pela geração de resíduos.

Abaixo, transcrevemos alguns trechos da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, que configura a PNRS:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

(...)

XIV - reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa;

(...)

XVII - responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos desta Lei;

(...)

Art. 6º São princípios da Política Nacional dos Resíduos Sólidos:

(...)

VII- o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania”

(...)

Art. 7º São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

(...)

XII- integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

(...)

Art. 8º São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros:

(...)

III- a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

IV - o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

(...)

Art. 15. A União elaborará, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, a ser atualizado a cada 4 (quatro) anos, tendo como conteúdo mínimo:

(...)

V - metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

(...)

Art. 30: É instituída a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a ser implementada de forma individualizada e encadeada, abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, os consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e do manejo de resíduos sólidos, consoante as atribuições e procedimentos previstos nesta Seção”.

Parágrafo único: A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos tem como objetivo:

I – compatibilizar interesses entre os agentes econômicos e sociais e os processos de gestão empresarial e mercadológica com os de gestão ambiental, desenvolvendo estratégias sustentáveis;

II- promover o aproveitamento de resíduos sólidos, direcionando-os para a sua cadeia produtiva ou para outras cadeias produtivas.

(...)

(BRASIL: 2010)

Como pode ser observado, a Lei define responsabilidades para consumidores, produtores e poder público. Assim, cabe mencionar que os primeiros, conforme estabelece o Artigo 15, são obrigados, quando houver coleta seletiva, a “acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados” (BRASIL: 2010); bem como a “disponibilizar adequadamente os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis para coleta ou devolução” (idem). Os produtores e distribuidores (englobando aqui os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes) ficam responsáveis pelo processo de logística reversa de produtos específicos, como agrotóxicos, pilhas e baterias e produtos eletroeletrônicos. Já produtos em embalagens recicláveis, feitas de plástico ou vidro, por exemplo, poderão estar sujeitos à logística reversa também, de acordo com possíveis acordos setoriais e termos de compromisso (idem: Parágrafo 1º, artigo 33.)

3.1.1- Apontamentos para uma análise

A introdução do conceito de responsabilidade compartilhada pelos resíduos gerados pela produção/consumo de bens significa um dado novo para a sociedade

brasileira. De fato, numa economia capitalista, cujo principal mote é o crescimento econômico, e os principais valores, aqueles associados à produção e ao consumo crescente, uma lei que preconiza diretrizes referentes à regulação dos resíduos simboliza a ascensão de uma preocupação com a questão ambiental, e, também, como pudemos ver pelos trechos transcritos, com a inclusão social dos catadores.

Assim, como se pode observar nos trechos transcritos acima, constam, como princípios e objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, a “integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos”, e, como instrumentos, “o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais recicláveis”. (BRASIL: 2010).

Não obstante a Lei trazer prescrições que incorporam o paradigma ambiental, cabe indagar até que ponto a sociedade conseguirá incorporar as mudanças práticas previstas, já que, além de a legislação ser muito recente, o modelo historicamente predominante é o do consumo crescente e da não preocupação com a geração dos resíduos. Assim, tanto no campo das ações como no das ideias, é difícil vislumbrar uma mudança de paradigma num futuro próximo. A esse respeito, é interessante a menção da seguinte passagem:

(...) não basta se firmarem acordos e convenções, que depois de colocados em prática vão ser regidos por essa mesma racionalidade instrumental e econômica que hoje questionamos, mas sim ir legitimando outras formas de compreensão da vida e da complexidade do mundo e uma nova ética da práxis no mundo. (LEFF: 2007: 9)

Num sentido semelhante, Zhouri (2010) analisa os conflitos ambientais no Brasil, afirmando que eles “surgem das distintas práticas de apropriação técnica, cultural e social do mundo material” (ZHOURI, 2010: 17). Considerando que as práticas de apropriação material dos bens de consumo e produção e dos resíduos por eles gerados não ocorrem de maneira homogênea entre as classes sociais, notadamente em um país com grandes desigualdades socioeconômicas, como é o caso brasileiro, cabe indagar como ocorrerá o que poderíamos chamar de *apropriação material das diretrizes da política* por parte dos diferentes grupos sociais envolvidos. Embora a Lei, explicitamente, configure uma orientação para a valorização do trabalho dos catadores de materiais recicláveis, existe a preocupação, por parte de alguns setores dos movimentos sociais que organizam a categoria, em evitar a exploração, por parte de

entidades privadas, do serviço dos catadores, que, em virtude das condições econômicas desfavoráveis a que estão submetidos, são vulneráveis a esse tipo de risco.

Uma política que estabelece regulações relativas à responsabilidade na geração e administração dos resíduos em uma sociedade cujo principal mote institucional é ainda fortemente o crescimento econômico traz à tona algumas das complexidades e contradições existentes, que fazem com que o processo mencionado acima seja, inegavelmente, também complexo e difícil. Além da complexidade das relações entre o “paradigma do crescimento econômico” e o “paradigma da preservação ambiental”, existem, é claro, as divergências entre os paradigmas de cada um desses campos, que estão, aqui, simplificados. Assim, por exemplo, no que diz respeito ao que aqui estamos nomeando “paradigma da preservação ambiental”, existem inúmeras divergências. Mesmo quando nos voltamos para os que defendem o “desenvolvimento sustentável”, existem diversas controvérsias em relação ao próprio conceito do termo. De acordo com Leff, “O discurso do desenvolvimento sustentável não é homogêneo. Pelo contrário, expressa estratégias conflitantes que respondem a visões e interesses diferenciados para alcançar o desenvolvimento sustentável”. (LEFF: 2007:10).

Interessa, portanto, investigar até que ponto a ação de “compatibilizar interesses”, como propõe a Política, é possível. No que diz respeito aos conflitos entre o paradigma econômico e o ambiental, é interessante mencionar Zhouri (2010: 17), para quem a atuação do Estado brasileiro é marcada por uma ambigüidade de papéis: de um lado, há o domínio da implementação de políticas responsáveis pelo próprio acirramento dos conflitos ambientais; de outro ocorrem “brechas de contestação” a esse paradigma.

A relação dessas questões com a PNRS precisa ser melhor analisada, e essa análise só poderá ser feita numa dimensão mais profunda à medida que forem sendo cumpridas as etapas de implementação da política. Não obstante, é possível, aqui, aventar algumas hipóteses a respeito da recepção da lei, como aquelas relativas à ocorrência de disputas em virtude de interesses relativos tanto ao tipo de destinação dos resíduos (cabe ressaltar que, embora fortemente sugerida pela PNRS, a reciclagem não é a única opção nesse sentido) quanto ao próprio mercado da reciclagem. Cabe mencionar, então, algumas considerações feitas por Gilberto na entrevista:

Nós conseguimos ficar dentro, até por uma questão de articulação nossa mesmo. (A articulação foi feita) com o governo federal diretamente, Presidente Lula, deputados, o próprio movimento. Mas assim, o setor empresarial, eles também conseguiram se colocar também, né... A lei contempla a todos, é tipo uma queda de braço. Igual, lá tem uma parte que fala que só vai ser incinerado aquilo que for considerado resíduo, e se não tiver outra alternativa. (...) mas porque que não tem alternativa? Assim, é um monte de coisa que pega, é complicado. (Gilberto, em entrevista realizada em 25/10/2011).

Ao mencionar que “o setor empresarial também conseguiu se colocar”, a fala de Gilberto anuncia, nesse sentido, a forte possibilidade de ocorrência de disputas desse tipo. A situação dos catadores em tal contexto denota a existência de uma distância entre política e prática que, não raro, caracteriza a situação de grupos marginalizados socialmente no Brasil. Assim, embora não devamos menosprezar avanços potenciais que podem advir com a PNRS, tampouco devemos nos esquecer de considerar, também, o quanto a efetivação de tais avanços se faz difícil, devido à influência não-desprezível de diversas questões estruturais.

Nesse sentido, já é possível apontar algumas lacunas no que se refere a tal distância, no âmbito na implementação da PNRS. A falta de proposições em relação à situação do Aterro do Jardim Gramacho e dos catadores que ali trabalham, por exemplo, é nítida, e pode ser observada em reivindicações de catadores presentes aos eventos dos quais participei, entre as quais se destaca a fala de Tião mencionada no capítulo anterior. Reclamações semelhantes ocorrem em relação a diversos outros locais do Brasil, abrangendo tanto municípios pequenos como cidades maiores, como o caso de Brasília, em relação ao observei reivindicações semelhantes às do Rio de Janeiro. Mesmo no caso de Belo Horizonte, cidade onde, historicamente, ocorrem conquistas e eventos de grande importância simbólica para os catadores, presenciei, no 10º Festival Lixo e Cidadania, a reclamação de uma catadora relativa à formação de uma comissão por parte da prefeitura, em 2011, para analisar a coleta seletiva na cidade sem a inclusão de representantes dos catadores.

Deve ser considerada, ainda, a situação dos catadores não filiados a associações e cooperativas, que, como já mencionado no capítulo 1, não são contemplados pela maioria das políticas públicas, que priorizam, via de regra, a inclusão de organizações de catadores. Assim, na PNRS, ressalte-se, o objetivo da “integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos” tem como instrumento de efetivação “o

incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais recicláveis”.

Embora a criação de associações e cooperativas possa trazer ganhos para os catadores, como um aumento do poder de barganha junto a atravessadores e órgãos públicos, é necessário preservar a liberdade de escolha dos trabalhadores em se associar ou não. Assim, para que a inclusão dos catadores proposta na PNRS seja efetivada, é imprescindível, então, que as políticas se voltem também para os “catadores individuais”, numerosos e presentes em diversas localidades do país.

3.2- Catadores, pobreza e desigualdade

Também em relação ao campo das políticas públicas, cabe, aqui, uma menção ao Plano Brasil sem Miséria, lançado em junho de 2011 pelo governo federal. O Plano tem três eixos coordenadores: “inclusão produtiva”, “transferência de renda” e “acesso a serviços produtivos”. Dentro do eixo “inclusão produtiva”, estão previstas ações direcionadas à capacitação de catadores de material reciclável, ao fortalecimento de sua participação na coleta seletiva e à viabilização de infraestrutura e implementação de redes de comercialização (BRASIL: 2012). A esse respeito, veja-se a passagem abaixo:

O plano prevê o apoio à organização produtiva dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis. Para este público, está prevista a melhoria das condições de trabalho e a ampliação das oportunidades de inclusão socioeconômica. A prioridade é atender capitais e regiões metropolitana.

O Brasil Sem Miséria também apoiará as prefeituras em programas de coleta seletiva com a participação dos catadores de materiais recicláveis. O plano vai capacitar e fortalecer a participação na coleta seletiva de catadores, e terá ações para viabilizar a infraestrutura e incrementar redes de comercialização. (BRASIL: 2012)

A “ampliação das oportunidades de inclusão socioeconômica” mencionada acima interessa, aqui, na medida em que sugere que os catadores passam a ser vistos pelo poder público como público-alvo de políticas que objetivem o fortalecimento de suas atividades econômicas. Assim, analogamente ao que é preconizado pelas diretrizes da Política Nacional dos Resíduos Sólidos mencionadas acima, o texto de apresentação do Programa Brasil Sem Miséria apresenta, também, um sentido de “inclusão” dos catadores na cadeia produtiva.

A inclusão dos catadores de materiais recicláveis no público-alvo do Programa Brasil Sem Miséria demonstra um fato já evocado diversas vezes: o de o grupo constituir, histórica e atualmente, parte da parcela mais pobre da população brasileira.

É oportuno, então, tecer, aqui, uma reflexão a respeito do tema da *pobreza*. Tendo em vista que este é objeto de inúmeras reflexões em diversos campos das ciências humanas e sociais e que, portanto, há uma ampla gama de textos a respeito do assunto, o que pretendemos, aqui, é selecionar alguns estudos para refletir a respeito.

Em primeiro lugar, é necessário mencionar a ampla gama de discussões a respeito do próprio conceito de *pobreza*. Trata-se de um termo que suscita diversas reflexões e debates, que, certamente, não pretendemos esgotar aqui.

Num texto que se tornou um clássico da Antropologia, Sahlins (2007) realiza uma revisão a respeito das economias de sociedades de caçadores e coletores, rejeitando que elas sejam caracterizadas como *pobres* por assumir uma concepção da pobreza eminentemente *relacional*:

Os povos mais primitivos do mundo têm poucas posses, *mas não são pobres*. A pobreza não consiste em uma determinada quantidade reduzida de bens, nem é apenas uma relação entre meios e fins; acima de tudo, é uma relação entre pessoas. A pobreza é um *status* social. Como tal, é uma invenção da civilização. Cresceu com a civilização, imediatamente como uma distinção odiosa entre as classes (...) (SAHLINS, 2007: 146)

É também numa perspectiva relacional que Mary Douglas e Baron Isherwood (2009) abordam a pobreza, remetendo o conceito ao envolvimento entre indivíduos, e, assim como Sahlins, rejeitando uma concepção que entenda a pobreza como a quantidade absoluta de bens ou recursos possuída por cada indivíduo ou grupo. (Douglas e Isherwood, 2009: 228). É nessa perspectiva que os autores reportam o estudo da pobreza diretamente ao da riqueza, afirmando que “há pouca esperança de se entender como surge a pobreza ou como ela é percebida se não entendermos os ricos”. (Douglas e Isherwood: 2009: 213)

Dessa maneira, os autores propõem uma abordagem da pobreza que leve em consideração “as medidas de conexão social”, que, assim, “poderiam ser facilmente padronizadas e usadas como um índice de isolamento e pobreza” (idem: 231,232).

O sentido relacional mencionado, no caso brasileiro, remete-nos diretamente à forte desigualdade de dotação de renda, bens e/ou acesso a recursos e a serviços entre indivíduos e grupos sociais. Essa relação de desigualdade, também alvo de diversos estudos, já foi pensada sociologicamente em termos de uma “reciprocidade hierárquica” entre os grupos sociais.

Para Lanna, a lógica da sociedade brasileira é pautada pela *redistribuição mínima*, ou seja, os mais ricos, intermitentemente, fornecem poucos recursos às parcelas menos abastadas e, devido à existência de uma forte hierarquia social, a assimilação desta “concessão” ocorre através da sua tradução em dádiva, a qual, por sua vez, se converte em dívida também em virtude da hierarquia e da assimetria de posições que a ela é inerente. Decorre então, daí, a ideia da reciprocidade hierárquica.

Embora o termo “reciprocidade hierárquica”¹⁹ seja utilizado somente por Lanna (1995), outros autores, como Sales (1994) partilham do ponto de vista de que a situação secular de desigualdade e pobreza na sociedade brasileira pode ser remetida à ideia de *dádiva*. Numa concepção que se assemelha à de Lanna, Sales utiliza o termo “cidadania concedida” para caracterizar a cultura política brasileira, histórica e atualmente. Com o termo engendrado, antinômico por natureza, a autora tem exatamente o propósito de realçar o caráter paradoxal da construção da cidadania no Brasil, matizada, desde o início, pela cristalização da “cultura política da dádiva” (Sales: 1994: 1), considerada pela autora como “a expressão política de nossa desigualdade social” (idem).

No caso dos catadores de materiais recicláveis, o sentido relacional entre grupos mais abastados e aqueles menos favorecidos economicamente se materializa exemplarmente: um grupo (o dos que detêm mais recursos) consome em quantidade suficiente para gerar resíduos em grande volume com frequência, os quais são apropriados por uma parcela bem menos favorecida (haja visto o reduzido leque de escolhas em relação a meios de reprodução da vida que lhes é disponível) que, ao retirá-los dos aterros ou lixões aos quais seriam destinados, aumenta a vida útil desses locais gerando efeitos positivos para a sociedade. Cabe acrescentar que tais efeitos não são positivos apenas no sentido ecológico, havendo, ainda, benefícios econômicos, já que os catadores são, como também já apontado, o elo chave no processo de transformação do lixo em mercadoria, ou seja, são, nesse sentido, responsáveis pela criação de um mercado não somente lucrativo mas que é, também, fonte de economia de recursos para muitas indústrias, que conseguem reduzir custos com a utilização do processo de reciclagem. Todavia, como também já mencionado, muitos catadores apenas

¹⁹ O conceito de “reciprocidade hierárquica” é concebido a partir de ideias de Marshall Sahlins expressas, por sua vez, no conceito de “solidariedade hierárquica”. A esse respeito, ver Sahlins (2003).

sobrevivem com essa atividade, já que, via de regra, recebem, por ela, baixa remuneração²⁰.

O que ocorre aqui, então, é uma apropriação de recursos criados por uma determinada parcela da população por parte de outras parcelas, sejam elas os grandes atravessadores, os empresários ou mesmo os consumidores, que podem se beneficiar tanto quando os custos mais baixos de produção decorrentes da reciclagem se refletem em preços menores como pelo fato de a reciclagem, ao propiciar um aumento da vida útil do local de despejo do lixo, permitir, também, um acréscimo na vida útil do próprio padrão depredatório de consumo vigente na sociedade.

Como essas situações são percebidas pelos catadores? Como eles reivindicam seus direitos e demandas frente ao poder público e ao setor empresarial, em situações de debate, como as aqui abordadas? A percepção da realização de benefícios para a sociedade é mais relativa à questão ecológica ou à econômica? Na seção abaixo, abordamos diversas situações etnográficas em que foi possível reunir elementos para trabalhar tais questões.

3.3- Os discursos dos catadores e dos outros atores nas situações observadas

Inicialmente, é necessário que situemos os eventos etnográficos mencionados: conforme já evocado no capítulo 1, percebe-se, nas entrevistas realizadas, a evocação de uma mudança recente em relação à forma pela qual os catadores são vistos pela sociedade, fruto, em grande parte, da organização dos catadores em associações, cooperativas e movimentos sociais (o mais abrangente e conhecido, o MNCR), e, também, de algumas ações do poder público que visam promover a capacitação e a organização do segmento, bem como, num nível mais amplo, promover uma inclusão mais efetiva da categoria na cadeia produtiva²¹.

É nesse contexto que se situam cursos de capacitação (como o CATAFORTE), seminários e encontros que discutem a participação dos catadores na cadeia produtiva, audiências públicas para debater políticas como o Plano Nacional de Resíduos Sólidos

²⁰ Veja-se, por exemplo, o caso da Asmare, associação de catadores que tem renome internacional: a remuneração dos catadores associados é de apenas um salário mínimo; assim, não obstante o reconhecimento alcançado pela entidade, ela não consegue, por questões econômicas, manter uma remuneração maior.

²¹ A esse respeito, ressalte-se o próprio nome de um dos eventos: “Encontro Estadual por uma Minas com Coleta Seletiva e Inclusão Sócio-produtiva dos catadores”.

e, ainda, o Festival Lixo e Cidadania. O Festival é um evento belo-horizontino, realizado na capital mineira desde 2001, que proporciona debates a respeito de diversas temáticas caras aos catadores, sendo, então, um importante canal para a participação política da categoria. Se constitui, ainda, como espaço de encontro de catadores de diversas partes do Brasil, e, também, como o próprio nome indica, como um lugar propício à celebração e, portanto, também à valorização do grupo.

Trata-se, dessa maneira, de um lugar propício não apenas à emergência de ideias e à evocação de progressos relativos à situação dos catadores, mas, também, local onde aparecem conflitos e contradições certamente inerentes a relações tão complexas como aquelas existentes entre catadores e empresariado; catadores e poder público; catadores e sociedade. Não é inesperado, então, que, justamente nesse local de encontro, venham à tona, por parte dos catadores, demandas locais, regionais ou estruturais, bem como reivindicações a respeito do não cumprimento de leis, acordos e promessas, como veremos a seguir.

No que se refere à questão dos preconceitos sofridos pelos catadores, por exemplo, durante o Festival, na mesa “A Política de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza e a Interface com a Política de Resíduos Sólidos Urbanos”, após o secretário de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais, Wander José Goddard Borges, afirmar ter havido uma mudança positiva nesse sentido, a jornalista mediadora da mesa, Maria Inês Nassif, indagou a liderança do MNCR presente ao debate, Maria Luzia, sobre a colocação do secretário:

Maria Inês Nassif: “O secretário Wander disse que houve um grande progresso na forma como a sociedade trata os catadores, e que hoje o preconceito é menor. A senhora acha que o preconceito é menor?”

Luzia: “Na verdade, assim, o nosso país é um país de preconceito. E o nosso planeta é um planeta de preconceito. É muito difícil pra nós dizermos que não estamos mais sendo vítimas de preconceitos, em uma proporção grande, média ou pequena. Eu concordo que a nossa comunidade brasileira está tentando, cumprindo a parte dela, que é ser menos preconceituosa. Isso não significa que nós já estamos um pouco avançados em relação a preconceito. As pessoas ainda nos olham achando que nós temos que ser analfabetos, achando que nós não podemos falar bonito, porque, se nós falarmos bonito, eles ficam: “Nossa, é catador...”(...)

E aí você percebe que está inserido, em todos os momentos o preconceito, desde a rejeição, porque você não está com o perfume que a pessoa quer sentir, porque você fala um pouquinho melhor ou porque você não pode sentar na primeira classe de um avião. Isso é muito complicado ainda de afirmarmos. Acredito eu que ainda é um pouco cedo pra essa afirmação. Estamos há 10 anos de avanço,

tivemos vários e vários desafios vencidos, mas quanto a pôr preconceito, ainda numa proporção que se possa qualificar, não acredito.”

A resposta de Luzia denota uma visão distinta daquela apresentada por Madalena, Gilberto e dona Geralda nas entrevistas abordadas no capítulo 1. Assim, mesmo dentre as lideranças do MNCR, parece não haver consenso a respeito da ocorrência de uma mudança positiva com relação à forma pela qual a sociedade vê o catador. A fala de Luzia pretende, antes de tudo, trazer uma dimensão de *denúncia* dos preconceitos que vitimam os catadores na sociedade brasileira. Segundo ela, ainda que a “comunidade brasileira” “esteja tentando, fazendo a parte dela”, há, de forma muito forte, a presença do preconceito, que “está inserido em todos os momentos”.

Durante a Audiência Pública do Plano Nacional de Resíduos Sólidos em Minas Gerais o grupo de trabalho direcionado para a discussão da situação dos catadores possibilitou a colocação de demandas diversas pelos catadores presentes. Assim, exatamente no momento em que eles poderiam colocar demandas a serem registradas pelos executores das políticas públicas, ocorreram reclamações a respeito das discriminações sofridas, como podemos observar na fala abaixo, de uma catadora participante:

Quantos catadores do Brasil, não sei, pode chegar numa loja e falar: ‘Eu sou catador e posso comprar isso.’ É discriminado. Catador é discriminado. Se você chegar na prefeitura você é discriminado, você pode chegar com educação, você pode chegar humilde, você pode chegar cheirando perfume, comer caviar, quando você chega na prefeitura ou no poder público, que seja, você é mal visto. Então você tem que sair daqui é com lei no nosso direito. Lei, que obriga eles a atenderem a gente, que obrigue eles a respeitarem a gente, que obriga eles a verem a gente. Você é catadora? Você precisa de uma casa? Você paga aluguel? A lei é sua, o direito é seu. Você precisa de pagar um INPS? Aqui tá seu direito e a sua lei. Então eu acho que nós temos que lutar pelo nosso direito, qual é o nosso direito, então? Sem lei não adianta nada. Isso não é divulgado na televisão. Na televisão passa tudo, mas não passa os direitos do catador. Não passa as leis dos catadores. Qual é as leis dos catadores que passa na televisão? Não passa, nós temos que divulgar. Quem é que tem que divulgar isso?

A frase “Na televisão passa tudo, mas não passa os direitos do catador” demonstra, por parte da catadora, uma percepção de ausência, na sociedade, de uma preocupação em divulgar informações importantes para os catadores. Há, assim, na visão expressa no discurso, uma dupla sensação de negatividade da sociedade em relação à categoria. Assim, além da discriminação, descrita, aqui, como exercida pelo poder público (“Se você chegar na prefeitura você é discriminado, você pode chegar

com educação, você pode chegar humilde, você pode chegar cheirando perfume, comer caviar, quando você chega na prefeitura ou no poder público, que seja, você é mal visto”) os catadores seriam vítimas, ainda, de uma desinformação, já que leis que dizem respeito ao grupo “não são divulgadas na televisão”. Observe-se, ainda, que “lutar pelo direito” dos catadores significaria, então, além de reivindicar a legitimação de tais direitos, lutar pela sua divulgação na mídia, como se subtende da fala acima.

3.3.1- A representação do papel ecológico

Ainda a respeito dos preconceitos, observei, no Festival Lixo e Cidadania, mais algumas considerações. Uma delas consistiu em uma pergunta feita por um catador a palestrantes sobre uma associação, realizada por alguns moradores de seu município, dos catadores à promoção da dengue. Algumas horas depois, a questão foi indiretamente respondida pelo representante da Secretaria de Saúde da Prefeitura de Belo Horizonte, que palestrava no evento e que exaltou a importância da atividade dos catadores para prevenir a doença.

No que concerne à percepção dos direitos, cabe retomar aqui uma questão já abordada no capítulo 1, qual seja, a da percepção, por parte dos catadores, do *direito à coleta seletiva*, oriundo do pioneirismo do grupo na execução dessa atividade. Durante as atividades de campo, pude observar que essa percepção ocorre tanto individualmente, nas falas e reivindicações de diversos catadores, como coletivamente, já que se trata de um tema apropriado pelo MNCR.

Assim, em todo o trabalho de campo e também na pesquisa de fontes escritas realizados observa-se que o discurso mais forte dos catadores é, precisamente, por tal direito. Veja-se o trecho abaixo, extraído do “Programa de luta e organização nas bases do Movimento”, que consta no site do MNCR:

O MNCR luta pela coleta seletiva feita pelos catadores por acreditar que nós somos os primeiros agentes ambientais a reciclar a matéria prima que grande parte da sociedade chama de lixo. (MNCR: 2012).

Aqui, de forma muito clara, fica nítida a reivindicação pelo *direito à coleta seletiva*, justificada pela premissa de que os catadores teriam sido “os primeiros agentes ambientais” a promover a atividade de reciclagem do que “grande parte da sociedade chama de lixo”. Note-se, ainda, a contraposição implícita entre os catadores, “primeiros

agentes ambientais a reciclar a matéria-prima” e a sociedade, que “chama de lixo” tal material.

Outro exemplo bastante claro da percepção desse *direito* ocorreu também no Festival Lixo e Cidadania, quando um catador pediu a palavra e descreveu uma situação ocorrida em sua cidade, onde, até recentemente, grande parte dos resíduos eram doados aos catadores, até que uma indústria descobriu o valor potencial do material e parou de repassá-los ao grupo. A indignação expressa pelo catador diante de tal fato demonstra ainda mais, então, a presença de um sentido de *propriedade* dos resíduos recicláveis pelo grupo, sentido este que legitima o “direito à coleta seletiva”.

Uma forte reivindicação se faz presente, assim, em relação ao reconhecimento do trabalho dos catadores por parte da sociedade. É nesse sentido que ocorre uma forte apropriação, tanto pelo MNCR como também por políticas governamentais, do catador como “agente ambiental” e “educador ambiental”. A exigência de um reconhecimento em relação aos serviços ambientais prestados pelos catadores pode ser observada, então, tanto nos discursos de diversos catadores organizados, notadamente os integrantes do MNCR, como também em apresentações realizadas pelos organizadores de cursos de capacitação e seminários (sendo estes integrantes do MNCR, membros de organizações não governamentais e, por vezes, representantes de órgãos governamentais, em geral nas instâncias federal e estadual do executivo) para grupos de catadores.

Um exemplo marcante disso foi observado durante a cerimônia de diplomação dos catadores participantes do CATAFORTE: os formandos, divididos em três grupos, realizaram apresentações teatrais a respeito de temas trabalhados ao longo do curso. Em duas das apresentações, foi enfática a conexão entre aspectos ecológicos e as atividades dos catadores. O nome escolhido pelos integrantes para um dos grupos, “Catadores unidos por um Planeta Verde”, evoca claramente a questão ambiental. Em outro grupo, denominado “Unidos Aprendemos”, os participantes realizaram uma encenação em que transeuntes jogavam lixo na rua e eram repreendidos por catadores, situação que retrata, sem dúvida, o autorreconhecimento do grupo de um papel ativo na higienização e preservação do meio-ambiente.

Encenações teatrais são comuns nos eventos, havendo, inclusive, um grupo de teatro formado por integrantes do MNCR, o “Cara e Coragem”, a quem compete realizá-las. Durante o “Seminário Regional sobre a aplicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e a constituição de redes de organizações de catadores”, houve uma

dessas apresentações. Na encenação, os atores apresentaram uma situação em que a prefeita de uma cidade do interior de Minas Gerais conversava com o representante de uma grande empresa americana que realizava atividades de incineração. Na cena também estava presente uma catadora, que se opunha à proposta da incineração como opção para solucionar a questão do lixo no município. Após a encenação, os atores escolheram uma catadora da plateia para subir ao palco, e ela participou da atuação. Um trecho de sua fala está transcrito abaixo:

O povo brasileiro é solidário e tá muito contente com a reciclagem. (...) Eu nunca tive doença nenhuma, porque o nosso país é um país muito saudável. Aqui não tem incineração. A terra é farta e boa e tudo o que se planta dá. Incineração dá câncer.

A encenação foi finalizada com esse diálogo entre o ator que fazia o papel de “incinerador” e a catadora, que se manteve firme na argumentação das vantagens da reciclagem em relação à incineração. O animador concluiu a cena perguntando à plateia: “Deu pra entender?”. Em primeiro lugar, percebe-se, aqui, mais uma vez, a positividade associada à figura da catadora/ catador. Ela é, não por acaso, confrontada ao empresário da incineração, atividade que se contrapõe à reciclagem com opção para a destinação de resíduos.

Tendo em vista que a reciclagem é, historicamente, a fonte de sobrevivência possível para os catadores pela via do trabalho honesto, e considerando, ainda, que a Política Nacional dos Resíduos Sólidos, ao promover regulamentações inéditas com relação à destinação dos resíduos, possibilita oportunidades econômicas bastante significativas, não é surpreendente que o MNCR promova, através de instrumentos como as encenações mencionadas acima e cartazes e textos em *sites* e redes sociais, uma campanha sistemática contra a incineração. Utilizando o lema “Deus recicla, o Diabo incinera”, o movimento se apropria, assim, de uma densa carga simbólica, expressa aqui através de um forte apelo a elementos religiosos, para combater veementemente as práticas e pretensões das indústrias de incineração e defender, não menos enfaticamente, que a reciclagem, via a coleta seletiva realizada pelos catadores, se configure junto ao Estado e à sociedade brasileiros como a alternativa mais viável para a destinação dos resíduos. Esta viabilidade é, assim, justificada pelo grupo em função de elementos simbólicos relativos a dimensões nos âmbitos social (“O povo brasileiro é solidário e tá muito contente com a reciclagem”), ambiental/ campo da saúde (“Incineração dá câncer”) e religioso (“Deus recicla, o Diabo incinera”).

Cabe ressaltar que a apropriação e associação constante do catador à bandeira ambiental só é possível em virtude de ele desempenhar, de fato, um papel ecológico, como já evocado. No entanto, como já abordado no capítulo 1, tal papel permaneceu, por muitas décadas, invisível para a própria sociedade e também para grande parte dos próprios catadores, que só se apropriam do “discurso ambiental” no momento em que se organizam e percebem que realizam um serviço importante e ambientalmente correto para a sociedade. Esta, nas últimas décadas, também passa a incluir a “questão ambiental” na pauta da sua agenda, ainda que essa inclusão ocorra a partir de ações/apropriações/discursos bem diversos, nem todos legítimos no sentido de implicarem ações efetivas em prol da natureza, ou mesmo, simplesmente, de um modelo econômico mais sustentável. Não obstante, o que se pretende ressaltar, aqui, é que, com a ascensão da bandeira ambiental, diversos setores passam a utilizá-la em seus discursos, o que denota que, aos olhos de parte expressiva da sociedade, “ações ecologicamente corretas” que “preservem o meio-ambiente” adquirem um valor inédito.

É justamente nesse contexto que os catadores, assumindo um nexos causal que imbrica a questão ecológica, o pioneirismo na coleta seletiva e as políticas públicas recentes relativas à destinação dos resíduos, passam a reivindicar o reconhecimento dos serviços prestados à sociedade. A ascensão do “paradigma ambiental”, a descoberta recente de outros atores de que o lixo pode virar mercadoria, a organização dos catadores como categoria profissional, bem como a elaboração de políticas públicas voltadas ao direcionamento correto dos resíduos, notadamente a PNRS, passam a configurar uma nova ordem no que diz respeito ao destino do lixo na sociedade brasileira. Agora, prescrições legais, orientações ambientais e novas descobertas econômicas são fatores que irão adquirir peso significativo nas decisões dos executores/elaboradores de políticas públicas, empresários, e, em alguns casos, dos próprios consumidores. Num plano que antes envolvia, diretamente, apenas os catadores, atravessadores e indústrias de reciclagem, passam a operar novos sujeitos, impelidos a agir aqui seja para seguir a lei, preservar o meio-ambiente ou auferir lucros em um mercado até então subterrâneo, mas que, agora, é cada vez mais visível.

3.3.2- *Reciclagem, consumo e poder*

Numa ordem social que atribui valor máximo ao *consumo*²², tanto no que diz respeito à atribuição de status social como no que concerne ao funcionamento da economia- pois não podemos esquecer que estamos, aqui, numa sociedade que opera em função de sua economia (POLANYI: 2000), e, tampouco, que se trata de uma economia que tem como um dos motores de seu funcionamento justamente o consumo- anuncia-se aqui, então, um dado novo. Em meio à continuidade do império do consumo, expressa, dentre outros, na obsolescência programada; nos créditos desenraizados de bases reais; nas expressivas desigualdades de recursos entre os indivíduos, as quais impedem, em grande parte, esse enraizamento; e, ainda, sobretudo, na criação programada, constante e crescente de novos objetos a serem consumidos, emerge um outro objeto de valorização, tão concreto e abstrato como o próprio consumo, pois é justamente o seu reverso: a *reciclagem*. Tanto, como já evocado, por razões originadas de preocupações éticas (sejam estas oriundas de preocupações ambientais ou legais), como por puro interesse econômico, a reciclagem ascende como valor, pois reciclar quer dizer, aqui, respectivamente, “consumir menos” / “auferir lucro em um novo mercado”²³.

Quais são os efeitos dessa valorização inédita da reciclagem? Ela poderá se repercutir sobre os catadores, promovendo o seu efetivo reconhecimento como protagonistas pioneiros de uma atividade só muito recentemente valorizada pela sociedade? Eles conseguirão uma remuneração pelos serviços prestados à sociedade que os faça sair do grupo dos mais pobres da população?

Muitas das reivindicações dos catadores observadas nas audiências, encontros, seminários e cursos observados realizam-se exatamente no sentido de tentar fazer com que essa questão seja respondida de forma afirmativa. A própria reivindicação da

²² Não obstante o consumo se constituir aparentemente como um aspecto *material* da sociedade, não se pode deixar de levar em conta os papéis simbólicos exercidos por esse fenômeno. Segundo Appadurai, “o capitalismo não representa apenas um esquema tecnológico e econômico, mas um complexo sistema cultural com uma história muito especial no Ocidente moderno.” (APPADURAI: 2010: 69). Diversos autores analisaram as dimensões simbólicas do consumo. Alguns, como Veblen (1987), Bourdieu (2008) e Baudrillard (2009) enfatizaram a sua dimensão distintiva, que, sem dúvida, se relaciona diretamente à ordem cultural dada. No campo da Antropologia, também com uma ênfase simbólica, cabe destacar as abordagens de Sahlins (2007a) que enfatiza a subjacência da dimensão cultural na escolha dos bens de consumo; e de Douglas e Isherwood (2009), que realizam uma importante reflexão a respeito dos significados antropológicos do fenômeno.

²³ Reciclar, ainda no sentido aqui denominado “econômico”, pode significar, também, “reduzir custos”, como já mencionado.

utilização da categoria “catadores de materiais recicláveis” simboliza, exemplarmente, a exigência por respeito, já que, como já evocado no capítulo 1, o termo “lixo” induz associações com algo de “pouco valor”, descartado. Assim, assumir a autodefinição de “catadores de materiais recicláveis” implica a apropriação de uma associação a elementos menos negativos, fato este que tem alto valor simbólico.

A entrevista de Tião no “Programa do Jô”, mencionada no capítulo 2, teve repercussão intensa em várias associações e grupos de catadores, que se apropriaram da correção para reivindicar que a sociedade pare de classifica-los através do termo “catadores de lixo”. A fala de Tião, além de alcançar repercussão provavelmente inaudita para a categoria, se tornou, também, uma referência para catadores de diversas partes do Brasil: durante o Festival Lixo e Cidadania, pude observar uma apropriação da fala, quando um catador presente pediu a palavra e, fazendo referência ao discurso do líder de Gramacho, reivindicou que o grupo fosse sempre denominado de “catadores de materiais recicláveis”.

Também observei uma reclamação semelhante em uma apresentação realizada por Gilberto para os catadores participantes do CATAFORTE. O líder afirmou que os meios de comunicação “demonizam a Economia Solidária”, chamando os catadores de “catadores de lixo”, mesmo sabendo que eles são “catadores de material reciclável”.

Na mesma apresentação, também observei Gilberto ressaltar a importância dos catadores na cadeia de reciclagem:

Quem cata o material é nós. Quem cria o material é nós. Fazemos 90% do trabalho e 90% do dinheiro tinha que ser nosso. (...) É nós quem faz aquele material retornar ao ciclo de vida. Então quem tem que monopolizar o preço é a gente. É uma questão de justiça social. (Gilberto, em módulo do Cataforte, agosto de 2010)

A afirmação “Quem cria o material é nós” é bastante ilustrativa: conforme já referido no capítulo 1, a descoberta da possibilidade de aproveitamento/ transformação do material reciclável descartado foi realizada pioneiramente pelos catadores; como já apontado, é esse pioneirismo que faz com que eles reivindiquem o direito de terem precedência na utilização do material para fins econômicos. Como também já referido, são os catadores que realmente “criam” o material, ao constituírem precisamente o elo da cadeia que, ao coletar os resíduos, promove a transformação do lixo em mercadoria. Esse fato, além de ser do conhecimento de muitos catadores pertencentes a movimentos

sociais, e, por vezes, também daqueles filiados a associações / cooperativas, é, ainda, utilizado por outras organizações, em apresentações realizadas em diversos eventos, para ilustrar para uma plateia constituída predominantemente por catadores que eles detêm este “poder”, como podemos observar pelo exemplo abaixo:

Belo Horizonte, outubro de 2011, Audiência Pública do Plano Nacional de Resíduos Sólidos em Minas Gerais. Um mágico realiza uma apresentação para a plateia, constituída por catadores e membros de organizações governamentais e não governamentais. Após a apresentação, na qual folhas de papel “entram” na cartola e “saem” notas de dinheiro, ele afirma: “Só os catadores têm o poder de transformar papel em dinheiro”.

É, então, justamente o “poder de transformar papel em dinheiro”, que “só os catadores têm” que é transposto em metáfora encenada, não por acaso, por um “mágico”, fato este que atesta o quão inusitado e específico pode ser considerado o raio de atuação desses trabalhadores. Há, certamente, aqui, também um componente de uma dimensão conscientizadora, segundo a qual se pretende informar, aos catadores, que eles “têm o poder”. Esta dimensão compõe a atuação não apenas de integrantes do MNCR, como se apreende pela referências realizadas aos discursos de Gilberto, mas, também, de funcionários de organizações não-governamentais organizadores de seminários e executores de cursos de capacitação, e, ainda, de alguns representantes de instâncias governamentais simpáticos às causas dos catadores.

Assim, conforme pude observar durante as atividades de campo, essa conscientização é apropriada de formas bastante peculiares pelos catadores participantes de cursos, encontros, seminários e audiências. Transcrevo, abaixo, novamente, a fala proferida por Seu Luiz, catador participante do CATAFORTE, durante uma discussão, em grupo, integrante de uma sessão denominada “Democracia, poder e gestão social”:

De primeiro nós éramos escravos. Hoje nós somos poderosos. A reciclagem dá poder. (...) De primeiro nós éramos escravos. Hoje a gente vota em quem a gente quer. (...). A sua própria cabeça é o seu mestre. (...) Nós precisamos andar é bonito. Precisamos andar cheirosinho. Precisamos comer bem.

Chama a atenção, especialmente, a afirmação “a reciclagem dá poder”. Embora não tenha sido explicitado ao que exatamente se associa essa ideia de poder, pode-se, diante dos alguns fatos observados, concluir que a concepção da relação reciclagem/poder é baseada na recente valorização da atividade possibilitada pela

ascensão do paradigma ambiental que enuncia a necessidade de “reciclar, reduzir, reutilizar”, discurso adotado notadamente por alguns atores específicos.

No entanto, ainda que o *ethos* preconizado em discursos de líderes do MNCR e outros atores simpatizantes da categoria possa ser apropriado por catadores em situações diversas, as condições externas permanecem, em vários casos, desfavoráveis aos grupos de catadores. São assim recorrentes, nos eventos abordados, relatos de catadores de diversas localidades do estado e do país a respeito de problemas relativos ao não cumprimento de condições legais por parte de prefeituras ou de acordos firmados por empresas, bem como da falta generalizada de apoio de entidades governamentais, expressa em carências diversas, como a necessidade de caminhões, prensas, galpões²⁴, etc. Essas demandas são, em geral, expressas através de “pedidos de ajuda”, que, sem dúvida, nos remetem aos conceitos associados à ideia de *dádiva*. Assim, a reivindicação de condições necessárias para formar uma infraestrutura mínima de trabalho, quando não realizada sob o signo da *obrigação (direito)*, mas sim da *ajuda (dádiva)*, expressa, de forma nítida, a reprodução de uma situação em que os catadores constituem o lado hierarquicamente inferior de uma relação desigual, em que o outro lado (governo/empresas ou qualquer presente que possa “ajudar” os catadores), superior na hierarquia, decide se *dá* ou não a ajuda requisitada.

A medida governamental, incluída no decreto 5940, que estabelece que órgãos públicos federais devam doar os materiais que descartam para os catadores, oficializa a *doação*, que é, assim, transformada em *lei*. As dimensões da *dádiva* e do *direito*, então, se fundem aqui. A esse respeito, presenciei, na Audiência que discutiu o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, uma reclamação de catadores a respeito de entidades que não estariam cumprindo a medida, e, posteriormente, uma conclamação do representante do Ministério do Meio Ambiente para que os catadores relatassem o não cumprimento do decreto possibilitando que o Ministério exercesse, junto às entidades do governo, um papel de fiscalização.

²⁴ Não raro, catadores não dispõem de locais para realizar o armazenamento e a separação de materiais, e estes são feitos, então, de forma improvisada, por vezes no espaço da rua (lembre-se, por exemplo, do caso dos catadores da Asmare antes da constituição da Associação). Durante o trabalho de campo, cheguei a conversar com catadores que realizavam tais atividades na própria residência.

Uma confluência dos signos da dádiva e do direito também acontece em outras reivindicações dos catadores. Vejamos os seguintes dizeres de uma catadora presente à Audiência:

Então eu queria dizer que se colocasse uma lei, que abatesse no imposto da casa, do bairro que mais ajudasse a coleta seletiva, aí teria um abatimento na água, na luz, alguma coisa assim. Aí iria ajudar, porque se a população não ajudar, o prefeito pode fazer o que ocês quiser, que não vai conseguir.

A fala inclui, assim, simultaneamente, reclamações no campo jurídico (na requisição da lei) e no da *ajuda* (quem mais “ajudasse” a coleta seletiva teria um abatimento). Trata-se, então, novamente, de uma institucionalização da *dádiva*, a qual, caso concretizada, se tornaria *direito*, analogamente ao caso do material das repartições públicas.

Outras reclamações realizadas por catadores no campo do direito também presenciadas durante a Audiência que merecem destaque são: a reivindicação de uma bolsa de educação para os catadores e a menção da possibilidade de que eles tivessem “um tempo na televisão, pra poder ensinar os moradores, pra eles então tá mandando o lixo pra cooperativa”. É interessante, aqui, notar que, enquanto a primeira reclamação é relativa a um desejo por uma qualificação inacessível para muitos que sobrevivem da catação, a qual é atingível para outros segmentos da sociedade, a segunda reivindicação expressa, por sua vez, a possibilidade de os catadores “ensinarem os moradores”. A condição dos catadores é expressa, nessa contraposição, de maneira bastante peculiar e interessante, pois, se eles reivindicam condições de aprendizado acessíveis até então somente a outros setores sociais, nem por isso deixam de reivindicar, para si, o reconhecimento de um lugar onde também são passíveis de ensinar.

No que diz respeito a acordos não cumpridos por empresas, pude, no Festival Lixo e Cidadania, presenciar situações de *denúncia*, como a realizada por um senhor que trabalha como catador em Gramacho, quando afirmou que a Coca-Cola não estava cumprindo promessas relativas a um programa que incentivaria a destinação, à empresa, do material coletado pelos trabalhadores.

Outras reivindicações são concernentes à capacidade das próprias indústrias de reciclagem, consideradas insuficientes para a demanda oriunda da quantidade de material recebida por algumas associações. Assim, durante a Audiência Pública para

discussão do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, pude observar uma colocação de Dona Geralda relativa à carência de tais indústrias em Belo Horizonte:

A minha preocupação é porque a gente tá trabalhando pra dar incentivo às associações, mais coleta seletiva, mas não estamos pensando em como é que nós vão trabalhar que eles possam gerar mais fábrica, né...Porque eu tô lá, com quatro box de vidro, e não acha mercado de jeito nenhum... Eu acho que nós catadores tem que começar a pensar se o governo vai criar fábrica pra nós, né, entregar o nosso material, porque fica difícil. (...) Eu acho que a gente tem que começar a procurar também fábrica... Aqui em Belo Horizonte nosso papel vai pro Rio, São Paulo (...) Por que não uma fábrica aqui, em cada município, sei lá(...). Não adianta aumentar a coleta seletiva e obrigar os governos do estado a estar doando material pra nós se nós não tem como escoar esse material rápido, né. Eu acho que nós tem que pensar nisso... Tem muita pouca fábrica pra nós trabalhar.

A fala de dona Geralda expressa uma condição essencial para a realização da reciclagem: a presença das indústrias. Assim, como ela afirma, “Não adianta aumentar a coleta seletiva e obrigar os governos do estado a estar doando material pra nós se nós não tem como escoar esse material rápido”; em outras palavras, condições legais que imponham a doação aos catadores do material descartado são insuficientes se não há indústrias para promover a sua reciclagem. O caso do vidro, mencionado por dona Geralda, é exemplar nesse sentido: embora a associação receba volume significativo de doações do material, não há interesse econômico pronunciado, por parte de empresários do ramo, em promover a reciclagem do material, fato que inviabiliza a sua comercialização pelos catadores.

Nesse sentido, vale lembrar que, por não controlarem o processo industrial da reciclagem, os catadores são dependentes dessas indústrias, fato que os leva a estarem sujeitos a situações como a mencionada acima. Dessa maneira, além de estarem submetidos ao preço em geral definido pelos grandes atravessadores (no caso de BH, por exemplo, a concentração econômica do setor é grande), os catadores encontram-se, também, subordinados aos interesses econômicos das indústrias. Há, ainda, uma dependência do grupo em relação àqueles que produzem a condição mais indispensável para a realização do seu trabalho: os que descartam o material. Em outras palavras, trata-se exatamente, dos *consumidores*, que, seja ao produzir o “lixo” a partir da simples descarte dos resíduos (que pode ser feito sem a disposição correta, por parte do consumidor, quando ele mistura o lixo reciclável ao orgânico, ou da forma adequada, quando esses dois tipos de resíduos são separados) seja através da doação dos resíduos

aos catadores, criam, num sentido mais literal do que aquele utilizado por Gilberto, o material reciclável. Num sentido ainda mais preciso, a criação do material ocorre numa etapa ainda anterior, qual seja, a da indústria responsável pela produção dos bens que se tornarão resíduos integral ou parcialmente (embalagens, por exemplo).

3.4- Catadores e sociedade: interdependência

É, portanto, numa relação de interdependência que se encontram catadores de materiais recicláveis, consumidores e produtores de bens. Essa relação é constituída de forma complexa, a partir de um conjunto de interseções entre as atividades exercidas por cada um desses segmentos. Assim, como já apontado, os catadores sobrevivem, seja diretamente (através do aproveitamento de resíduos de alimentos, roupas, etc, como pudemos ver principalmente no capítulo 2) ou indiretamente (via a venda do material reciclável coletado) dos resíduos descartados pelos produtores ou consumidores de bens; estes, por sua vez, obtêm, através da atuação dos catadores, benefícios diversos: os produtores, via a redução de custos propiciada pela economia de energia que resulta do processo de reciclagem; os consumidores, por sua vez, podem se beneficiar de eventuais reduções nos preços decorrentes dessa economia nos custos como, também, do aumento na vida útil dos aterros propiciado pelo trabalho dos catadores, que, repita-se, beneficia, nesse sentido, sociedade e natureza integralmente. No contexto recente da ascensão da bandeira ambiental, produtores e consumidores são, ainda, beneficiados pela atividade dos catadores também no plano simbólico, já que produtos que “ajudem a preservar o meio-ambiente”²⁵ são dotados, agora, de uma carga simbólica positiva aos olhos de parte dos consumidores.

No entanto, tais benefícios decorrem de a atividade de recolher materiais ter se constituído, para os catadores, como meio encontrado para sobreviver através do trabalho. Como observado pelos exemplos empíricos analisados nos capítulos 2 e 3, este fato ocorreu em função de tais pessoas, em grande parte das vezes, não encontrarem outras alternativas de trabalho, fosse via o mercado formal, ou mesmo via serviços informais que lhes seriam preferíveis ao trabalho como catadores; em outras palavras,

²⁵ A noção de dádiva parece estar contida também na máxima de “ajudar o meio-ambiente”, a qual sintetiza uma concepção antropocêntrica, característica das sociedades ocidentais contemporâneas, de superioridade do poder de ação do ser humano em relação à natureza. Assim, comumente, mesmo assertivas como a citada, que buscam colocar ser humano e natureza em planos alinhados, trazem embutidas, nesse sentido, uma oposição entre nós (ser humanos) e ela/ ele (natureza/ meio-ambiente).

os catadores são, nesse sentido, excluídos pela sociedade da obtenção da sobrevivência através de diversos empregos/ trabalhos socialmente legitimados; o trabalho na catação, historicamente, implica, para aqueles que o exercem, a associação a estigmas e preconceitos comumente utilizados por diversos setores da sociedade; implica, também, a exposição a riscos não desprezíveis à saúde; e, ainda, uma exposição a indefinições em virtude da dependência de decisões de outros sujeitos, como atravessadores (os grandes atravessadores definem os preços das mercadorias); empresários do ramo da indústria da reciclagem e os próprios consumidores (em grande parte responsáveis pelo volume dos resíduos recolhidos pelos catadores).

No sentido econômico, os catadores de materiais recicláveis ocupam, assim, uma posição paradoxal: responsáveis pela transformação do lixo em mercadoria de interesse de grandes indústrias e, portanto, sob um ponto de vista, pela própria existência do mercado da reciclagem, integram, nesse sentido, o cerne de um amplo circuito relativo à produção e ao consumo de bens; não obstante, ocupam, economicamente, também uma posição marginal: sendo rejeitados por um mercado de trabalho que lhes oferece poucas oportunidades, e possuindo, portanto, baixo poder aquisitivo, são, como consumidores, de pouco interesse para um sistema que se sustenta às custas de um grande volume de consumo.

No sentido social²⁶, como já apontado recorrentemente em todos os capítulos deste trabalho, os catadores são, historicamente, objeto de marginalização e preconceitos. São, então, social e economicamente, vítimas de uma exclusão, em relação, a saber: ao mercado de consumo, sendo necessário mencionar que os catadores dão contribuição significativa para a reciclagem de produtos aos quais muitas vezes não têm acesso como bens de consumo, somente como *resíduos*; ao mercado de trabalho que, como visto recorrentemente nos capítulos 1 e 2, não propiciou a muitos catadores alternativas de emprego; a um tratamento não preconceituoso da sociedade em relação ao ofício que exercem; a diversas condições garantidas como direitos sociais básicos pela Constituição de 1988, como moradia, saúde, alimentação e educação; a uma

²⁶ Embora certamente o “econômico”, em qualquer forma que se queira usar para defini-lo, seja parte integrante do “social”, apartamos, aqui, ambos os domínios a fim de possibilitar uma reflexão mais incisiva, já que a separação entre ambas as esferas constitui uma característica marcante da nossa sociedade, aqui analisada. Um balizamento fundamentado e instigante a respeito dessa reflexão pode ser encontrado em Polanyi (2000).

remuneração suficiente para suprir as necessidades também mencionadas pela Constituição²⁷.

²⁷ A esse respeito, veja-se o conceito de “salário mínimo necessário” (DIEESE:2012) e as discrepâncias de valor entre este conceito e o salário mínimo “efetivo”. Reitere-se que muito catadores chegam, inclusive, a ganhar remuneração inferior ao próprio salário mínimo *de fato*.

CONCLUSÃO- LIMINARIDADE E EXCLUSÃO: ESTADO PERMANENTE OU TRANSITÓRIO DEFINIDOR DAS RELAÇÕES ENTRE OS CATADORES E A SOCIEDADE BRASILEIRA?

“Sou catador, mas sou cidadão também.”

(líder do MNCR em apresentação durante o CATAFORTE)

A descrição realizada no final capítulo 3 enseja a possibilidade de utilização do termo *exclusão* para definir as relações cultural e historicamente constituídas da sociedade brasileira com os catadores. Escorel (2006) ressalta que, no contexto original onde foi postulado como vocábulo da teoria social, a França das décadas de 1980 e 1990, o conceito de exclusão era relativo a pessoas que haviam se tornado supérfluas à esfera de produção da ordem capitalista. A autora propõe, então, que, no contexto brasileiro (onde, diferentemente do francês, não houve uma inserção da população nos campos do trabalho e da cidadania previamente às modificações mencionadas) sejam levados em conta outros fatores para definir uma situação na qual o termo possa ser aplicado. É assim que ela considera que, no Brasil, a exclusão social pode ser caracterizada como “um processo de vulnerabilidade, fragilização e ruptura dos vínculos em várias dimensões na vida social” (ESCOREL: 2006: 258), ampliando, então, a aplicabilidade do termo original para outras esferas além daquela relativa ao mundo do trabalho. Em outras palavras, a autora considera necessário que “o conceito de exclusão social tenha por referência o campo da pobreza e das desigualdades sociais em suas múltiplas dimensões e não apenas a necessária porém insuficiente relação com a esfera do trabalho” (idem: 263).

Consideramos que, ao exercerem seu ofício muitas vezes em virtude de não encontrarem outras alternativas de trabalho, tanto no mercado formal como no informal, como pudemos ver em algumas entrevistas (casos de Gilberto, d. Geralda e Madalena) e em relação a vários dos catadores presentes nos filmes abordados (em *Lixo Extraordinário*, explicitamente Suelem, Magna, Zumbi; em *Boca de Lixo*, casos de Lúcia, Zulmira e vários outros personagens), os catadores de materiais recicláveis

podem ser caracterizados por uma situação de exclusão conforme é preconizado pela utilização original do termo. Assim, em muitos casos, é exatamente porque o mercado de trabalho formal e o de outras atividades que lhes seriam preferíveis as excluem que tais pessoas vão buscar sua sobrevivência catando os resíduos. Muitas vezes, como também já mencionado, elas começam a atividade desde muito cedo, acompanhando os pais, havendo, então, um histórico familiar de sobrevivência através desse trabalho e também da exclusão de outras atividades.

Não obstante, no que se refere a alguns aspectos do sentido apontado por Escorel, observamos que os catadores são, também, excluídos: a sua desvinculação das esferas do consumo, dos direitos sociais e de um tratamento não-preconceituoso se constitui de forma estrutural, e, embora haja um contexto macroeconômico desfavorável nas décadas de 1980 e 1990, ele não é a causa principal- mas sim, antes, um acirramento- das condições de vulnerabilidade social que caracterizam as vidas de muitas dessas pessoas. Como já apontado, dona Geralda e Madalena, por exemplo, seguem um histórico familiar de, respectivamente, mãe e pai que trabalhavam como catadores ainda na primeira metade do XX, fato que atesta que, já nesse contexto mais antigo, o modelo socioeconômico não pretendia inseri-los.

É, assim, de maneira antitética que muitos catadores estão historicamente excluídos do sistema econômico como consumidores (por receberem remuneração muito baixa) e como trabalhadores formais ou que realizem outros serviços legitimados pela sociedade, como o de empregada doméstica, ao mesmo tempo em que constituem um elo fundamental na cadeia econômica da reciclagem, já que são os responsáveis pela transformação do lixo em mercadoria, sendo, num certo sentido, os próprios criadores de tal mercado.

Nesse sentido, os catadores se encontram em uma situação paradoxal, como tantas vezes já afirmado aqui: elo fundamental na concretização da cadeia econômica da reciclagem, deixam, muitas vezes, de ter acesso aos próprios produtos criados por ela; vistos, muitas vezes, pela população sob o estigma da sujeira, se representam como os que “educam” as pessoas a não jogarem o lixo na rua; tratados, historicamente, pelo poder público como marginais, chegando, inclusive, a serem alvo de ações repressoras como as relatadas no capítulo 1, vêm sendo, recentemente, considerados por várias instâncias das esferas governamentais como “agentes ambientais” e “educadores

ambientais”; apesar do histórico estrutural de *exclusão* e marginalização, expresso, ainda, por ações de prefeituras municipais que não os veem como parceiros, e sim como inimigos, vêm sendo alvo, também, de tentativas de *inclusão* através da PNRS e de várias ações efetuadas por agentes do poder executivo, como mencionado no capítulo 3.

É, então, sempre entre os signos de uma exclusão explícita e de uma inclusão indireta ou incipiente que os catadores se situam na sociedade, o que nos leva, então, a evocar fortemente o conceito de liminaridade conforme proposto por Turner (2008) para elaborar uma abordagem teórica relativa às posições ocupadas pelos catadores na sociedade. A partir de ideias inicialmente introduzidas por Van Gennep (2011), que demonstrou a existência de um período liminar no estudo de diversos rituais, Turner utiliza o conceito de liminaridade para representar também “o ponto intermediário numa entre duas posições da sequência de status” na estrutura social (Turner: 2008: 221). O autor considera, ainda, a possibilidade incipiente de utilizar o conceito para se descrever também um *estado*, e não apenas uma *passagem*. (idem, 243).

O sentido de liminaridade proposto por Turner pode servir como referência interessante para que analisemos a situação dos catadores de materiais recicláveis na sociedade brasileira²⁸. Assim, é possível, inicialmente, tecer um paralelo entre a própria sucessão de posições rituais descrita por Turner e as situações vividas pelos catadores no que diz respeito às suas relações com a sociedade: inicialmente, muitos catadores passam por um processo de *separação* : antes empregados (nas entrevistas, Gilberto; nos filmes, Magna (*L. E.*) e personagens que perdem o emprego em *B. L.*) participam da ordem estrutural; em seguida, passam, então, a ocupar um status de *liminaridade*, caracterizado, segundo Turner, pela ambiguidade de status do sujeito ritual bem como por sua “invisibilidade nos termos da definição padrão da sua cultura” (TURNER: 2008: 216). É assim que observamos muitos catadores, notadamente em *B. L.* (observe-se a fala de Jurema de que “Ninguém vai ajudar”) passarem pela situação de invisibilidade, seja esta explícita ou simbólica, marcada, neste caso, pela falta de ações do poder público e da sociedade para incluir os catadores como cidadãos e sujeitos com direitos sociais e econômicos garantidos; na terceira fase, segundo Turner, a

²⁸ Embora o autor conceitue outros termos que também podem ser aplicados aos catadores, como “marginalidade”, “outsiderhood” e “inferioridade estrutural”, preferimos o termo “liminaridade” como mais apropriado para caracterizar as relações entre catadores e sociedade brasileira. Justificamos tal preferência em virtude de a ambiguidade, característica marcante da liminaridade, estar fortemente presente no âmbito de tais relações, como apontado.

consumação da passagem se expressa no retorno do grupo ou do sujeito à estrutura social (idem) e ocorre, muitas vezes (mas, como sublinha Turner, não necessariamente) em uma posição mais elevada.

O material reciclável, como já aventado no capítulo 1, possui um status liminar na medida em que não é mais “lixo”, já que foi apropriado pelos catadores, que lhe darão uma destinação com sentido de utilidade, e tampouco já é “mercadoria”, já que ainda não foi comercializado.

A contraposição entre catadores e sociedade, representando, respectivamente, o limiar da estrutura social e a própria estrutura²⁹, conforme caracterizado por Turner, é expressa na desavença relativa à própria denominação do grupo: para a maior parte da sociedade, são “catadores de lixo”; para eles mesmos, conforme apontado diversas vezes, são “catadores de materiais recicláveis”. A diferenciação realizada nesse sentido pelos catadores expressa não apenas uma reivindicação por respeito e reconhecimento, como também já apontado, mas, também, uma contraposição em relação à sociedade no que diz respeito ao tratamento dos resíduos, como podemos ver claramente nos discursos do movimento nacional dos catadores.

Também de acordo com Turner, momentos de liminaridade são marcados pela associação de categorias da cultura / estrutura aos mitos, símbolos e rituais (TURNER: 2008). Assim, a máxima do MNCR para defender, no campo simbólico, a prática da reciclagem em contraposição à da incineração (“Deus recicla, o Diabo incinera”) pode, aqui, ser considerada como dotada de grande apelo nesse sentido. A associação da incineração ao “diabo” se faz possível, em parte, devido a uma mitologia de grande alcance na sociedade que associa essa figura representativa do mal ao fogo, que é presente explicitamente na incineração.

No entanto, a ação do fogo também pode se voltar contra os catadores de outra forma: recentemente, ocorreram, em dois municípios do interior de Minas Gerais, incêndios em galpões de organizações de catadores, os quais foram considerados pelos técnicos que avaliaram os locais como tendo sido originados intencionalmente. Foram relatadas, simultaneamente, a existência de reclamações pela população vizinha dos

²⁹ O conceito de estrutura utilizado por Turner se refere a uma noção da sociedade “enquanto um sistema diferenciado, segmentado de posições estruturais” (TURNER: 2008: 221).

galpões relativas a mau-cheiro e infestação de agentes patogênicos oriundos dos galpões. Tais acontecimentos indicam fortemente a possibilidade de os incêndios terem sido provocados por pessoas que desejavam que os galpões não se situassem ali. Este fato, por sua vez, atesta a existência de conflitos entre catadores e parte da população, os quais talvez devessem ser mediados e solucionados pelo poder público de forma a contemplar os interesses de ambos os grupos. Além disso, como já mencionado, deve-se ressaltar que a sujeira e a proliferação de agentes patogênicos nos galpões são, em grande parte, fruto da maneira como os resíduos são despejados pelos consumidores, já que, como foi referido no capítulo 1, predomina, na sociedade, uma concepção que não considera necessária a limitação dos resíduos no campo da produção, a qual é associada à desconsideração da necessidade de se separar o lixo orgânico do reciclável, sendo que, mesmo onde há uma concepção de tal separação, inexistem, na maior parte das vezes, uma prática adicional de higienização dos resíduos recicláveis e, em muitos locais públicos, condições que efetivem tal higienização.

Dessa forma, a insatisfação das pessoas que atearam fogo nos galpões expressa uma revolta que se dirige somente para os catadores, desconsiderando a responsabilidade prévia dos produtores e dos consumidores que descartaram o lixo. Esse é um dos diversos exemplos que poderíamos evocar para mencionar a predominância, na sociedade, de uma ordem em que o lixo não é responsabilidade de quem o produz. Ao contrário, ele é, muitas vezes, considerado atributo exclusivo de quem o recolhe (aqui, os catadores). Estaríamos, então, diante de uma espécie de fetichismo também em relação aos resíduos, analogamente ao que Marx (2004) propôs para analisar as relações entre produtores de mercadorias e as próprias mercadorias.

Novamente considerando a máxima “Deus recicla, o Diabo incinera”, é preciso mencionar, mais uma vez, a alta carga simbólica com elementos religiosos que está ali embutida para nos debruçarmos sobre a conexão estabelecida entre “Deus” e a “reciclagem”. Quando consideramos adicionalmente a apropriação, pelo MNCR, da “bandeira ambiental”, percebemos, então, que há uma associação simultânea, pelos catadores, de sua atividade no processo de reciclagem a Deus e à defesa da natureza. É interessante mencionar, aqui, mais uma coincidência com a análise das situações rituais liminares descritas por Turner (idem, 235), em que os iniciandos se apropriam de símbolos da *natureza*, se aproximando mais dela do que do domínio da *cultura*, consideração que também pode ser utilizada para abordar alguns discursos dos

catadores no tocante à apropriação de temáticas ambientais. A esse respeito, gostaríamos de citar novamente as falas de dois personagens dos filmes analisados: Valter (*L. E.*) e Enock (*B. L.*), que se constituem, aos nossos olhos como verdadeiros “Dersus Uzalas³⁰” contemporâneos, preconizando uma solidariedade entre pessoas e entre elas e a natureza que não fazem parte do âmago da ordem estabelecida:

Valter: “Tento convencer as pessoas que o que é um material reciclável, e qual é o material orgânico, o que ele deve de fazer. Às vezes ele diz assim: “Mas uma latinha?” Uma latinha tem grande importância. Porque noventa e nove não é cem. E essa uma vai completar.”

Enock: “O final do serviço diz que é a limpeza da casa, o jogando fora, desprezou, reciclô, findô ali. Mas, ainda continua ali, e dali panhando pra continuar e ainda continua pra mais longe ainda, dá muita coisa ainda”.

Abordar o lixo de maneiras não tradicionais, considerando que “noventa e nove não é cem” ou que ele “dá muita coisa ainda” significa, em ambos os casos, a reversão dos padrões dominantes cristalizados na sociedade. Talvez estejamos, aqui, próximos do que Turner considera como característica marcante da liminaridade: “a análise da cultura em fatores e sua livre recombinação em todos e quaisquer padrões” (Turner: 2008: 237). Assim, essa “livre recombinação” e ainda, eventualmente, a introdução de “novos elementos e suas diversas combinações com elementos antigos” (idem, 238) se formam em situações liminares. Isso ocorre, também, em *Lixo Extraordinário*, com a criação da “arte a partir do lixo”, transformação totalmente de acordo com a afirmação de Turner de que “A arte (...) frequentemente combina os fatores da cultura (...) de maneiras novas e sem precedentes.” (idem, p. 238).

Diante do quadro recente mencionado no capítulo 3, marcado pela ascensão da bandeira ambiental, da PNRS e da organização dos catadores em movimentos de reivindicação junto à sociedade e ao poder público, cabe indagar, ainda, se os catadores atingirão, na sociedade brasileira, uma nova e mais elevada posição.

Em outras palavras, a questão, aqui, é saber se os catadores chegarão à terceira fase descrita por Turner (reintegração), adquirindo o “novo poder” da vida pós-

³⁰ Dersu Uzala: personagem do filme homônimo de Akira Kurosawa, baseado em livro de Vladimir Arsenyev a respeito de caçador Goldi siberiano que ensina expedição do exército russo a lidar com a natureza.

liminar”(TURNER: 2008: 240, 241) ou se permanecerão na liminaridade como *estado*. Em outras palavras, o “empoderamento” possibilitado com o fortalecimento da categoria dos catadores (tanto internamente, via MNCR, como externamente, via cursos de capacitação, etc.) consegue promover uma mudança no tocante às relações dos catadores com a sociedade brasileira?

Embora não seja possível aqui responder a tal questão, façamos, a respeito, algumas considerações no âmbito das relações sociedade/ catadores de materiais recicláveis que podem auxiliar em nossas reflexões.

Em primeiro lugar, dados os preconceitos e a marginalização historicamente sofridos pelos catadores, e dada, ainda, a sua exclusão peculiar do cerne do sistema econômico, não é difícil validar a afirmação de Tião de que “não há dignidade na pobreza”. Não obstante Tião mencionar o termo “exclusão social” para se referir a uma situação pretérita dos catadores (“Saímos da questão de mendigos, excluídos socialmente, pessoas incapazes para pessoas trabalhadoras”), a própria fala de Tião faz referências à ausência de condições de dignidade em contextos de trabalho dos catadores, bem como à precariedade em que se encontra o grupo (“E a situação dos catadores é ainda uma situação muito precária”). Assim, consideramos que tais afirmações de Tião estão em consonância com as ideias aqui expostas, já que condições de falta de dignidade e de precariedade estão diretamente associadas aos sentidos da exclusão utilizados acima para descrever a situação dos catadores.

Cabe mencionar, mais uma vez, a diversidade de contextos vividos pelos catadores no país. Conquanto muitos deles sejam caracterizados por situações de extrema precariedade, em alguns casos sobressaem condições de maior dignidade e reconhecimento, como o caso da Asmare. Mesmos em tais situações, muitos catadores continuam, ainda, lutando por mais melhorias. Veja-se, por exemplo, a seguinte fala de Dona Geralda:

A gente trabalha tantos anos sem ser remunerado. E precisa, né. Pra acabar com essa pobreza, só existe uma coisa: material reciclável. Porque tem muita gente que não tem estudo, não tem oportunidade de estudar, mas material reciclável dá essa oportunidade, e vive com dignidade igual qualquer um, né? É o trabalho de igual a qualquer um. (D. Geralda, em entrevista realizada em 25/10/2011).

Para que o trabalho como catador seja efetivamente validado pela sociedade como “o de igual a qualquer um”, fazem-se necessárias, no entanto, diversas mudanças, algumas já evocadas pela própria dona Geralda na fala acima. É necessária, por exemplo, uma remuneração mais digna (pois tanto para os catadores associados como para os não-associados ela é, via de regra, ainda muito baixa) para que o binômio catador/ cidadão (veja-se a epígrafe acima) não se configure como antinomia, e sim como síntese. Tanto os que trabalham na catação por não terem tido outras alternativas (casos, por exemplo, de Madalena, dona Geralda e diversos catadores dos filmes abordados) como aqueles que escolhem essa profissão em meio a outras possibilidades (casos de Alair e Cleide) devem ter seu trabalho valorizado, respeitado e realizado em condições dignas para que ele se efetive como “um trabalho igual a qualquer um”, não mais característico de “uma situação muito precária”.

À ideia da falta de dignidade expressa na fala de Tião, agregamos então a afirmação de Luzia, relativa aos preconceitos. Tanto Tião como Luzia, então, reconhecem a existência de mudanças processuais positivas, sem, no entanto, considerá-las suficientes para já terem propiciado uma situação de melhora efetiva para os catadores.

Mencionamos, neste trabalho, alguns fatores que contribuíram para que tal mudança ocorresse: assim, demos destaque à organização dos catadores em associações, cooperativas e no MNCR, como passo importante para a busca do reconhecimento e da valorização do grupo; analisamos, também, alguns aspectos da PNRS, por considerarmos que, ao significar uma verdadeira revolução legal no que se refere à destinação dos resíduos e, ao propor, especificamente, a “inclusão” dos catadores, ela pode dar ensejo para mudanças importantes tanto num sentido mais geral das relações da sociedade com o lixo gerado como, potencialmente, nas relações entre catadores e sociedade.

A ascensão de preocupações recentes na sociedade brasileira com a chamada *questão ambiental* também recebeu ênfase aqui, principalmente no que concerne ao potencial reconhecimento que pode advir em relação ao trabalho prestado pelos catadores, muitos dos quais, notadamente através do MNCR, já vêm exigindo da sociedade tal reconhecimento, como pudemos ver principalmente nos capítulos 1 e 3.

Todos esses acontecimentos podem, como já mencionado, contribuir fortemente para que ocorra uma significativa mudança no âmbito das relações dos catadores de materiais recicláveis com a sociedade brasileira. Se efetuado o reconhecimento reivindicado pelos catadores, tal mudança significaria a ocupação, por parte do grupo, de uma posição caracterizada por mais valorização, melhor remuneração e menos preconceitos em relação à sua situação anterior, marcada, em muitos aspectos, pela exclusão e pela liminaridade, como já referido.

No entanto, é preciso considerar, também, que diversos aspectos cristalizados na sociedade dificultam ou mesmo podem impedir a efetivação da mudança aqui aventada. A permanência de um modelo econômico assentado no crescimento sem limites, bem como a prevalência, em muitos setores, de um pensamento que privilegia como valor, o consumo, desconsiderando a relevância de práticas como a da reciclagem para minimizar os efeitos adversos daí advindos, bem como os interesses de outros grupos econômicos envolvidos são fatores que devem ser mencionados no âmbito mais geral. No que se refere especificamente à relação sociedade/ catadores, deve-se mencionar que as situações históricas de preconceito e marginalização sofridas pelo grupo se fazem presentes ainda em diversas localidades, como já apontado aqui.

É preciso, ainda, trazer à tona uma lacuna não desprezível de algumas políticas públicas direcionadas aos catadores: elas são, em geral, orientadas exclusivamente para os catadores organizados, havendo, quando muito, para aqueles não organizados em associações/ cooperativas, um estímulo para que se associem. Não obstante a importância da presença, nas políticas públicas, do reconhecimento, apoio e estímulo às organizações de catadores, também é imprescindível considerar que muitos catadores permanecem sem o desejo de se juntarem a associações ou cooperativas, e sua escolha deve ser respeitada. Exercendo o trabalho de catar materiais, são tão dignos de respeito, reconhecimento e apoio como aqueles que se encontram organizados. Sua situação chega a ser, muitas vezes, mais vulnerável: veja-se, por exemplo, o caso de Alair, que recebe remuneração insuficiente para o transporte diário de casa até o local de trabalho, um dos fatores que o leva a dormir na rua. Ao nosso ver, casos como o de Alair deveriam estimular as prefeituras a fornecer para os catadores uma ajuda de custo,

incluindo vale transporte e alimentação, considerando que eles realizam um serviço de utilidade pública.³¹

Para concluir, gostaríamos de nos voltar uma última vez para a virtualidade da mudança aqui aventada. Se ela se efetivar, ou seja, se os catadores passarem a ser reconhecidos pela sociedade como prestadores de um serviço importante e receberem por isso uma remuneração justa, deixando de ser vítimas frequentes de preconceitos, poderemos dizer que nos encontraremos, então, numa situação de mudança estrutural, conforme também mencionado teoricamente por Turner. Assim, se a reciclagem, efetivamente “der poder” aos catadores, eles poderão, enfim, sair do status liminar e passarem a um novo estado na sociedade, no qual estarão, então precisamente como afirma o autor, dotados de “um novo poder, adquirido pela fraqueza da liminaridade que se tornará ativo na vida pós-liminar” (pois não é, exatamente, a absorção de um conhecimento relativo à reciclagem para fins de sobrevivência o que mais especifica os catadores e os possibilita viverem tanto tempo nos limiares da sociedade?). Por outro lado, se tais mudanças não forem concretizadas, seja em virtude dos obstáculos já mencionados aqui ou daqueles que advirão potencialmente, como aventa a própria Madalena (“Muita coisa foi conquistada. Mas muita ainda tem que ser conquistada, e muitas lutas virão, e a gente tem que estar atento por elas, por esses desafios...”) a liminaridade permanecerá, então, como um *estado*, até que condições para efetivar a passagem possam um dia surgir na sociedade.

Esperar e contribuir para que elas surjam o mais rápido possível, e para que a passagem ocorra com justiça reconhecidora do trabalho e dos direitos dos catadores, efetivando, assim, também a mudança para uma sociedade globalmente mais justa e sustentável, é o que é necessário fazer.

³¹ A ideia subjacente ao Programa Bolsa Reciclagem mencionado no capítulo 3, parece abarcar essa concepção; no entanto, a criação do Programa é muito recente para que possa ser feita uma avaliação a respeito de suas ações; além disso, ao que tudo indica, ele contemplará associações e cooperativas, mas não os “catadores individuais”.

Referências:

- AGÊNCIA BRASIL. Lixão de Gramacho vai ser fechado e catadores vão receber Bolsa Família, casa, treinamento e indenização. 09/03/2012. Disponível em <www.agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-03-09/lixao-de-gramacho-vai-ser-fechado-e-catadores-va-receber-bolsa-familia-casa-treinamento-e-indenizaca>. Acesso em: 15 maio 2012.
- ALLIER, J. M. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. Tradução de Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2009.
- APPADURAI, A. Introdução: Mercadorias e a política de valor. In: _____. **A vida social das coisas**- as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Tradução de Agatha Bacelar. Niterói: Editora da UFF, 2010, p. 15-87.
- BAUDRILLARD, J. **La société de consommation** : ses myths, ses structures. Saint-Amand : Denoël, 2009.
- BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BLAUTH, P.; LEME, P. C. D.; SUDAN, D. Mitos populares pró-lixo. In: CINQUETTI, H.; LOGAREZZI, A. (orgs.). **Consumo e resíduo**-Fundamentos para o trabalho educativo. São Carlos: EDUFSCar, 2006, p. 145-168.
- BOCA DE LIXO. Direção: Eduardo Coutinho. Brasil: 1992. 1 DVD (48 min.).
- BOURDIEU, P. **A distinção**- crítica social do julgamento. Tradução Daniela Kern; Guilherme Teixeira. São Paulo: Edusp/Porto Alegre: Zouk, 2008.
- BRAGANÇA, F; COUTINHO, E. **Eduardo Coutinho** (entrevistas). Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2009.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **2º Censo da População em Situação de Rua e análise qualitativa dessa população em Belo Horizonte**: meta 10- realização de ações de atendimento sócio-assistencial, de inclusão produtiva. MDS. Belo Horizonte, 2006.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei 12305, de 2 de agosto de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Lei/112305.htm. Acesso em 15 out. 2011.
- BRASIL. Decreto 7405, de 23 de dezembro de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7405.htm. Acesso em 15 abr. 2012. 2010a.
- BRASIL. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos**-Versão Preliminar para Consulta Pública. Brasília, setembro de 2011. Disponível em <[www.cnrh.gov.br/pnrs/documentos/consulta/versao Preliminar PNRS WM.pdf](http://www.cnrh.gov.br/pnrs/documentos/consulta/versao_Preliminar_PNRS_WM.pdf)>. Acesso em: 15 maio 2012.
- BRASIL. **Plano Brasil Sem Miséria**- conheça o plano. Disponível em: <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/conheca-o-plano/>. Acesso em: 15 maio 2012.

- CALVINO, I. **Todas as cosmicômicas**. Tradução de Ivo Barroso e Roberta Barni. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CANCLINI, N. **Consumidores e cidadãos: conflitos culturais da globalização**. Tradução de Maurício Santana Dias. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- CARUS. F. San Francisco`s scavengers: a story of gangs, poverty and recycling. **Ecologist: setting the environmental agenda since 1976**. San Francisco, 2011. Disponível em http://www.theecologist.org/investigations/waste_and_recycling/1016910/san_franciscos_scavengers_a_story_of_gangs_poverty_and_recycling.html. Acesso em: 22 maio. 2012.
- CATANOTÍCIAS. Belo Horizonte: Cataunidos, n.1, jul. 2011.
- DAMATTA, Roberto [(1974) 1978]. O ofício do etnólogo, ou como ter 'anthropological blues'. In NUNES, E. (org.): **A Aventura Sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- DER TAGESSPIEGEL. “Ein Rückschlag für den Umweltstandort Deutschland” 09/02/2012. Disponível em: <http://www.tagesspiegel.de/wirtschaft/ein-rueckschlag-fuer-den-umweltstandort-deutschland/6187262.html>. Acesso em: 20 maio 2012.
- DIAS, S. **Construindo a cidadania: avanços e limites do projeto de coleta seletiva em parceria com a ASMARE**. 2002. 206f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- DIAS, S. Lixo e Cidadania: Os impactos da política de resíduos sólidos de Belo Horizonte no catador da ASMARE. In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, XIII, 2002, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2002a.
- DIAS, S. M. **Trajetórias e memórias dos Fóruns Lixo e Cidadania no Brasil: experimentos singulares de justiça social e governança participativa**. 2009. 391f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- DIEESE- Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicas. Salário mínimo nominal e necessário: abril de 2010 a abril de 2012. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/rel/rac/salminmai12.xml>. Acesso em: 25 maio 2012.
- DOUGLAS, M. **Pureza e Perigo**. Tradução: Mônica Siqueira Leite de Barros e Zilda Zakia Pinto, sob orientação do Conjunto de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- DOUGLAS e ISHERWOOD. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- ÉPOCA. Rio de Janeiro: Globo, Edição especial de fim de ano, 2011.

- SCOREL, S. **Vidas ao léu**- trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.
- EUROPEAN UNION. **Being wise with waste**: the EU's approach to waste management. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2010.
- EVANS, D. Review Essay: Waste matters. **Sociology**. Disponível em www.soc.sagepub.com/content/45/4/707. Acesso em 20 set. 2011.
- EXAMINED LIFE. Direção: Astra Taylor. Estados Unidos: Zeigeist films, 2008. 1 DVD (88 min.).
- FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3ª ed. totalmente revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FREIRE, M; LOURDOU, P. Introdução. In: **Descrever o visível**: cinema documentário e antropologia fílmica. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- FREITAS, M. V. **Entre ruas, lembranças e palavras**- a trajetória dos catadores de papel em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2005.
- FRÚGOLI Jr., H. O urbano em questão na Antropologia: interfaces com a Sociologia. **Revista de Antropologia da USP**, São Paulo, v. 48, n.1, p. 133-165, 2005.
- GEERTZ, C. A arte como um sistema cultural. In: _____. **O saber local**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008, p. 3-21.
- GONÇALVES, J. A.; OLIVEIRA, F. de; SILVA, D. da Dezoito anos catando papel em Belo Horizonte. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, n. 63, 2008. Disponível em <http://www.iea.usp.br/revista/sumarios/suma63.html>> Acesso em: 15 maio 2012.
- IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE divulga as estimativas populacionais dos municípios em 2011**. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1961&id_pagina=1. Acesso em 19 mar. 2012.
- KOPYTOFF, I. A biografia cultural das coisas. In: _____. **A vida social das coisas**- as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Tradução de Agatha Bacelar. Niterói: Editora da UFF, 2010, p. 89-121.
- LAGNY, M. O cinema como fonte de história. In: NÓVOA, J. et al. **Cinematógrafo**- um olhar sobre a história. Salvador, São Paulo: Ed. UFBA/ ED. UNESP, 2009, p. 99-130.
- LANNA, M. **A dívida divina**. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

-LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura** – a teorização da racionalidade ambiental. Tradução de Jorge E. Silva. Revisão técnica de Carlos Walter Porto-Gonçalves. Petrópolis: Vozes, 2009.

-LEFF, H. 2007. **É preciso romper com a ideia de um progresso sem limites**. Rio de Janeiro: Revista Senac e Educação Ambiental, Ano 16. N. 1, p. 8-12. Jan- Abr 2007. Entrevista a Claudia Guimarães.

-LEONARD, A. **A história das coisas: da natureza ao lixo, o que acontece com tudo que consumimos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

-LÉVI-STRAUSS, C. História e Etnologia. In _____. **Antropologia Estrutural**. São Paulo: Cosac & Naify, 2008, p. 13-40.

-LINS, C; MESQUITA, C. **Filmar o real: sobre o documentário brasileiro contemporâneo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

-LIXO EXTRAORDINÁRIO. Direção: Lucy Walker. Brasil, Reino Unido: Downtown, 2009, 1DVD (99 min.).

-MALINOWSKY, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia**. São Paulo: Abril, 1976.

- MARX, K. **O capital**-crítica da economia política. Livro 1, volume 1. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 22ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

-MOVIMIENTO NACIONAL DE RECICLADORES DE CHILE. Disponível em <http://movimientorecicladoreschile.blogspot.com.br/p/inclusion-de-recicladores-en-ley.html>. Acesso em 23 maio 2012.

-MNCR- MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. Programa de luta e organização nas bases do Movimento, acesso em 18/03/2012 Disponível em <http://www.mnrc.org.br/>. Acesso em 19 mar 2012.

- NICHOLS, B. **Introdução ao documentário**. Campinas: Papyrus, 2005.

-PBH- PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **SLU**. Disponível em <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?app=slu>. Acesso: 17 maio 2012.

-PINHEIRO, J. Encerramento das atividades do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho. **LIXO. COM. BR.** Disponível em <www.lixo.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=154&Itemid=265>. Acesso em: 14 maio 2012.

-PLANETA LIXO. Entrevista com Tião Santos. Novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planetalixo.com.br/?p=7093> Acesso em: 08 dez. 2011.

- POLANYI, K. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- O' BRIEN, M. **We have barely begun to wake up to the problem of waste**. In: The Guardian, 02/07/2008. Disponível em:
<http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2008/jul/02/waste.pollution>. Acesso em: 15 maio 2012.
- RIAL, C. Pesquisando em uma grande metrópole: fast-foods e *studios* em Paris. In: VELHO, G; KUSCHNIR, K (orgs.). **Pesquisas urbanas-** desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 69-98.
- SAHLINS, M. **Ilhas de História**. Tradução de Bárbara Sette. Revisão técnica de Márcia Bandeira de Mello Leite. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- SAHLINS, M. A sociedade afluyente original. In _____. **Cultura na prática**. Tradução de Vera Ribeiro. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007, p. 105-151.
- SAHLINS, M. La pensée burgeoise: a sociedade ocidental como cultura. In _____. **Cultura na prática**. Tradução de Vera Ribeiro. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007, p. 179-219. 2007a
- SALES, T. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**.
http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_25/rbcs25_02.htm . São Paulo, nº 25, p. 26-37, 1994.
- SIMMEL, G. Exchange. In: _____. **On individuality and social forms**. Chicago: The University of Chicago Press, 1971.
- THE TIMES OF INDIA. 2012. **Won't let kids collect waste**. Disponível em <http://articles.timesofindia.indiatimes.com/2012-04-30/pune/31505992_1_anti-child-labour-day-prohibition-and-regulation-kkpkp>. Acesso em: 15 maio 2012.
- TURNER, V. Passagens, margens e pobreza: símbolos religiosos da *Communitas*. In: TURNER, V. **Dramas, campos, metáforas- ação simbólica na sociedade humana**. Tradução de Fabiano de Moraes. Niterói, EdUFF, 2008, p. 215-252.
- UNEP (United Nations Environment Program). **Latin America and the Caribbean: Environment Outlook, 2010**. Disponível em:
<http://www.pnuma.org/geo/geoalc3/ing/GEO%20LAC%203%20ENGLISH%20WEB%20VERSION%282%29.pdf>. Acesso em: 15 maio 2012.
- VAN GENNEP, A. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

-VELHO, G. Observando o familiar. In: _____. **Individualismo e Cultura-** notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2008.

-VELHO, G. O desafio da proximidade. In: _____. **Pesquisas urbanas-** desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 11-19.

- WAGNER, R. **The invention of culture.** Chicago: The University of Chicago Press, 1981.

- XAVIER, I. **O olhar e a cena.** São Paulo: Cosac & Naify, 2009.

-ZHOURI, A. **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

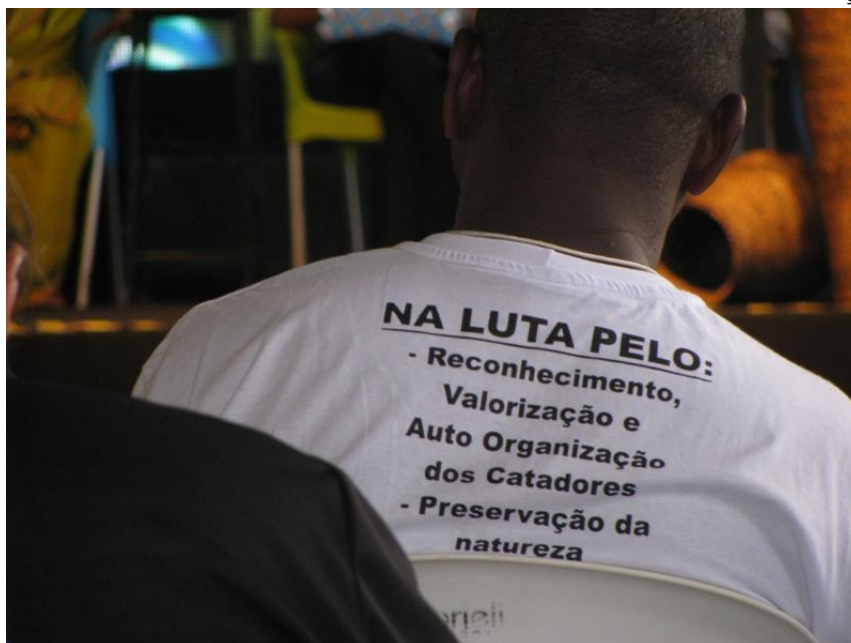
APÊNDICE: FOTOS

Foto 1: Cartaz do MNCR em defesa da coleta seletiva e contra a incineração- Belo Horizonte, Festival Lixo e Cidadania, novembro de 2011



Fonte: Arquivo pessoal.

Foto 2: Catador com camisa contendo dizeres relativos a reivindicações



Fonte: Arquivo Pessoal

Foto 3: Tião Santos em apresentação do Festival Lixo e Cidadania-Belo Horizonte, Centro Mineiro de Referência em Resíduos, 25/11/2011



Fonte: Arquivo pessoal.

Foto 4: Público do Festival Lixo e Cidadania tira fotos com Tião Santos



Fonte: Arquivo pessoal.

Foto 5: Um outro exemplo de transformação do lixo em arte- artesanatos em *stand* do Festival Lixo e Cidadania- Belo Horizonte, Centro Mineiro de Referência em Resíduos, 25/11/2011



Fonte: Arquivo pessoal.

Foto 6: Catadores representantes do MNCR (bandeiras verdes) e da Red Latinoamericana de Recycladores (bandeira azul) estendem bandeiras- Belo Horizonte, Centro Mineiro de Referência em Resíduos, 25/11/2011



Fonte: Arquivo pessoal.